



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 05 06 e 07 de outubro de 2010.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 06 e 07 de outubro de 2010

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e dez teve início a Centésima Octogésima Terceira
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Representante Titular da
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais - FENAVAPE; Conselheiro Carlos
5 Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade:
6 Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para
7 Valorização e Promoção de Excepcionais - FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos
8 Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone
9 Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;
10 Conselheira Gisele de Cássia Tavares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -
11 MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -
12 MPOG; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social - MPS;
13 Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;
14 Conselheira Rita de Cássia Freitas Coelho, Ministério da Educação e Cultura; Conselheira Marta de
15 Oliveira Sales, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa
16 Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e
17 Ensino – UBEE; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro
18 Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação
19 Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo;
20 Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva,
21 Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de
22 Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Federação Nacional das APAES;
23 Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
24 Conselheiro Antônio Pereira Kibça da Silva Filho, FENATIBREF; Conselheira Maria Aparecida do
25 Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB;
26 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Central dos Trabalhadores do Brasil; e,
27 Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Conselho Federal de Psicologia. **Convidados:** Edilar Cruz,
28 Presidente CEAS/RG; Maria Joaquina, Presidente CEAS/GO; Lusénir Correia, CEAS/GO; Manoel
29 Alves, Vice-Presidente do FONACEAS, CEAS/AC; Denise Maria de Castro Chaves, Federação
30 Nacional das APAES; Maria de Fátima da Costa Barros Coutinho, CEAS/AL; e Osvaldo de Souza
31 Júnior, Igreja Metodista. **ABERTURA.** Aos seis dias do mês de outubro de dois e dez, teve início a
32 Centésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social -
33 CNAS, sob a Presidência do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e
34 Representante do MDS, Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, que solicitou à Secretária-
35 Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheiro Renato
36 Francisco dos Santos Paula, Conselheira Gisele de Cássia Tavares, Conselheira Fátima Rampin,
37 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite,
38 Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite, Conselheiro Renato
39 Saidel Coelho, Conselheiro José Araujo da Silva. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira

40 Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheira Leila Pizzatto, Conselheira Maria
41 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheiro
42 Antônio Pereira Kbça Filho, Conselheira Ana Carolina e Conselheira Iollete Ribeiro da Silva. A
43 seguir, passou à **Aprovação da ata da 182ª Reunião Ordinária.** Em não havendo nenhuma
44 colocação contrária, a Ata foi aprovado pelo Pleno. Prosseguindo, indicou a **Pauta: Dia**
45 **05.10.2010: Manhã: 9h às 12h:** Reunião da Comissão de Conselhos: Orientações para
46 implementação da Resolução CNAS nº16/2010 e outros. **Tarde: 14h às 18h:** Reunião da Comissão
47 de Normas: Regimento Interno. Reunião da Comissão de Financiamento: Apresentação do
48 Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social e
49 outros. Reunião da Comissão de Política: Monitoramento das deliberações da VII Conferência
50 Nacional de Assistência Social e outros. **18h às 19h:** Reunião da Presidência Ampliada. **Dia**
51 **06.10.2010: Manhã: 09h às 09h15min:** Aprovação da Ata da 182ª Reunião Ordinária e da Pauta.
52 **09h15 às 10h:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. **10h às**
53 **12h:** PL SUAS: Reunião com a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.
54 **Tarde: 14h às 18h:** Comissões Temáticas: Discussão da NOB SUAS 2010 - Aprimoramento da
55 Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. **Dia 07.10.2010: Manhã: 9h às 10h30min:**
56 **Relato da Presidência Ampliada. 10h30min às 11h30min:** Relato da Comissão de Conselhos.
57 **11h30min às 12h:** Apresentação da CONJUR/MDS. **Tarde: 14h às 15h:** Apresentação de
58 parâmetros para discussão da Tipificação de Serviços de Defesa de Direitos e Assessoramento pelo
59 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS/SNAS/MDS. **15h às 16h:** Relato da
60 Comissão de Política. 16h às 17h: Relato da Comissão de Financiamento. **17h às 18h:** Relato da
61 Comissão de Normas. O senhor Presidente em exercício informou que a reunião com a Comissão de
62 Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados havia sido realizada no dia anterior, tendo em vista
63 a agenda dos Parlamentares, sugerindo a seguinte alteração na pauta: das **09h15min às 10h,**
64 **Informes, das 10h às 12h,** Comissões Temáticas, exceto a Comissão de Conselhos, visto que alguns
65 de seus membros participavam de outras Comissões e teriam reunião nesse período; das **14h às 18h,**
66 **Comissão de Conselhos.** O Conselheiro Frederico propôs reunir nesse horário as Comissões de
67 Conselhos e Política, o que foi aprovado pelo Pleno. A Secretária-Executiva informou as salas onde
68 as Comissões de Financiamento, Normas, Conselhos e Políticas se reuniriam. Continuando o
69 senhor Presidente em exercício passou para **Informes da Presidência e da Secretaria Executiva:**
70 **“1) Informes Gerais: 1. Ausências justificadas: Conselheiro José Geraldo França Diniz, dia 05 de**
71 **outubro de 2010, na Comissão de Financiamento, por motivos de saúde e, registrando sua ausência**
72 **no período da manhã, por ter sido convocado para uma reunião; Conselheiro Wagner Carneiro de**
73 **Santana, dias 05, 06 e 07 de outubro de 2010, na 183ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de**
74 **viagem para o exterior; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, dias 05, 06 e 07 de outubro de**
75 **2010, na 183ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais;**
76 **Conselheira Luiza Machado, dias 05 e 07 de outubro, na 183ª Reunião Ordinária do CNAS, em**
77 **virtude de compromissos institucionais; Conselheira Iollete Ribeiro, dia 05 de outubro, na 183ª**
78 **Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de participar de banca de defesa de doutorado, agendada**
79 **previamente; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, dias 05, 06 e 07 de outubro de 2010, na 183ª**
80 **Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; Presidente Carlos**
81 **Eduardo Ferrari, dia 06 de outubro, na 183ª Reunião Ordinária do CNAS, para representar o**
82 **CNAS na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – CONSEA. II - E-**
83 **mails enviados aos Conselheiros: Apresentações durante a 182ª reunião Ordinária do CNAS, na**
84 **reunião com os CEAS: Censo SUAS 2010; Orientações aos Conselhos de Assistência Social para**
85 **implementação da Resolução CNASnº16/2010; eVIII Conferência Nacional de Assistência Social.**
86 **Convocação para os Conselheiros Renato Francisco de Paula, Carlos Rogério Nunes, Antonio**
87 **Pereira Kbça Filho, Iollete Ribeiro da Silva, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, Maria**
88 **Aparecida do Amaral Godói de Faria e Frederico Jorge Souza Leite, para participarem do**
89 **Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social do Sudeste, em São Paulo/SP.**

90 Convocação para os Conselheiros Marisa Rodrigues da Silva e Clodoaldo de Lima Leite para
91 participarem da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho - Benefícios Eventuais, no dia 13 de outubro de
92 2010, em Brasília/DF. Programação e local do Encontro dos Trabalhadores da Assistência Social
93 da Região Sudeste para os Conselheiros Renato Francisco de Paula, Carlos Rogério Nunes,
94 Antonio Pereira Kbça Filho, Iolete Ribeiro da Silva, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho,
95 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria e Frederico Jorge Souza Leite. Ata e gravação da
96 182ª Reunião Ordinária do CNAS. Matéria publicada no Diário Oficial da União sobre a
97 RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS E CONANDA Nº 2, de 16 DE SETEMBRO DE 2010 — DOU
98 22/09/2010, a qual altera o texto do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento
99 para Crianças e Adolescentes”. Convocação para os Conselheiros Titulares e Suplentes
100 participarem da 183ª Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2010, em
101 Brasília/DF. Convocação para os Conselheiros Marisa Rodrigues da Silva e Clodoaldo de Lima
102 Leite a participarem da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho - Benefícios Eventuais, no dia 27 de
103 outubro de 2010, em Brasília/DF. Portaria Nº 710, de 30 de setembro de 2010 - DOU 01/10/2010 -
104 SEÇÃO 1 - PÁGINA 93, que, Estabelece as competências e atribuições relativas à certificação das
105 entidades beneficentes de assistência social, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e
106 Combate à Fome. PORTARIA Nº 725, de 30 de setembro de 2010 - DOU 01/10/2010 - SEÇÃO 1 -
107 página 93 que, Publica as metas globais, com base na execução orçamentária de 2009. Convite
108 para os Conselheiros Simone Aparecida Albuquerque, Mariana Menezes Santarelli, Maria do
109 Socorro Fernandes Tabosa Mota, Anna Claudia Romano Pontes, Caio Nakashima, José Geraldo
110 França Diniz, Lucia Rodrigues, Rita Coelho, Luiz Machado, Ana Carolina Carrenho, Carlos
111 Rogério Nunes, José Araújo, Leila Pizzatto, Pedro Ost e Maria da Conceição (com exceção dos
112 Conselheiros membros da Comissão de Conselhos por estarem reunidos) acompanharem ao
113 Presidente do CNAS na reunião com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de
114 Cidadania - CCJC, Deputado Eliseu Padilha, para tratar do PL - SUAS, no dia 5 de outubro, às
115 10h, na Presidência daquela CCJC, na Câmara dos Deputados. Informe sobre a alteração da data
116 do Encontro dos Trabalhadores da Assistência Social, Região Norte, que foi alterada para os dias
117 23 e 24 de novembro de 2010, por problemas operacionais e por solicitação do Estado sede.
118 Convocação para o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, para representar o CNAS na
119 Oficina Temática sobre Serviço de Medida Sócio-educativa, no dia 13 de outubro de 2010, em
120 Brasília/DF. Convocação do Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite para participar da Reunião
121 da Comissão Organizadora da 1 Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas
122 Universais de Seguridade Social, no dia 4 de outubro, em Brasília/DF. Minuta de Resolução que
123 trata da criação de Grupo de Trabalho para definir a identidade visual do CNAS. Convocação
124 para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS, na 99ª Reunião Ordinária da CIT, no dia
125 de 14 de outubro, em Brasília/DF. Convocação para os Conselheiros Antonio Pereira Kbça Filho,
126 Iolete Ribeiro da Silva, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, Frederico Jorge de Souza Leite,
127 Carlos Rogério Nunes, participarem dos Encontros Regionais e do Nacional dos Trabalhadores da
128 Assistência Social; Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social - Região Sul;
129 Curitiba - PR, 04 e 05 de novembro de 2010; Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência
130 Social - Região Nordeste, Fortaleza - CE, 18 e 19 de novembro de 2010; Encontro Regional dos
131 Trabalhadores da Assistência Social - Região Norte, Belém-PA, 23 e 24 de novembro de 2010;
132 Encontro Nacional dos Trabalhadores de Assistência Social - Belo Horizonte, MG, 16 e 17 de
133 dezembro de 2010; **III. Participação do CNAS** - Os Conselheiros José Geraldo França Diniz e
134 Renato Francisco dos Santos Paula (Vice-Presidente), além das servidoras Maria das Mercês
135 Avelino de Carvalho (Secretária-Executiva do CNAS) e Liliane Neves do Carmo (Coordenadora da
136 Coordenação de Conselhos) participaram da 16ª Reunião Ampliada do FONASEAS, nos dias 20 e
137 21 de setembro em Cuiabá/MT. Os Conselheiros Carlos Rogério Nunes, Frederico Jorge Souza
138 Leite, Antonio Pereira Kbça Filho, Simone Albuquerque, José Crus, Iolete Ribeiro da Silva e
139 Renato Francisco dos Santos Paula (Vice-Presidente), além das servidoras Maria das Mercês

140 Avelino de Carvalho (Secretária-Executiva do CNAS) e Liliane Neves do Carmo (Coordenadora da
141 Coordenação de Conselhos) participaram do Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência
142 Social do Centro-Oeste, nos dias 22 e 23 de setembro de 2010, em Cuiabá/MT. Os Conselheiros
143 Carlos Rogério Nunes, Antonio Pereira Kbça Filho, Iolete Ribeiro da Silva, Frederico Jorge Souza
144 Leite, Simone Albuquerque, José Crus, Renato Francisco dos Santos Paula (Vice-Presidente), e o
145 Presidente Carlos Eduardo Ferrari, além das servidoras Maria das Mercês Avelino de Carvalho
146 (Secretária-Executiva do CNAS) e Liliane Neves do Carmo (Coordenadora da Coordenação de
147 Conselhos), participaram do Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social do
148 Sudeste, nos dias 28 e 29 de setembro em São Paulo/SP. A servidora Maria Auxiliadora Pereira,
149 participou da Oficina de Alinhamento de Conteúdos nos dias 28 e 29 de setembro, em Brasília/DF.
150 A Conselheira Gisele Tavares participou do “Seminário Regional Intersetorial sobre a nova lei de
151 Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social”, na mesa que tratou sobre os
152 Parâmetros Nacionais para Inscrição das Entidades e Organizações da Assistência Social, no dia
153 30 de setembro, em Araraquara/SP. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, participará
154 no dia 06 de outubro, da reunião plenária do CONSEA, para tratar do tema “Resultados e desafios
155 do Programa Bolsa-Família na perspectiva dos três setores - MDS, Saúde e Educação.” **IV.**
156 **Comunicado:** O CNAS recebeu cartaz convidando para o Congresso do Ministério Público e
157 Terceiro Setor “Atuação institucional da proteção dos direitos sociais”, que acontece no dia 06 de
158 outubro, cujas inscrições foram até o dia 29/09/2010 (a correspondência foi recebido em
159 30/09/2010). A Presidente do CEAS/RJ encaminhou convite para a cerimônia de posse dos novos
160 Conselheiros da Sociedade Civil, gestão 2010/2012, no dia 30 de setembro, recebido em
161 27/09/2010. A Presidência respondeu parabenizando os Conselheiros da Sociedade Civil e
162 informando a impossibilidade de participação. O CNAS providenciou instalação de um telefone
163 para deficientes auditivos na sala dos Conselheiros (sala nº 111). **V. Audiências realizadas:**
164 **Procedimentos adotados pelo CNAS, em 24/09/2010 - Solicitante:** Juscelino Pereira Pinto -
165 **Assunto:** Processo nº 71.010.001963/2007-34 - Registro e CEAS. **Participantes:** Juscelino Pereira
166 Pinto, Representante da entidade Associação Cristã dos Moços de Brasília, Christianne Camargo
167 Menezes, Coordenadora de Normas e Dialuana Larissa Loup, Funcionária da Coordenação de
168 Normas. **Providências:** Foi informado que o referido processo foi para o Ministério do
169 Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que a cópia do processo deverá ser solicitado no
170 MDS. O interessado solicitará certidão. **Procedimentos adotados pelo CNAS, em 17/09/2010 -**
171 **Solicitante:** Conselho Municipal de Campinas **Assunto:** Informes acerca do funcionamento dos
172 Conselhos, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e Certificação de Entidades Beneficentes de
173 Assistência Social, **Participantes:** Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito, CMAS de Campinas, Izabel
174 Cristina dos Santos de Almeida, CMAS de Campinas, Silvia Vilas Boas, MAS de Campinas,
175 Christianne Camargo Menezes, coordenadora de Normas do CNAS, Liliane Neves do Carmo,
176 Coordenadora de Conselhos do CNAS e Maria Auxiliadora Pereira, Coordenadora de Política do
177 CNAS **Providências:** Esclarecimentos das questões apresentadas, orientações acerca das atuais
178 discussões realizadas pelo CNAS e repasse de materiais. **VI. Site:** **Notícia - Fique Atento:**
179 **Orientações Gerais do CNAS para a Adequação da Lei de Criação dos Conselhos às Normativas**
180 **Vigentes e ao Exercício do Controle Social no SUAS; Pauta da 183ª Reunião Ordinária do CNAS.**
181 **Notícia Principal: Matéria sobre o Encontro - Região Sudeste, com imagem do evento (Imagem:**
182 **Marco A. Cardelino/Assembléia Legislativa de SP). Notícia Principal: Matéria sobre o Primeiro**
183 **Encontro - Região Centro-Oeste, com imagem do evento (Imagem de Gustavo Duarte/SMASDH).**
184 **Disponibilizados documentos referentes ao Primeiro Encontro: Região Centro-Oeste. Processo de**
185 **debate para a definição dos Trabalhadores da Assistência Social. Foram disponibilizados os**
186 **seguintes documentos: Programação, Apresentação: Trabalhadores do SUAS. Prof. Jucimeri**
187 **Isolda Silveira Apresentação: Tipificação Serviços Socioassistenciais e Protocolo de Gestão Denise**
188 **Arruda Colin. Apresentação: Proposta processo debate Encontros Regionais: José Crus.**
189 **Apresentação: Qualificação dos Serviços Sócio-assistenciais: Prof. Egli Muniz. Apresentação:**

190 *CREAS e NOBRH. Valter Luis Arlindo da SAGI/MDS. Disponibilizado em legislação:*
191 *RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2010 - CNAS E CONANDA. Disponibilizado as seguintes*
192 *apresentações em Power Point: Apresentação em Power Point - CNAS Censo. Apresentação em*
193 *Power Point - Orientações aos Conselhos para implementação da Resolução 16. Apresentação em*
194 *Power Point - VIII Conferência Nacional. Notícia Principal: Reunião do CNAS com os Conselhos*
195 *Estaduais de Assistência Social e CAS/DF. Disponibilizado na pasta da 1 Conferência Mundial o*
196 *documento: “Relatório do Seminário Preparatório da 1 Conferência Mundial”. Disponibilizadas,*
197 *em legislação, os seguintes dispositivos: Decreto 7.300 - 14.09.2010; Resolução CNAS nº 28/2010;*
198 *Resolução CNAS nº 22/2010. VII - Aniversariantes de Outubro. Lúcia Helena Rodrigues, dia 11;*
199 *Antônio Pereira Kbça Filho dia 13, Maria do Carmo Ribeiro, dia 21.” O senhor Presidente em*
200 *exercício registrou a chegada dos Conselheiros Carlos Rogério, Simone e Maria Aparecida, dando*
201 *as boas vindas para a Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos. Registrou a presença da*
202 *Secretária-Nacional, que informou ter trazido os **Informes do MDS e da SNAS**, iniciando com o*
203 *resultado do Censo SUAS 2010 e relatando que os Estados e Conselhos Estaduais haviam*
204 *preenchido 100% e os Conselhos Municipais, 89,04%, CRAS, 98,77%, e CREAS, 78%, explicando*
205 *o porquê desses percentuais. Indicou a implantação das senhas, com uma reunião com os Conselhos*
206 *Estaduais no dia 19, para orientações sobre a utilização desse novo sistema. Discorreu sobre o*
207 *preenchimento do Plano de Ação de 2010 e do Demonstrativo de 2009 e, considerando o baixo*
208 *índice observado nos municípios e, caso essa situação não fosse revertida, se procederia à abertura*
209 *de tomada de contas especial, relatando as providências cabíveis. Outro informe dizia respeito ao*
210 *Programa ProJovem, com os Conselhos Municipais devendo emitir parecer quanto à aprovação*
211 *dessa adesão, com apenas 11,36% atendendo essa exigência, sendo necessário o apoio do CNAS*
212 *para que os mesmos se pronunciassem até a data prevista de 11 de novembro, havendo a*
213 *possibilidade de suspensão dos recursos para aqueles que não o fizessem. Relatou o percentual de*
214 *adesão a esse Programa, com 77%, composto por 15 a 30 jovens por coletivo, informando a*
215 *audiência sobre o assunto com a Ministra e com o Ministro Dulci, para se refletir sobre os sistemas*
216 *de benefícios destinados à pessoas idosas e com deficiência, com alguns países que apresentariam o*
217 *modelo que adotavam e com convidados brasileiros para tratar e refletir o tema dos benefícios de*
218 *prestação continuada no Brasil. Discorreu sobre a Lei 12.101 e sobre o Decreto, relatando sua*
219 *importância e a presença significativa nos seminários sobre o tema, indicando a preocupação do*
220 *país em aceitar essa nova determinação. A senhora Secretária informou a visita realizada à AGU*
221 *para discussão da proposição de se usar o recurso Fundo a Fundo repassado pelo Governo Federal*
222 *para o pagamento de pessoal, com nova reunião agendada para o dia seguinte, inclusive com a*
223 *Fazenda. Relatou a visita do TCU à Secretaria Nacional e ao Fundo, indagando sobre o modo como*
224 *o Governo Federal registrava as informações dos recursos federais repassados para as entidades não*
225 *governamentais, discorrendo sobre o que havia sido exposto. Relatou o encontro do CNPq, com*
226 *uma parceria para avaliar as Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, solicitando*
227 *ajuda nessas informações e ressaltando o acompanhamento do IPEA nesses procedimentos. Indicou a*
228 *série de oficinas realizadas com consultores sobre o caminho e as orientações dos CREAS e da*
229 *Proteção Especial, para se aprimorar a gestão e a qualificação dos serviços, convidando o CNAS*
230 *para participar desses eventos. Que colocaria no site a relação dos municípios nos quais os*
231 *Conselhos Municipais deveriam emitir o parecer sobre a ampliação do Programa ProJovem,*
232 *además de entregar cópia à Presidência e ao CONGEMAS. Concluindo, a senhora Secretária*
233 *passou a palavra para a Conselheira Simone, o Conselheiro José Crus e equipe, caso quisessem*
234 *complementar esse relato. A Conselheira Simone informou que fazia aproximadamente três anos*
235 *que o MDS vinha fazendo um projeto de trazer as universidades para o campo da pesquisa na área*
236 *da Assistência Social e da Segurança Alimentar. Indicou a conclusão de um formato jurídico, para*
237 *poder publicar um edital para que as universidades nacionais com núcleos de pesquisa pudessem*
238 *receber financiamento do MDS e incentivos do CNPq, solicitando à Secretaria de Avaliação e*
239 *Gestão da Informação que enviasse o edital para conhecimento ao CNAS e divulgação desse*

240 projeto. Informou que o Departamento de Gestão do SUAS, junto com a Secretaria-Executiva da
241 CIT, vinha participando do debate público da NOB-SUAS 2010, relatando os eventos sobre o
242 assunto e nos quais haviam participado, assim como as contribuições recebidas. Como não havia
243 Informe da CIT, por não ter sido realizada a reunião, o senhor Presidente em exercício passou para
244 os **Informes dos Conselheiros**. A Conselheira Maria do Carmo informou o falecimento do
245 professor Adilson Ventura, ex-presidente do CONADE, relatando sua trajetória e a luta pela pessoa
246 com deficiência. O Conselheiro Clodoaldo registrou sua solidariedade à família do professor
247 Adilson e a homenagem pelo trabalho que havia desenvolvido. **ENCERRAMENTO**. O senhor
248 Presidente em exercício, encerrando a reunião, convidou os membros das Comissões pertinentes
249 para que dessem início aos trabalhos. **ABERTURA**. O senhor Presidente em exercício reiniciou os
250 trabalhos, indicando a reunião conjunta da Comissão de Conselhos e da Comissão de Política, com
251 participação de membros de outras Comissões. Destacou que seu objetivo era dar continuidade ao
252 processo de discussão feito nas Comissões acerca da NOB SUAS 2010, indicando, entre outros
253 convidados, a presença da professora Gabriela Schreiner e do ex-Conselheiro, professor Edval
254 Bernardino. A seguir, passou a palavra para a professora Gabriela, que relatou sua trajetória
255 profissional, trazendo algumas provocações para ajudar a pensar a NOB 2010. Explicou a
256 apresentação que havia trazido sobre a NOB, após questionar a importância do usuário nessa
257 Política, observando que a questão do gênero estaria presente na pauta, discorrendo sobre o mesmo
258 e sua importância dentro do contexto sociocultural. Referiu-se ao papel exercido pelo homem e pela
259 mulher na sociedade através dos tempos, o qual havia mudado dentro do contexto atual. Discorreu
260 sobre o impacto da construção cultural dos papéis sociais masculinos e femininos, com resultados
261 diretos na gestão da Política de Assistência Social, sendo a construção cultural de gênero que
262 interferia na qualificação dos serviços e benefícios e em todas as outras dimensões da Política.
263 Referindo-se ao material em tela, indicou aquele relativo a um dos princípios organizativos do
264 SUAS que dizia se referia aos diversos segmentos, criança e adolescente, idosos, pessoas com
265 deficiência, mulheres, negros e outras minorias, indagando quais eram as razões que
266 fundamentavam as especificidades destacadas no material em tela, assim quais as alianças e
267 construções institucionais tinham que ser feitas para defesa dos direitos desses segmentos e quais as
268 razões que fundamentava essas questões. O senhor Presidente em exercício destacou que, assim
269 como em outras questões, esse momento trazia a necessidade de se estabelecer os princípios
270 organizativos do SUAS na NOB, tendo sido feita a identificação dos segmentos mais frágeis na
271 sociedade, sendo preciso estabelecer alguma forma de empoderamento para que tivessem o mesmo
272 tratamento que os demais. A professora Gabriela, após algumas colocações ponderou que o
273 segmento em desvantagem se traduzia em um adulto com esse mesmo problema, mas ressaltando
274 que qualquer pessoa que estivesse fora desse fator de risco também poderia estar vulnerável em
275 algum momento, devendo se ter cuidado em se pensar o que era vulnerabilidade. Concluindo,
276 observou que se considerando essas diferenças, trabalhando-se dentro de uma perspectiva mais
277 equitativa, sendo dimensões diferentes e que deveriam ser consideradas. O Conselheiro Renato
278 Saidel destacou que o ser humano, dependendo das condições, poderia estar vulnerável, ao que a
279 professora Gabriela complementou que essa vulnerabilidade era múltipla, mas que havia que se
280 incluir um trabalho para se repensar o segmento como um todo, tornando-o mais forte. O
281 Conselheiro Clodoaldo relatou uma experiência na área de pessoas com deficiência, com as
282 orientações dadas pelos técnicos não sendo atendidas pela família, por se tratar de trabalho
283 doméstico, que não era próprio para o homem. A professora Gabriela explicou que isso era
284 traduzido pela questão cultural de gênero que impedia que a família oferecesse tais oportunidades
285 de crescimento ao jovem. Procedeu à leitura de um texto da NOB sobre a proteção social da
286 Assistência Social, ressaltando que a mulher era a pessoa responsável por prover a sustentação
287 afetiva, biológica e relacional, relatando uma experiência sobre o assunto. Enfatizou que havia que
288 trazer para o o SUAS o cuidado com a relação homem-mulher e sua responsabilidade na sociedade,
289 trabalhando-se para que houvesse a equidade necessária. Citou outros trechos sobre o conceito de

290 família que sempre remetia à mulher, responsável pelo núcleo familiar e que além de participar das
291 atividades, além de garantir a sobrevivência desse núcleo teria que participar do CRAS, das
292 Conferências e como usuário dos Conselhos. Continuando, a professora Gabriela ponderou que o
293 direito à cidadania não era apenas declaratório, não dependendo apenas da palavra e dos textos da
294 lei., mas precisando ter processualidade, poder acessar os direitos na gestão da Assistência Social,
295 os quais precisavam estar presentes na dinâmica dos benefícios, serviços, programas e projetos
296 socioassistenciais. Falou sobre o maior número de homens que havia observado nos diversos
297 eventos, o que não era observado anteriormente. Ressaltou não saber se a MUNIC trazia alguma
298 questão referente ao sexo dos profissionais, sendo interessante conhecerem quantos homens e
299 quantas mulheres haviam na Assistência Social, concluindo que a cidadania não era vivida da
300 mesma maneira. Discorrendo sobre o papel da mulher e o era esperado desse segmento, enfatizou
301 que a ela era dado um lugar de mãe e não de mulher, devendo se trabalhar diferentemente com
302 ambos os sexos, para que pudessem ocupar todos os espaços na sociedade, sendo preciso dar um
303 lugar ao cidadão dentro da lógica do cuidar, do privado e à cidadã dentro da lógica de participação
304 do controle social, no público. Observou que a NOB só falava de usuário, com muitas mulheres não
305 se sentindo contempladas, o que deveria ser mudado, assim como a necessidade de se considerar
306 que a perspectiva de gênero vulnerabilizava tanto o homem como a mulher, para que os
307 diagnósticos feitos espelhassem a realidade. Que para isso, havia a necessidade de mais dados sobre
308 a questão, explicando que a maior presença da mulher nos eventos era porque se importava mais
309 com a família e não tinha pejo em pedir ajuda. Ressaltou a importância de segregar os dados por
310 sexo, mas o que não seria suficiente, sendo preciso imprimir capacidade crítica nas análises e na
311 proposição de variáveis que permitissem monitorar a efetividade das ações e programas na equidade
312 de gênero. Referiu-se à pesquisa do IBGE de 2002, relatando o que a mesma trazia sobre as tarefas
313 domésticas, com as mulheres exercendo a maior carga. Questionou se uma mulher trabalhava 33
314 horas semanais para as atividades domésticas, que tempo lhe sobraria para participar da gestão do
315 SUAS. Ressaltou que a questão era que se queria ou não essa participação, ao era favorável,
316 ponderando que se promovessem a participação tanto de homens quanto de mulheres, elas poderiam
317 experimentar espaços democráticos e isso voltaria para a família. Observou que um grande passo
318 para que os operadores e operadoras do SUAS pudessem promover a participação democrática seria
319 necessário envolvê-los também em dinâmicas democráticas para que pudessem efetivamente
320 participar. Destacou que a NOB SUAS falava de vigilância social e colocava três grandes conceitos
321 de risco, vulnerabilidade e território para poder avaliar necessidades *versus* oferta de serviços,
322 discorrendo sobre o território e suas implicações quanto ao gênero, assim como a vulnerabilidade
323 em todos seus aspectos. Ponderou que se não fossem consideradas essas questões, não se faria uma
324 vigilância social completa, discorrendo sobre as consequências de se colocar no sistema as
325 informações separadas entre homem e mulher. A seguir, falou sobre a oferta de serviços de
326 qualidade ao usuário e suas necessidades e que nem sempre correspondiam à realidade, com os
327 técnicos devendo estar preparados para tais situações. A professora Gabriela explicou sobre o que a
328 NOB trazia com relação à qualificação dos serviços socioassistenciais e sua abrangência, sua
329 qualidade em relação à participação do usuário. Discorreu sobre a questão do gênero e o papel da
330 mulher na sociedade e trazendo o cuidado como um direito universal, não distinguindo gênero ou
331 sexo. Relatou o contato com o usuário e suas necessidades e como deveriam ser tratadas. Explanou
332 sobre a experiência do Peru e sua aplicação, indicando as diferenças entre seus programas e o
333 CREAS e PAIF, com relação a crianças, idosos, atendimento familiar, cursos de capacitação
334 profissional, além de outras atividades. Ressaltou que o usuário não recebia programa de
335 transferência de renda e com a própria comunidade efetivando as ações necessárias. Após algumas
336 colocações sobre esses programas, a professora Gabriela esclareceu que a própria comunidade
337 levantava suas necessidades, trabalhando em parceria com o Estado, assim como a existência de
338 planos para cada questão, realizando-se assembleias mensais, com participação das famílias e
339 convocando-se o Comitê Gestor em caso de necessidade. Discorreu sobre a maior participação das

340 mães, relatando as informações por idade e a presença maior dos mais jovens, não havendo
341 associação com relação à Igreja. A professora Gabriela ressaltou que a participação e o
342 protagonismo requeriam uma discussão também com a perspectiva de gênero, com o protagonismo
343 do usuário precisando ser estimulado a partir de um processo participativo de experimentação de
344 relações democráticas, iniciando no seio da família. Que era importante que isso fosse
345 trabalhado pelo PAIF para promover a participação democrática no controle e fortalecimento do
346 SUAS. Concluindo, a professora Gabriela destacou a necessidade de se estimular e possibilitar a
347 participação nos espaços públicos de decisão, o que ajudaria nas relações democráticas na família,
348 como também no caso das unidades prestadoras, aumentar a participação dos usuários e das
349 usuárias na Assistência Social nas diferentes esferas de gestão do SUAS, o que estava intimamente
350 associado com o princípio de promoção da equidade. O senhor Presidente em exercício passou a
351 palavra para o professor Edval, que manifestou sua satisfação por se encontrar nesse Pleno e
352 parabenizando a professora Gabriela pela apresentação. A seguir, manifestou seu posicionamento,
353 discorrendo sobre a vulnerabilidade como resultante de determinações de classes sociais, agravadas
354 por questão de gênero. Que não compartilhava da tese sobre a supremacia da questão no gênero
355 como fator determinante das desigualdades e das vulnerabilidades. Ponderou que a pobreza
356 apresentava um recorte socioeconômico e político, discorrendo sobre a idéia de como a Assistência
357 Social era ligada à inutilidade social. Destacou que a expansão dessa Política era dificultada,
358 manifestando sua surpresa com a NOB 2010, que demonstrava que muitos não tinham medo de
359 correr riscos e enfrentar desafios. Discorreu sobre o controle social e a gestão compartilhada,
360 trazendo o que a NOB falava sobre essas questões, com a necessidade de serem extremamente
361 rigorosos nesse processo de formulação dos parâmetros e das diretrizes, com objetivos claros e
362 regras específicas. Ponderou que lhe parecia que os conceitos de controle social, gestão
363 participativa e cogestão estavam sendo adotados de forma indistinta, sendo coisas parecidas, mas
364 totalmente diferentes, discorrendo sobre sua aplicação. Que cabia à NOB definir essas questões,
365 colocando seu entendimento sobre as mesmas. Observou que no texto da NOB era acentuada a
366 presença do termo “usuários” e minimizada a presença de “Sociedade Civil”, destacando que a
367 participação do usuário deveria ser tratada como uma construção política, sendo parte da Sociedade
368 Civil e cujo empoderamento fortaleceria essa participação. Ressaltou ser fundamental para o bem da
369 democracia não eliminar a presença da Sociedade Civil sob o manto dos usuários, devendo haver
370 uma ponderação, em que o ponto central era a Sociedade Civil, o que estava claramente definido na
371 LOAS. Destacou o texto: “os atores da Política e, prioritariamente seus usuários, devem ser
372 envolvidos em todas as etapas de elaboração dos planos de Assistência Social”, encontrando que o
373 verbo deveria ser outro com “podem” e “devem” tendo conotações diferentes. Que não se deveria
374 instituir participação diferenciada entre os atores da Sociedade Civil, com os usuários se
375 fortalecendo enquanto cidadãos por meio de seu protagonismo no seio desse segmento e não nas
376 instâncias de Assistência Social, caso contrário se inverteria essas situações. Destacou que não era
377 atribuição da Sociedade Civil a elaboração do plano, cuja contribuição derivava das instâncias
378 instituídas para tais finalidades, criando-se instrumentos para propiciar essa participação. Observou
379 que, no seu entendimento, algumas das etapas da elaboração do plano eram técnicas, precisando-se
380 acabar com o preconceito de que os técnicos não tinham um lugar importante na estrutura do
381 planejamento, o que aconteceria e precisava ser preservado e ampliado. Colocou que não poderia
382 acontecer que o planejamento ocorresse em uma perspectiva burocrática, distante das demandas da
383 sociedade, mas que se o mesmo tivesse como fonte as deliberações das Conferências, as decisões
384 dos Conselhos isso não aconteceria, sendo necessário preservar e investir nessa preparação
385 profissional. Destacou as questões colocadas pela professora Gabriela com relação ao gênero, com
386 as dificuldades que localizava nas instâncias de execução, revelando que havia necessidade de um
387 investimento, primeiro para aprender e, depois para planejar, com as deliberações políticas sendo
388 efetivadas pela sociedade. Ponderou que o Conselheiro não precisava ser uma enciclopédia da
389 Assistência Social, mas sim ter sensibilidade e compromisso político com o avanço da sociedade e

390 com a construção da cidadania. Destacou que a NOB apresentava um item chamado participação do
391 usuário, mas que no seu entendimento deveria ser a participação da Sociedade Civil, mas
392 ressaltando a importância da participação dos usuários como um movimento da sociedade,
393 reconhecido pelo Estado, com a necessidade de investimentos para que isso acontecesse. Que se
394 encontravam diante de um desafio cultural de dimensão histórica incomparável, de trazer para o
395 mundo dos reconhecidos membros da comunidade grupos sociais considerados como assistidos, o
396 que transcendia a questão do gênero. O professor Edval citou o item 9.2., sobre o controle social,
397 onde faltavam prioridades políticas e programáticas como suas atribuições, precisando-se ouvir a
398 sociedade, ressaltando que nunca se havia feito avaliação dos resultados da Assistência Social, o
399 que era realizado pelo IBGE. Destacou que essa Política chegava onde o Estado não o fazia,
400 situação em que o Brasil registrava as mudanças mais importantes e cujo grau de efetividade
401 deveria ser considerado, com o texto não atribuído essa dimensão ao controle social. Com relação
402 às Conferências de Assistência Social, encontrava que a proposta deveria ser mais radical, por
403 serem instância desse Sistema e que precisavam assegurar a participação como direito, com os três
404 níveis da esfera de Governo propiciando a presença dos seus delegados em todos esses eventos e
405 com recursos permitindo essa participação, o que precisava ser aclarado no texto. Que deveria
406 constar na NOB a atribuição às Conferências para decidir sobre sua agenda, permitindo o avanço
407 nas deliberações. Sobre os Conselhos, ressaltou que precisavam estar estruturados com
408 equipamentos, recursos, pessoal e assessorias técnicas qualificadas que os habilitassem a tomar
409 decisões, caso contrário os Conselheiros tentariam se capacitar em todos os campos, o que era
410 inviável. Que era preciso sinalizar para que o CNAS e os demais Conselhos Estaduais e Municipais
411 criassem instrumentos normativos que assegurassem maior poder de vínculo às suas deliberações,
412 inclusive com punição à negligência do gestor ao estabelecido em lei e na NOB. Manifestou sua
413 preocupação com relação ao grande número de instâncias deliberativas, o que poderia trazer mais
414 problemas, discorrendo sobre CRAS, CREAS e outros serviços e sobre o que deveria haver em cada
415 instância, considerando suas diferenças. Quanto às unidades que chamava de Comissões Locais de
416 Controle Social, observou que os usuários deveriam ser priorizados por serem o principal objeto das
417 ações, mas também assegurando a presença dos outros segmentos da Sociedade Civil.
418 Prosseguindo, ressaltou que futuramente a Assistência Social possivelmente traria uma legião de
419 militantes da Assistência ademais dos profissionais, adquirindo novo espaço na sociedade brasileira.
420 Indicou sua preocupação sobre as CIB's regionais, sendo preciso, no seu entendimento, definir
421 melhor que matérias seriam submetidas às deliberações dos Conselhos Estaduais, comparando com
422 o trabalho da CIT. Concluindo, o professor Edval ressaltou a necessidade de que os Colegiados
423 municipais se convencessem mais do seu potencial mobilizador e de seu potencial transformador da
424 Política de Assistência e cuja participação era essencial. O senhor Presidente em exercício
425 agradeceu a participação dos professores Gabriela e Edval, que haviam enriquecido o debate,
426 ressaltando as colocações do professor Edval sobre o documento da NOB. Convidou os palestrantes
427 para retornarem para um maior aprofundamento de algumas questões, abrindo para as colocações
428 dos Conselheiros. A Conselheira Simone cumprimentou pela apresentação, ponderando que a NOB
429 vinha cumprir o desafio colocado pelo próprio Sistema, com o SUAS tendo que ser qualificado
430 dentro de um novo modelo. Destacou que trazia como questão fundamental o aprimoramento do
431 planejamento para poder qualificar a gestão da Assistência Social, assim como da qualidade de
432 serviços, com o usuário participando dessa discussão. Esclareceu que as CIB's regionais visavam
433 ter um espaço de planejamento, de construção do território da Proteção Especial, devendo ser
434 esclarecido que essa oferta era de responsabilidade do Governo do Estado. Entendiam que os
435 serviços circulariam pelo território e não os usuários para que se pudesse garantir a convivência
436 familiar e comunitária. Concordava com as colocações do professor Edval sobre a participação dos
437 usuários e que era um enorme desafio, com a área da Assistência Social tendo como tradição aceitar
438 aquele usuário que era organizado, sendo que o olhar dessa Política não aceitava aqueles que não o
439 eram. Que o Comitê Gestor era uma diretriz da Conferência Nacional, o que havia que ser pensado

440 concretamente e colocando-se o usuário nessa ação, para que os serviços ofertados fossem de
441 qualidade. Com relação ao trabalho técnico, destacou que o serviço na Assistência Social precisava
442 ter indicadores para que os usuários acompanhassem, solicitando apoio dos professores Gabriela e
443 Edval para clarificar e promover no documento as alterações necessárias. A Conselheira Gisele
444 ressaltou o trabalho que o Conselho vinha fazendo, enquanto a consulta pública corria o Brasil,
445 tentando construir um documento mais refletido e completo, trazendo alguns pontos que
446 enriqueciam esse processo de discussão. Manifestou sua satisfação com a proposta de unir o debate,
447 colocando algumas questões e citando o processo para que o usuário tivesse voz no SUAS e
448 também condições de influenciar nos rumos desse Sistema. Ressaltou a questão sobre a Sociedade
449 Civil, indagando como isso seria feito sem prejudicar a presença do usuário, protagonista dessa
450 Política, o que havia sido considerado na construção do texto. Concordou com a sugestão do
451 professor Edval de que Conselhos precisariam ter estruturas que os habilitassem, assim como a
452 questão das consultorias, mas sendo necessário oferecer condições para aqueles que funcionavam
453 em município muito pequenos e com condições diferenciadas em relação a outros. Relatou a
454 discussão realizada na Comissão de Conselhos sobre as unidades prestadoras de serviços terem ou
455 não caráter deliberativo, solicitando ajuda para definir como aconteceria a relação com as outras
456 estruturas, assim como quanto à representação tanto nas Conferências como nos Conselhos.
457 Referiu-se às CIB's, comparando com a CIT, deixando-se mais claro que o Conselho Estadual era a
458 instância a que as mesmas deveriam se reportar como deliberação e como instância máxima de
459 debate. A Conselheira Marisa indagou ao professor Edval sobre sua colocação com relação aos
460 instrumentos normativos de maior poder e vínculos ao Conselho, e à negligência dos gestores e se
461 estava se referindo às três instâncias, sendo muito cobrados, falando pela gestão municipal que
462 representava. Ressaltou a pequena participação dos Estados, que cobravam muito dos municípios,
463 os quais em sua maioria, eram de porte I, não tendo infraestrutura adequada, o que precisaria ser
464 pensado nessa NOB. Indagou onde ficava o Ministério Público, visto a colocação do professor Edval
465 quanto às sanções aos outros entes, sobretudo ao estadual, considerando que os municípios já
466 sofriam cobrança pela implementação dessa Política nos territórios. O Conselheiro Renato Saidel
467 referiu-se à questão dos recursos, observando ter dentro do SUAS uma falha na forma como estava
468 sendo concebido, tendo que se rever uma série de questões. Ponderou que essa proposta espelhava o
469 que se vivia em sociedade e o que se procurava responder, indagando ao professor Edval qual seria
470 sua proposta diante dos problemas levantados. Solicitou que discorresse sobre a questão do
471 Conselho, Plano e Fundo, para que tivessem efetividade e qualidade. Com relação à infraestrutura
472 dos Conselhos ressaltou a necessidade que tivessem suporte adequado para resolver a questão da
473 capacitação, Sobre os municípios de porte I, destacou o problema existente com a falta de recursos e
474 que não permitia a existência de um quadro técnico especializado e de profissionais que atendessem
475 à demanda existente. O professor Edval discorreu sobre a participação do usuário, ressaltando as
476 diferenças existentes e que deveriam ser consideradas, tendo que se ater ao mundo real e
477 observando que em vários lugares a sociedade não estava estruturada para comportar determinados
478 avanços. Ponderou que nos Conselhos, principalmente no Conselho Nacional, havia a preocupação
479 de se fazer avançar a Assistência Social, o que aconteceria se envolvessem a Sociedade Civil nesse
480 processo e, dentro dela, os usuários falando sobre suas organizações e suas atividades. Citou a
481 questão do gênero, colocada pela professora Gabriela, sendo preciso inserir a mulher nesse
482 contexto, enquanto agente do processo político. Dirigindo-se à Conselheira Marisa sobre o
483 envolvimento do Ministério Público, encontrava que era preciso antes politizar e só depois
484 judicializar, mais incorporando do que reprimir, o que se fazia com diálogo. Ressaltou a melhoria
485 da vida na sociedade, criando-se alternativas de atividades para a juventude, assim como a diferença
486 que o CRAS trazia nesse contexto. Com relação ao colocado pela Conselheira Simone, observou
487 que se fossem criar as CIB's regionais para atender essas demandas, se estaria criando um problema
488 maior, impossibilitando que os Conselhos daqueles municípios, juntamente com o Conselho
489 Estadual, construíssem uma estratégia conjunta, devendo se pensar em como criar meios para que

490 pudessem atender suas demandas. Que era um desafio fazer com que a Política alcançasse os
491 usuários e vice-versa, sendo preciso estimular organização, possibilitando que todos os segmentos
492 de usuários, devidamente representados, tivessem a oportunidade de dialogar sobre suas demandas,
493 assim como a participação da Sociedade Civil, onde estava inserido. Com respeito às colocações do
494 Conselheiro Renato Saidel sobre a questão orçamentária e da qual não tinha grande conhecimento,
495 colocou que o Plano não poderia ser um documento para se guardar, mas sim um contrato
496 estabelecido pelo Estado com a sociedade, com ambos tendo pleno conhecimento e dialogar sobre o
497 mesmo, por ser um instrumento político do controle social. A professora Gabriela fez duas
498 observações, a primeira, resultante do seu trabalho diretamente com Conselhos Municipais de
499 Direito das Crianças e Adolescentes da Assistência, preocupando-se com as colocações sobre a
500 capacitação dos Conselheiros ser desnecessária. Relatou as situações em muitos se encontravam,
501 principalmente nos municípios com menor acesso à informação, à mercê de burocratas ou pessoas
502 mal intencionadas impedindo a efetivação de muitas ações importantes; e, a segunda, sobre o
503 protagonismo, relatando uma palestra que havia realizado sobre o assunto e os resultados
504 alcançados, com cada um dos participantes conhecendo seu papel na sociedade. Com relação à
505 questão do gênero que havia levantado, observou que o primeiro passo seria reconhecer a situação,
506 que resultava em muitas questões a serem estudadas, com os princípios da Política como um todo
507 devendo ser repensados, incluindo essa questão. Sobre a NOB destacou que era interessante essa
508 denominação de loucos àqueles que reconheciam que a realidade não estava de acordo e queriam
509 sua modificação. Que havia todo um processo por enfrentar, devendo-se em um primeiro momento
510 reconhecer a necessidade de incorporar os princípios dessa norma e chamando outros profissionais
511 que estivessem estudando sobre o assunto no país, inclusive o CRAS para contribuir, relatando
512 alguns projetos que estavam sendo realizados. Observou que também deveria ser estudada dentro do
513 programa do PAIF uma vertente importante, que trabalhasse a paternidade, relatando alguns
514 projetos que havia conhecido sobre a questão. O senhor Presidente em exercício informou a
515 distribuição de um documento feito pela Comissão de Conselhos, a ser trabalhado no dia seguinte
516 durante o relato dessa Comissão. O Conselheiro Pedro Ost observou que em relação à primeira
517 parte, não se poderia dizer que o SUAS atenderia ao recorte colocado pela professora Gabriela, com
518 essa discussão devendo incluir a utilização de outros espaços ademais dos CRAS e cujo tempo em
519 termos de escola, universidade, etc, era exíguo. Referiu-se às colocações do professor Edval sobre o
520 destaque dado ao usuário e menos à Sociedade Civil, tendo colocado em um documento que o
521 usuário era Sociedade Civil, o que não poderia ser separado e com a NOB focando essa questão.
522 Com relação aos Conselhos de Unidades Prestadoras, havia sido colocada a sobreposição de
523 poderes, com todos devendo contribuir para a melhoria do documento. Relatou que durante a
524 reunião da Comissão de Financiamento havia indicado a existência de apenas um parágrafo que
525 falava sobre a Sociedade Civil, sendo importante rever essa situação e essa NOB. O senhor
526 Presidente em exercício, dirigindo-se à professora Gabriela, colocou que um dos eixos estruturais
527 da Política era a matricialidade sociofamiliar, com a necessidade de se revisar os conceitos
528 existentes, admitindo-se os diversos grupos familiares, além daquele clássico. Concordava com as
529 colocações do professor Edval de que os usuários precisavam existir enquanto Sociedade Civil, mas
530 que antes de se fazer essa crítica sobre a sua maximização, havia que a qualificar e entender que
531 Sociedade Civil era essa que se gostaria que a Política criasse e que também se pudesse qualificar o
532 usuário. Que havia questionado qual seria a matriz que o professor Edval havia trazido de
533 Sociedade Civil e se estariam falando a mesma coisa. Que era preciso qualificar e entender a qual
534 Sociedade Civil estavam se referindo para poder entender a Política como processo indutivo de
535 criação deste sujeito coletivo e também para pensar o CRAS com outro olhar. Encontrava correta a
536 crítica ao documento, sendo preciso, antes de sua revisão, aprofundar esse debate a partir da matriz
537 que o professor Edval havia trazido. O Conselheiro Sérgio Wanderly, referindo-se ao entendimento
538 do professor Edval sobre os municípios, concordou ser crucial seu entendimento sobre os avanços
539 construídos. Observou a preocupação que havia sido a construção da participação do usuário, assim

540 como a organização das CIB's regionais e a precariedade nos encontros dessas entidades e de
541 alguns Colegiados, ressaltando a necessidade de conversar com os técnicos responsáveis pelo
542 documento e contribuir nessa construção coletiva. Destacou as dificuldades existentes nos
543 municípios para se conseguir avançar, com a falta de diagnósticos e instrumentos fundamentais para
544 a efetivação dos serviços. Relatou a preocupação com a falta de recurso, com os gestores tendo que
545 se articular para resolver esses problemas, com esse documento devendo tratar dessa questão e
546 consagrar os avanços alcançados. Dirigindo-se à Conselheira Simone, concordou com suas
547 colocações sobre a dificuldade de o Estado sair do papel do executor, relatando as dificuldades
548 encontradas pelos municípios. O Conselheiro Carlos Rogério reputou como muito importantes as
549 contribuições feitas por pessoas com experiência, destacando o papel da mulher na sociedade e com
550 a experiência do Peru sendo muito importante para que se tivesse referências para essas situações
551 no Brasil. Sobre as ponderações com respeito à Sociedade Civil, concordou que a mesma era
552 heterogênea, tendo contradições explícitas, relatando a luta das Centrais Sindicais, existindo a
553 vontade de que a NOB, para construção de propostas, fosse primeiramente apropriada e depois
554 debatida. Observou que historicamente a defesa dos direitos, da cidadania, era fruto das
555 mobilizações pelas Centrais Sindicais, destacando a necessidade de se passar por esse processo de
556 apropriar, divulgar e defender essa Política Pública na área da Assistência Social. O Conselheiro
557 Frederico agradeceu as contribuições dos professores Gabriel e Edval nesse momento de discussão
558 da NOB. Relatou a realização da primeira Conferência Mundial sobre desenvolvimento em sistemas
559 de seguridade e que lançava um desafio interno para o Conselho Nacional, de ser estimulador de
560 todos os processos de discussão, com outras Políticas em tripé, principalmente com a Saúde.
561 Relatou as ações realizadas pela Saúde nos pequenos municípios e de quem era preciso se
562 aproximar para empoderar os usuários, os trabalhadores dentro de um território local, aproveitando-
563 se essa experiência. Ressaltou a colocação da importância do gênero, discorrendo sobre o papel
564 exercido pela mulher e suas atividades na ponta, mas ressaltando que essa diferença muitas vezes
565 prejudicava o debate sobre a questão. O Conselheiro José Geraldo observou, em relação à colocação
566 do professor Edval, a existência de um projeto de grande importância e que estava no PAC II, com
567 representação das Políticas de esporte, Assistência Social através dos CRAS, cultura, educação e
568 trabalho e que, dependendo como era conduzido, poderia atender aos anseios apresentados.
569 Discorreu sobre o controle social do Plano, colocando que não bastava fazer esse controle, mas que
570 era preciso fazer controle social do processo, que compreendia a elaboração da Lei de Diretrizes
571 Orçamentárias, elaboração do Plano Plurianual e, da proposta orçamentária, sem os quais era
572 impossível controlar o que se queria para a Política de Assistência Social. O Conselheiro Clodoaldo
573 agradeceu as contribuições dadas pelos professores, falando para a professora Gabriela sobre as
574 relações dos técnicos dentro do CRAS, colocando-se a inclusão, mas havendo discriminação dentro
575 dos mesmos, solicitando que a professora falasse sobre como deveria ser a relação entre o atendido
576 e o profissional nesse novo desenho. Indagou ao professor Edval que matriz havia citado,
577 precisando entender quais eram as propostas para poder rever ou não sua posição. O senhor
578 Presidente em exercício observou ter feito algumas colocações no sentido de que o conceito de
579 Sociedade Civil do professor Edval tinha uma matriz teórica e que não se tratava de uma análise
580 meramente academicista, trabalhando-se a partir da realidade. Que a partir do que havia sido
581 colocado, como se poderia trabalhar o entendimento de uma heterogeneidade de concepções de uma
582 Sociedade Civil, direcionando-se, a partir disso, as ações a serem efetivadas nos CRAS. A
583 professora Gabriela encontrou muito importante a última colocação em relação às equipes,
584 destacando a importância da linguagem do profissional, que direcionava sua relação com o usuário,
585 podendo ou não demonstrar uma relação de poder. Observou que os profissionais em sua grande
586 maioria eram mulheres e que não tinham condições de debater, de acordo com sua posição, sendo
587 muito importante se pensar esse tema na Política de capacitação que estavam sendo deliberada, com
588 o profissional não precisando somente de capacitação e formação, mas também de espaços para
589 refletir. Que era muito importante essa relação entre profissionais e usuários, podendo opinar e não

590 apenas pedir ajuda. Destacou a questão de repensar o modelo tradicional de família, discorrendo
591 sobre o assunto e as modificações que esse conceito vinha sofrendo através dos tempos, relatando o
592 que havia observado em suas pesquisas. Que os profissionais estavam tão enraizados no modelo
593 tradicional de família que preferiam não reconhecer que existia um homem não produtivo,
594 concluindo que sistemas de informações também eram importantes. O professor Edival colocou-se
595 à disposição para novos encontros, esclarecendo que quando falava em salvar os Conselheiros da
596 sobrecarregada agenda da capacitação, não descartava a necessidade de que o mesmo fosse
597 capacitado naquilo que correspondesse ao organismo que representava. Destacou, conforme
598 colocado pelo Conselheiro José Geraldo, que o Plano era um instrumento do controle social, com o
599 debate teórico sendo tão importante quanto o político. Observou que quando se comentava que o
600 que estava em crise era a família nuclear, teoricamente, encontrava ser uma imprecisão,
601 considerando que toda família era nuclear, mas que nem todo núcleo familiar obedecia a esse
602 padrão. Relatou alguns autores de Sociedade Civil, citando as diferenças entre os mais clássicos e
603 os mais modernos, com esses orientando todo o processo de gestão das denominadas Políticas
604 Sociais de nova geração, com perspectiva neoliberal. Observou que somente compreendia a
605 Sociedade Civil pensando em outra perspectiva, enquanto expressões organizadas, discorrendo
606 sobre o que a cultura ocidental havia trazido para a massificação desse padrão com base na
607 experiência trabalhista, tendo os sindicatos como matriz, o que quase havia se tornado uma regra
608 infalível. Que a Sociedade Civil precisava ser mais do que isso, mas que a mesma, no seu
609 entendimento, se estruturava em sujeitos coletivos., com os usuários da Assistência Social
610 precisando ter uma dimensão de coletivo, e cuja falta limitava sua interlocução com os atores
611 estruturados enquanto poder. Encontrava ser preciso, no campo da Assistência Social, ter a
612 tranquilidade e a paciência de fazer políticas no mundo real, o que significava considerar as
613 circunstâncias e os atores reais desse processo e sua competência para exercer seu protagonismo.
614 Ponderou ser preciso evitar os assistencialismos, que eram tão prejudiciais quanto as negativas
615 clássicas de inclusão. Concluindo, agradeceu o convite e se colocou à disposição para outras
616 oportunidades. O senhor Presidente em exercício solicitou aos Coordenadores de Comissão que os
617 nomes dos professores Gabriela e Edval deveriam constar nas agendas das Comissões, visto terem
618 se disposto a contribuir com o debate. Agradeceu, em nome do Conselho, a valiosa contribuição que
619 haviam dado e que ajudavam a avançar e agilizar as reflexões sobre o assunto.
620 **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar nesse
621 momento, encerrou a reunião. **ABERTURA.** Aos sete dias do mês de outubro de 2010, o senhor
622 Presidente deu prosseguimento à 183ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
623 Social, solicitando à Secretária-Executiva que verificasse o quorum: Conselheiros Titulares e na
624 Titularidade: Conselheiro Renato de Paula, Conselheiro José Geraldo, Conselheira Marta de
625 Oliveira, Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima
626 Leite, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico
627 Jorge de Souza Leite, Conselheiro Renato Saidel Coelho. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José
628 Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro José
629 Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheiro Antônio Pereira
630 Kbça da Silva Filho, Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho e Conselheira Iolete Ribeiro da
631 Silva. A seguir, o senhor Presidente informou que na terça-feira havia participado da reunião de
632 Comissão de Constituição e Justiça, juntamente com os Conselheiros Simone, José Araújo, Ana
633 Carolina, Leila Pizzato, Carlos Rogério e Pedro Ost. Que foram recebidos pelo seu Presidente,
634 deputado Eliseu Padilha, que já havia sido Presidente do FONSEAS e que destacou seu total
635 empenho para a aprovação do PL SUAS. Comunicou que a Secretária-Executiva entregaria os
636 nomes dos membros da Comissão de Constituição e Justiça e o *status* em que se encontrava
637 atualmente a tramitação do PL, publicizando para os Conselhos Municipais articularem junto aos
638 seus deputados. Comunicou que no dia 30 de setembro havia sido comemorado o Dia da Secretária,
639 cumprimentando a toda a equipe que dava suporte para que pudessem realizar seu trabalho. O

640 senhor Presidente passou para a Conselheira Maria da Conceição, que relatou as dificuldades de
641 acesso aos ônibus pelas pessoas com deficiência e também sobre o passe livre para as meninas e
642 meninos das APAES, para terem condições de se locomover, solicitando o apoio dos Conselheiros.
643 O senhor Presidente ressaltou a necessidade de que todos lutassem por esses direitos. A seguir,
644 passou para o item de pauta, **Relato da Presidência Ampliada**, pelo Conselheiro Renato de Paula:
645 *“Memória da reunião da Presidência Ampliada de outubro de 2010. Data: 05/10/2010 HORÁRIO:*
646 *18h às 20h. Conselheiros (as): Carlos Eduardo Ferrari - Presidente; Renato Francisco dos Santos*
647 *Paula - Vice-Presidente; Carlos Rogério de Carvalho Nunes - Coordenador-Adjunto da Comissão*
648 *de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite - Coordenador de Política; Sérgio Wanderly Silva -*
649 *Coordenador-Adjunto Comissão de Financiamento; Gisele Tavares - Coordenadora da Comissão*
650 *de Conselhos. Ausências justificadas: José Geraldo França Diniz - Coordenador da Comissão de*
651 *Financiamento e Antonio Celso Pasquini - Coordenador da Comissão de Normas. Apoio: Maria*
652 *das Mercês - Secretária-Executiva e Silvani Souza - Gabinete CNAS. 1. PROPOSTA DE PAUTA*
653 *DA 184ª Reunião Ordinária 10, 11 e 12 de novembro de 2010. Dia 10/11/2010 - quarta-feira. De*
654 *9h às 12h, Reunião da Comissão de Conselhos, das 14h às 18h, Reunião da Comissão de Normas,*
655 *Reunião da Comissão de Financiamento e Reunião da Comissão de Política. Das 18h às 19h,*
656 *Reunião da Presidência Ampliada. Dia 11/11/2010 - quinta-feira - Plenária. Das 09h às 09h15min,*
657 *Aprovação da ata da reunião anterior e da pauta, das 9h15min às 10h, Informes da*
658 *Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. Das 10h às 10h30min, Relato do*
659 *GT logomarca CNAS. Das 10h30min às 12h, Comissões Temáticas: relato dos principais pontos*
660 *das discussões sobre a NOB SUAS 2010 - Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços*
661 *Socioassistenciais. Das 14h às 16h, Vínculo SUAS. Das 16h às 18h, Programa Bolsa-Família:*
662 *controle social e outras dimensões. Dia 12/11/2010 - sexta-feira - Plenária. Das 9h às 10h, Relato*
663 *da Presidência Ampliada . Das 10h às 12h, Relato da Comissão de Conselhos, das 14h às 16h,*
664 *Relato da Comissão de Normas, das 16h às 17h, Relato da Comissão de Política, das 17h às 18h,*
665 *Relato da Comissão de Financiamento. Item 2. Reunião da Comissão de Ética - publicada pela*
666 *Resolução CNAS nº 24/2010, DOU de 17 de agosto de 2010. A Comissão de Ética é integrada por*
667 *representação paritária, escolhida na Plenária, pelos seguintes Conselheiros: Renato Francisco*
668 *dos Santos Paula, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*
669 *(MDS); José Geraldo França Diniz, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e*
670 *Gestão (MP); Rita de Cássia Freitas Coelho, representante do Ministério da Educação (MEC);*
671 *Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);*
672 *José Araújo da Silva, representante da Pastoral da Pessoa Idosa e Wagner Carneiro de Santana,*
673 *representante da Fundação Orsa. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 12 da Resolução nº*
674 *209/2005, que instituiu o Código de Ética do CNAS ‘Haverá uma reunião ordinária a cada 6 (seis)*
675 *meses, e tantas extraordinárias quantas forem convocadas pelo Coordenador da Comissão de*
676 *Ética, ou por 2 (dois) de seus membros’. Encaminhamentos da Presidência Ampliada. 2.1*
677 *Necessidade de agendar uma reunião da Comissão de Ética, com o indicativo de ponto de pauta a*
678 *Operação Fariseu da Polícia Federal. 2.2 Consultar a Plenária sobre outros pontos de pauta, 3.*
679 *Informes sobre o CENSO SUAS. A Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos encaminhou*
680 *à Presidência Ampliada relatório sobre a mobilização realizada junto aos Conselhos Municipais e*
681 *Estaduais para preenchimento do questionário do CENSO SUAS 2010 (relatório em anexo). A*
682 *conclusão do CENSO SUAS resultou no preenchimento por 4.983 (quatro mil, novecentos e oitenta*
683 *e três) CMAS e 100% dos CEAS e CASIDF. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: 3.1*
684 *Encaminhar ofício de agradecimento aos CEAS pelo empenho para o preenchimento do CENSO*
685 *SUAS 2010 e apoio aos municípios. 3.2 No caso dos estados onde identificou-se Conselhos*
686 *Municipais que não preencheram o questionário, solicitar que os Conselhos Estaduais verifiquem o*
687 *motivo do não preenchimento do documento informando ao CNAS. 3.3 Informar à CIT quais foram*
688 *as providências adotadas pelo CNAS e solicitar que a mesma se posicione sobre os*
689 *encaminhamentos que serão dados após o fechamento do sistema (neste caso o não preenchimento*

690 do questionários por cerca de 12% dos CMAS). 4. Proposta de tema e programação da Reunião
691 Ampliada e Descentralizada do CNAS, a realizar-se em Dezembro, na cidade de Fortaleza.
692 Encaminhamentos da Presidência Ampliada 4.1 Sugere-se como assuntos a serem tratados: A NOB
693 SUAS 2010 no âmbito do Controle Social; A Assistência Social e Seguridade Social, enfocando o
694 Programa Bolsa-Família e seu controle social e a integração do SUAS com os demais Sistemas de
695 Proteção Social. A partir da definição dos assuntos centrais, definir-se-à o tema. 4.2 Quanto à
696 programação, a Presidência Ampliada ressaltou que deverá contar com mesas temáticas e um
697 momento para manifestação dos Conselhos de Assistência Social, além de oficinas/grupos de
698 trabalho, dependendo da dinâmica aprovada. 5. GT Benefícios Eventuais e Seminário
699 Internacional do BPC. De acordo com o disposto na Resolução CNAS no 21/2010, que institui o
700 Grupo de Trabalho CNAS/CNS, o referido grupo tem o prazo de até novembro/2010 para
701 apresentação de uma resolução conjunta CNAS/CNS com orientações aos municípios, estados e o
702 Distrito Federal, sobre a reordenação dos benefícios eventuais de acordo com a Política de
703 Assistência Social e de Saúde. A última reunião do GT será realizada no dia 27/10/2010 quando a
704 proposta de resolução será finalizada para apresentação e discussão na Comissão de Política, e
705 aprovada posteriormente, na plenária do CNAS, cuja reunião será realizada nos dias 09, 10 e 11
706 de novembro. Nos dias 08, 09 e 10 de novembro será realizado o Seminário Internacional do BPC
707 cujo objetivo é promover discussões acerca deste Benefício, de modo a avaliar os resultados e
708 impactos obtidos desde sua implementação e apontar rumos para este benefício em consonância
709 com os preceitos constitucionais que estabelecem os objetivos da Assistência Social. O
710 Departamento de Benefícios Assistenciais DBA/SNAS/MDS considera ser imprescindível a
711 participação representativa de Conselheiros desse CNAS no evento. Além disso, o seminário está
712 sendo organizado pelo DBA/SNAS, o que exigirá da equipe do Departamento dedicação total no
713 evento impossibilitando a participação de membros do GT CNAS/CNS que representam o MDS na
714 reunião da Comissão de Política e da reunião da plenária do CNAS para discutir a minuta de
715 resolução sobre Benefícios Eventuais. Por essas razões, aquele Departamento solicitou que seja
716 avaliada a possibilidade de alteração da data da reunião da Comissão de Política e da Plenária do
717 mês de novembro. **Encaminhamentos da Presidência Ampliada** 5.1 Propôs-se a alteração da data
718 da 184ª Reunião Ordinária do CNAS, dos dias 9, 10 e 11 para 10, 11 e 12 de novembro. 6.
719 Correspondência do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca/SP sobre a capacitação
720 de Conselheiros da Assistência Social e para os participantes das ICS - Instâncias de Controle
721 Social do PBF, realizada em Marília —SP, nos dias 31 de maio a 03 de junho de 2010. O CMAS de
722 Franca/SP parabeniza o CNAS e MDS pela Capacitação no polo de Marília/SP, porém destaca que
723 a empresa contratada não atendeu todas as condições necessárias do ponto de vista do
724 conhecimento técnico e teórico, quanto da prática da realidade vivenciada pelos diversos
725 Conselhos e ICS. A observação é em relação aos monitores, facilitadores e professores envolvidos
726 na capacitação (correspondência anexa). **Encaminhamentos da Presidência Ampliada:** 6.1
727 Propôs-se encaminhar a correspondência à SNAS e SAGI - MDS e solicitar informações sobre o
728 processo de avaliação da capacitação nos municípios, quais as principais questões e problemas
729 apresentados, qual o percentual de reclamações, quais as providências tomadas pelo MDS em
730 casos como o apontado pelo CMAS de Franca. 6.2 Encaminhar ofício ao CMAS de Franca
731 informando sobre os encaminhamentos. 7. Resolução CNAS n°11/2010, que estabelece os
732 procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social -
733 CNAS - (Juízo de Admissibilidade). A Secretaria-Executiva do CNAS encaminhou à Presidência
734 Ampliada as seguintes considerações quanto à Resolução CNAS n°11/2010: A Resolução
735 n°11/2010, que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS, em seu
736 art. 2º dispõe que: “Art. 2º. Entende-se por denúncia a comunicação de ato ou fato que enseje a
737 apuração de eventuais irregularidades, pertinentes a este Conselho”. Portanto, ao inferir à
738 expressão “pertinentes a este Conselho” há os seguintes questionamentos: a) Quem define a
739 pertinência? (há um juízo de admissibilidade, ou seja, é necessário analisar e definir se é uma

740 denúncia ou não. Quem definirá?) b) Quais os critérios para o juízo de admissibilidade? c) Se após
741 essa prévia análise, houver o entendimento que não se trata de uma denúncia, mesmo assim deverá
742 ser protocolado o documento conforme a prevê a Resolução CNAS nº11/2010? d) De que se trata
743 essa pertinência? (definição, conceituação) e) Em que se baseia essa pertinência? (fundamentação)
744 f) Após a “admissibilidade” da denúncia e encaminhamento ao órgão competente, como o CNAS
745 deverá proceder para acompanhar o “desfecho” da denúncia? Esclareceu-se, ainda que as
746 denúncias relacionadas à certificação são encaminhadas ao Ministério de correspondência da área
747 preponderante de atuação da entidade, conforme proposto pelo GT 108/2009, que definiu os
748 procedimentos a serem adotados pelo CNAS quanto à certificação. **Encaminhamentos da**
749 **Presidência Ampliada:** 7.1 A Presidência Ampliada propõe que as denúncias recebidas no CNAS
750 sejam submetidas à Presidência do CNAS (Presidente e Vice) para o juízo de admissibilidade. O
751 objetivo é dar maior celeridade à análise. Ressaltou-se que essa proposição deverá ser analisada
752 pela Comissão de Normas, a fim de regulamentá-la no novo Regimento Interno. 7.2 Após o retorno
753 da Presidência, a SE/CNAS irá protocolar a denúncia e obedecer aos ritos da Resolução CNAS
754 nº11/2010. 8. **CONVITES.** 8.1 Convite da Fundação Orsa para o CNAS proferir palestra com o
755 tema “Contextualização da Diretrizes e Normativas Gerais da Assistência Social no âmbito
756 nacional”, durante um seminário na região do Vale do Jari, na cidade de Almerim/PA, no dia 20
757 de outubro de 2010. O encontro entre os diferentes segmentos do sistema de garantia de direitos da
758 criança e adolescente pretende reunir Conselheiros e operadores do sistema nos estados do Pará e
759 Amapá, sobretudo os que atuam na fronteira entre os dois estados, com a finalidade de continuar o
760 diálogo com esses atores iniciado em 2009, contextualizando o debate sobre as mais variadas
761 formas de violência ocorridas no Brasil e especificamente na Amazônia, e ainda, identificando os
762 atores que vem trabalhando na defesa dos direitos sociais, principalmente os Conselhos
763 Municipais, Estadual e Tutelar, assegurando efetivamente os Direitos e garantias de defesa.
764 Público: Os Conselheiros Municipais, Estaduais e Tutelares dos municípios de: Macapá, Laranjal
765 do Jari e Vitória do Jari do Amapá e Belém e Almeirim do Pará; Ordenadoras de despesas e
766 técnicos da Secretaria Municipais de Assistência Social; Juízes, Promotores da Infância e
767 Adolescência, Delegados e profissionais da Segurança Pública, Presidentes das Câmaras
768 Municipais e Assembléia Legislativa; Representante da ABMP (Nacional, Regional e Estaduais).
769 **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** A Presidência Ampliada sugere o Conselheiro José
770 Crus. 8.2 O Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas convida a Conselheira Maria
771 Aparecida do Amaral Godoi, representante dos trabalhadores da Assistência Social, para proferir
772 palestra sobre ‘O papel dos trabalhadores do SUAS e seus espaços de articulação’, no dia 19 de
773 outubro de 2010, em Maceió/AL. A Presidência Ampliada concorda com a indicação e submete à
774 aprovação da Plenária. 8.3 O Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS convida o
775 CNAS para participar da Semana de Oficinas Temáticas, que terão como objetivo discutir
776 orientações técnicas e o traçado metodológico do CREAS, seus Serviços e do Centro de Referência
777 Especializado para População em Situação de Rua. Abaixo seguem maiores informações. No dia 6
778 de outubro o tema é “Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua”.
779 **Representação do CNAS:** ausência justificada, tendo em vista que coincide com a nossa Plenária.
780 Dia 07 de outubro, quinta-feira, o assunto é “Gestão dos CREAS”, ausência justificada, tendo em
781 vista que também coincide com nossa Plenária. Dia 08 de outubro, sexta-feira, “PARFI”, submeter
782 à Plenária para indicação. Dia 13 de outubro o tema é “Serviço de Medida Socioeducativa
783 (Liberdade Assistiva e Prestação de Serviços à Comunidade). Indicação da Presidência
784 Ampliada: Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. Dia 19 de outubro, terça-feira, o tema é
785 “Abordagem Social”. Indicação da Presidência Ampliada: Conselheiros Samuel Rodrigues e
786 Frederico Jorge de Souza Leite. Dia 20 de outubro, quarta-feira, o tema é “Serviço de Proteção
787 Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias”. Indicação da Presidência
788 Ampliada: Presidente Carlos Eduardo Ferrari e Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. O
789 horário das reuniões é de 9h às 17h, local é na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, sala 422. 9

790 **OUTROS ASSUNTOS.** 9.1 A Comissão Organizadora do CIAD 2010 - 9º Congresso Brasileiro
791 Interdisciplinar de Assistência Domiciliar, organizado pelo Instituto Racine e a Fundação
792 Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que ocorrerá no período de 19 a 21 de
793 novembro de 2010 em São Paulo, enviou material informativo sobre o evento para divulgação e
794 concede ao CNAS uma credencial VIP, com acesso a todas as atividades do Congresso.
795 **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** enviar ofício agradecendo e informando a
796 impossibilidade de participação. 9.2 Atualização da programação da Oficina de Trabalho
797 Conjunta, MDS/SNAS/CNAS, Gestores Estaduais e Municipais para cumprimento das ações
798 conjuntas previstas no Plano de Providências proposto pelo MDS/CNAS em decorrência do
799 Acórdão TCU no 2809/2009, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2010. Carlos Eduardo Ferrari,
800 Presidente do CNAS”. A Conselheira Ana Carolina indicou no dia 11 de novembro o relato do GT
801 Logomarcas CNAS, indagando como seria a metodologia dessa reunião. O senhor Presidente
802 esclareceu que o Grupo seria convocado, tendo sido publicada a resolução e com a reunião tendo
803 que ser realizada ainda nesse mês. O Conselheiro Samuel observou que na última reunião havia sido
804 sugerido que o CNAS elaborasse uma carta aos Conselhos Municipais com um posicionamento
805 político do CNAS sobre o tratamento da população em situação de rua no país, indicando que para
806 novembro se poderia pautar sua apreciação pelo Pleno. A Conselheira Marisa informou que o seu
807 Grupo daria um retorno ainda nessa oportunidade, com relação à data de reunião, ao que o senhor
808 Presidente indicou os membros do Grupo: Conselheira Ana Carolina, Conselheiro José Araújo,
809 Conselheira Marisa e Conselheiro José Crus, mantendo esse item e apenas ajustando a data de
810 reunião. Com relação à demanda do Conselheiro Samuel encontrava que essa leitura e apreciação
811 poderiam ser realizadas na sexta-feira, entre a leitura das memórias, solicitando à Secretária-
812 Executiva que fizesse essa alteração. O senhor Presidente, após essas colocações, considerou o item
813 relativo à pauta aprovado pelo Pleno, com as reuniões realizando-se quarta, quinta e sexta-feira.
814 Item dois, **Comissão de Ética**, lembrou haver dois encaminhamentos, com a reunião semestral da
815 Comissão de Ética sendo uma demanda Regimental e abrindo para discussão o indicativo de pauta
816 dessa Comissão no item 2.1 e 2.2. O Conselheiro Frederico sugeriu incluir no item 2.2 de outros
817 assuntos, a questão dos processos em relação à certificação e cujo encaminhamento havia ficado
818 pendente e também a inclusão dos Conselheiros que haviam sofrido ação popular devido à
819 certificação. O senhor Presidente propôs que no item item 2.2 fosse colocado Ação Popular, ficando
820 para apreciação. O Conselheiro José Geraldo destacou a necessidade de se ter cuidado ao se abordar
821 as ações movidas contra os Conselheiros no Judiciário, diferente da Operação Fariseu, assuntos que
822 não deveriam ser misturados. Sugeriu que se fizesse um apanhado do assunto, parecendo-lhe que a
823 maioria das ações populares estava caindo, mas destacando que os temas deveriam ser tratados em
824 separado. O Conselheiro José Araújo informou que o assunto havia sido discutido com membros da
825 Comissão de Ética, encontrando que o tema da Operação Fariseu era relevante e propondo que fosse
826 pautado para o próximo ano, no mês de fevereiro. O Conselheiro Renato de Paula ressaltou que a
827 Resolução indicava que a Comissão deveria se reunir no mínimo duas vezes por ano, não podendo
828 ser em fevereiro, pois computaria para o próximo exercício, com a reunião podendo tratar de outros
829 assuntos. O senhor Presidente relacionou as propostas colocadas: do Conselheiro Renato de Paula,
830 sobre a Operação Fariseu; do Conselheiro Frederico, incluindo a Operação Fariseu e Ações
831 Populares; e a do Conselheiro José Araújo, de que não se pautasse a Operação Fariseu, e sim outros
832 assuntos. O Conselheiro Renato de Paula observou que a Comissão deveria se reunir,
833 regimentalmente, duas vezes por ano, ou extraordinariamente, sobre demanda, sugerindo que essa
834 primeira reunião tratasse do planejamento da Comissão, apresentando na próxima Plenária uma
835 proposta de assuntos a serem discutidos, com o apoio da Conselheira Ana Carolina. O Conselheiro
836 José Geraldo indagou o porquê de a Operação Fariseu ter sido pautada na Comissão de Ética, por se
837 tratar de um assunto da gestão passada, ao que o senhor Presidente esclareceu ter sugerido o tema,
838 considerando ser um debate de foro ético e trazendo um histórico para o Pleno tomar conhecimento
839 de seu andamento. O Conselheiro Clodoaldo compartilhava da preocupação colocada pelo

840 Conselheiro José Geraldo e também do sugerido pelo senhor Presidente, buscando-se resgatar e
841 identificar a imagem do Conselho Nacional, sendo importante que o CNAS tivesse conhecimento
842 como estava essa situação. O Conselheiro José Geraldo, apoiando as palavras do Conselheiro
843 Clodoaldo, observou que a Secretaria-Executiva deveria solicitar as informações e não a Comissão
844 de Ética. O Conselheiro Renato de Paula concordou que a Presidência poderia solicitar informação,
845 não precisando ser a Comissão de Ética, mas ficando o indicativo para a Comissão, que tinha
846 autonomia para discutir o assunto. O Conselheiro Clodoaldo concordou com esse encaminhamento,
847 ficando para uma discussão a posteriori. Item três, **Senso SUAS.** O senhor Presidente informou
848 existir um relato do status do Censo SUAS e um encaminhamento da Presidência Ampliada de
849 agradecimento pelo empenho dos Conselhos Estaduais, tendo, também, como indicativo, um
850 conjunto de providências a serem tomadas junto aos Conselhos Estaduais. O Conselheiro José Crus
851 registrou que a Comissão de Conselhos estava com esse relatório em mãos para análise, indicando
852 que quinhentos e oitenta e dois municípios não haviam preenchido o Censo, sobre o que estavam
853 trabalhando, o que haviam informado à SAGI. Registrou, também, o empenho da Comissão de
854 Acompanhamento de Conselhos do CNAS para chegar a esse resultado, com o senhor Presidente
855 indicando o trabalho da Secretaria-Executiva, na pessoa da Coordenadora Liliane Neves. Em não
856 havendo mais nenhuma colocação, o item sobre o Censo SUAS foi considerado vencido. Item
857 quatro, **Proposta de tema e programação da reunião ampliada e descentralizada.** O senhor
858 Presidente indicou a colocação de dois assuntos que poderiam ser condensados e trabalhados em um
859 grande tema. A Conselheira Marisa ponderou ser muito importante focar o controle social do
860 Programa Bolsa-Família, devendo se incluir essa discussão e levantar quantos Conselhos
861 Municipais estavam vinculados ao Programa,. Que também deveria se levantar o número de
862 Comissões de Instâncias de Controle para se fazer um comparativo e uma discussão para
863 consolidação em todo território, em que os Conselhos Municipais pudessem vincular o Controle
864 Social ao Programa Bolsa-Família. O senhor Presidente, dirigindo-se à Conselheira Marisa,
865 informou ter representado o Conselho Nacional em um debate promovido pelo Conselho Nacional
866 de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo o tema sobre o controle social e o Programa Bolsa-
867 Família, discorrendo sobre o que havia sido colocado. Ressaltou a importância do tema e a
868 necessidade de seu aprofundamento no âmbito da seguridade social, trazendo ao Conselho pessoas
869 que permitissem fazer um resgate histórico, podendo ser pautado como um grande tema para a
870 Descentralizada. O Conselheiro José Crus observou que o assunto era bastante amplo, suscitando
871 vários debates, como também aproveitando a realização de Reuniões Ampliada e Descentralizada
872 para trazer o balanço do Plano Decenal. Que era importante dar visibilidade ao que havia sido
873 realizado, de acordo com as deliberações das Conferências, havendo metas alcançadas e outras em
874 desenvolvimento. Informou que a Comissão de Política havia pautado para novembro esse balanço,
875 mas que estariam melhor preparados para a Reunião Descentralizada de dezembro. O Conselheiro
876 Pedro Ost informou que durante a reunião da Comissão de Financiamento, no dia anterior, havia
877 proposto que a questão do Programa Bolsa-Família aparecesse dentro do Fundo Nacional de
878 Assistência Social, assunto que seria abordado quando do debate da NOB SUAS, destacando sua
879 importância dentro dessa Política. O Conselheiro Renato de Paula encontrou pertinente todas as
880 colocações feitas, observando que se deveriam ater à proposta de assunto. Destacou a importância
881 do tema levantado pelo Conselheiro Pedro Ost, mas encontrando que em uma Reunião
882 Descentralizada o assunto não seria esgotado, podendo gerar algumas frustrações, visto os
883 encaminhamentos de Reunião Descentralizada serem muito diferentes dos de uma Conferência,
884 devendo se tomar cuidado com essa questão. Encontrava pertinente a avaliação do Plano Decenal,
885 mas sendo também uma questão específica de Conferências, discorrendo sobre seus objetivos, um
886 dos quais era avaliar a situação da Política que tinha um Plano de Metas que também seria
887 analisado, o que extrapolava a Reunião Descentralizada, questionando como isso seria tratado. Que
888 as sugestões dadas eram sobre assuntos que podiam ser tratados na mesa, fazendo-se outra proposta
889 de encaminhar um tema geral que englobasse esses assuntos. Lembrou que o tema sobre o

890 Programa Bolsa-Família estava na pauta da próxima reunião, a ser discutido pelo Conselho,
891 independente da Reunião Descentralizada, propondo que se aproveitasse a Reunião Descentralizada
892 de novembro para discutir a pauta e em que o Conselho teria que se debruçar, que era a NOB 2010.
893 Discorreu sobre a nova forma de gerenciamento da Assistência Social que a mesma traria, inclusive
894 para interlocução com outros atores, Programa Bolsa-Família e outros sistemas, SUAS, SISA.
895 Ponderou que não discordava dessas sugestões, que seriam acatadas, colocadas em mesas e
896 debatidas, mas devendo ter a clareza que as mesmas não se esgotariam na Descentralizada, que não
897 daria conta da sua complexidade. O senhor Presidente convidou os Conselheiros a refletirem sobre
898 o papel das Reuniões Ampliada e Descentralizada, onde se discutia a Assistência Social de forma
899 mais ampla, trazendo-se temas fortes, com impacto para a sociedade e incitando a sua presença,
900 com os assuntos colocados podendo promover essa participação. Citou o item 4.2, “*pensar em*
901 *mesas temáticas e oficinas e Grupos de Trabalho*”, possibilidade trazida pela Conselheira Simone
902 na reunião com os Conselhos Estaduais de se fazer algumas oficinas, podendo se trabalhar
903 tecnologias da informação, inseridas dentro de um grande tema. Entendia que a discussão da NOB
904 era fundamental, permeando esse grande tema nas oficinas e solicitando que construíssem junto
905 alguma questão maior, nessa perspectiva de Assistência e de Seguridade Social, talvez
906 contemplando o Programa Bolsa-Família no centro do debate. O Conselheiro Pedro Ost manifestou
907 sua concordância com essa sugestão de debate na Ampliada, ao que o senhor Presidente solicitou ao
908 Conselheiro Renato de Paula que ajudasse na sua redação, sugerindo “Assistência Social e
909 Seguridade Social - a integração do SUAS com os outros sistemas de proteção social”, que poderia
910 ser o tema central da Ampliada ou Descentralizada. A Conselheira Marta lembrou que nos
911 primeiros dias de dezembro aconteceria a Conferência Internacional sobre Seguridade Social, com a
912 participação de delegados do mundo inteiro e do Brasil, sugerindo como tema maior “*O CNAS no*
913 *exercício do controle social*”, abrindo-se os outros temas para as mesas e para debate nas oficinas.
914 O Conselheiro Clodoaldo ponderou que a chamada deveria ser colocado de forma que atraísse o
915 interesse da sociedade, o que talvez não ocorresse se fosse usada uma terminologia mais acadêmica,
916 mas encontrando que o tema era consenso. O Conselheiro Renato de Paula concordou com todas as
917 sugestões feitas, mas sentindo-se incomodado com a conotação pejorativa dada ao termo
918 “acadêmico”, observando que talvez a idéia fosse de se usar um nome que pudesse englobar todos
919 os assuntos e atrair pessoas e não excluí-las. Citando a sugestão da Conselheira Marta, propôs “*O*
920 *CNAS no exercício do controle social: integração e interface na seguridade e na proteção social*”,
921 discorrendo sobre a proposta de integração com outros sistemas. Sugeriu que se pensasse nas
922 sugestões colocadas e se enviasse uma proposta de uma temática maior aos Conselheiros. O
923 Conselheiro Carlos Rogério, com relação ao controle social, observou que havia acontecido uma
924 Conferência no ano passado, sendo que o CNAS sempre trazia como tema central o controle social.
925 Que lhe preocupava colocar novamente essa temática, entendendo que tudo que o Conselho
926 Nacional fazia tinha correlação com esse assunto, podendo se desgastar algo que deveria ser
927 fortalecido. O Conselheiro Sérgio Wanderly encontrou que esse tema viria reforçar a questão do
928 controle social e que era o ponto central da luta da Assistência Social. Manifestou-se contemplado
929 com a indicação da interface com outros sistemas, discorrendo sobre as colocações feitas e que
930 vinham aclarar muitas questões, acompanhando as sugestões dadas. O Conselheiro José Crus
931 concordou com o Conselheiro Renato de Paula que não se chegaria ao consenso nessa
932 oportunidade, sugerindo como “*O SUAS: aprimoramento e qualidade na oferta dos serviços e sua*
933 *integração com os benefícios socioassistenciais*” para ser tratado na Ampliada. O Conselheiro José
934 Geraldo observou ser a penúltima Plenária Ampliada do ano, com o controle social sendo o tema
935 principal da VII Conferência. Ponderou se não seria o momento de se fazer um balanço do que
936 havia sido feito nesse evento e o que faltava por conquistar, em relação ao controle social. O
937 Conselheiro Renato de Paula listou os temas apresentados: seguridade social, Bolsa-Família, Plano
938 Decenal com a avaliação do que havia sido discutido em 2009 na Conferência, NOB SUAS, com
939 ênfase na questão dos serviços e benefícios, controle social e a questão dos sistemas de proteção

940 social e sua relação com o SUAS. Sugeriu que, ou se escolheria um tema, do qual seria priorizado
941 o que seria aprofundado, ou se passaria para uma proposta generalista de se tentar fazer a discussão
942 de todos esses assuntos, pensando-se em uma metodologia que convergisse para um
943 aprofundamento posterior. A Conselheira Iolete observou que a NOB SUAS deveria ser o eixo
944 central, considerando a mobilização em andamento, podendo se integrar aos outros temas
945 elencados, a partir da reflexão sobre a NOB. O senhor Presidente indicou que havia ficado decidido
946 que o tema não seria fechado nessa oportunidade e que o encaminhamento seria feito
947 posteriormente. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que se a Plenária decidisse que o temário
948 geral seria a NOB SUAS, pensariam em uma metodologia que a discutisse e abrangesse as outras
949 questões, com a concordância do Conselheiro Sérgio Wanderly. O senhor Presidente colocou que se
950 trabalharia o tema central e se encaminharia para seu fechamento. Item cinco: **GT Benefícios**
951 **eventuais e seminário internacional do BPC**, indagou se havia alguma consideração a respeito,
952 observando que havia uma alteração de pauta quanto à data, informando para os Conselheiros que
953 fossem participar de todo o evento, que chegariam a Brasília dia 08 e retornariam dia 12. O
954 Conselheiro Pedro Ost indagou se estavam definidos os participantes do dia 08, ao que o
955 Conselheiro Renato de Paula informou que o senhor Presidente encaminharia o convite oficial para
956 confirmação de presença para todos os Conselheiros assim que tivesse a programação. Lembrou que
957 a data da Plenária havia sido alterada para os dias 08, 09 e 10, com o evento realizando-se nos dias
958 08, 09 e 10, tendo uma proposta para que os Conselheiros não comparecessem no dia 10 para não
959 esvaziar a Plenária. Que a Comissão de Política participaria desse evento por tratar da Minuta dos
960 Benefícios Eventuais, além de algum Conselheiro envolvido com o tema. O senhor Presidente
961 concordando, passou para o item seis, **Informativo**, com os dados sendo trazidos posteriormente ao
962 Conselho, que havia demandado essa situação. A Conselheira Marisa, com relação ao item 6.1,
963 gostaria que fosse solicitada nessa correspondência a situação e em que período ocorreria a
964 capacitação da Região Nordeste, ao que o senhor Presidente observou que possivelmente já teriam
965 essa informação. Item sete, **Resolução CNAS nº 11**. O Conselheiro Renato Saidel considerava que
966 o tema deveria ser melhor analisado, visto que estabeleceria em seu artigo que quanto ao juízo de
967 admissibilidade a Secretaria-Executiva emitiria um parecer e encaminharia à Presidência Ampliada,
968 no caso de arquivamento ou não de processo. Que era necessário formar um GT para que se revisse
969 a Resolução nº 11 ou, se fosse o caso, criar uma orientação para sua aplicação, o que havia
970 levantando em várias oportunidades citando, também, a demora de resposta que o texto demandaria.
971 O Conselheiro José Geraldo destacou a responsabilidade do Conselho sobre a questão das
972 denúncias, devendo se refletir sobre o assunto. O Conselheiro Renato de Paula observou que seu
973 entendimento era que o encaminhamento dado seria para resolver isso, sem prejuízo de sua
974 incorporação pela Comissão de Normas e a discussão do novo Regimento. Que durante a discussão
975 na Presidência Ampliada haviam encaminhado a questão do juízo de admissibilidade para dar maior
976 celeridade não tendo o entendimento de que isso deveria ser uma atribuição direta da Secretaria-
977 Executiva, mas sim remetido a uma instância superior. O Conselheiro José Araújo relatou o que
978 trazia o §5º, do art. 4º da Resolução nº 1, sugerindo que independente disso, deveria ser
979 imediatamente encaminhado à Presidência, tivesse ou não uma Ampliada, e cujo encaminhamento
980 era fundamental, ressaltando que tudo que chegava à Secretaria-Executiva deveria ser comunicado
981 à Presidência. O senhor Presidente esclareceu ter sido feito um encaminhamento para maior
982 celeridade e resolvesse de vez essa questão de tratamento das denúncias, sendo, inclusive, enviado à
983 Comissão de Normas para adequação ao Regimento Interno. A Secretária-Executiva observou que
984 esses questionamentos diziam respeito a algumas denúncias que haviam chegado, discorrendo sobre
985 o procedimento adotado e esclarecendo que quanto às denúncias que diziam respeito à rotina
986 administrativa do CNAS, a Secretaria-Executiva não tinha instrumento para estabelecer e seguir os
987 ritos da Resolução nº 11. Que nessa situação, submetia e que a Plenária trouxesse parâmetros ou
988 um manual de orientações que explicasse a determinação para que a Secretaria-Executiva aplicasse
989 a Resolução nº 11 sobre aquela denúncia que chegava ao Conselho Nacional. O Conselheiro Renato

990 Saidel procedeu à leitura do artigo 5º, 6º e 7º, que dizia que se havia ocorrido uma denúncia que não
991 era objeto de apuração pelo CNAS a função da Secretaria-Executiva seria encaminhar para o órgão
992 competente para sua apuração, sendo dado todo o trâmite administrativo aos processos. O senhor
993 Presidente observou que os artigos citados tratavam do parecer emitido pela Secretaria-Executiva,
994 com a Presidência Ampliada arquivando mediante esse documento e votando com o parecer. O
995 Conselheiro José Araujo concordou que o artigo 6º trazia que a denúncia cujo objeto não era afeto à
996 competência do CNAS, seria arquivada pela Secretaria-Executiva, precisando ser esclarecido quem
997 definiria esse encaminhamento e sugerindo que para acelerar o procedimento fosse encaminhado de
998 imediato à Presidência. O senhor Presidente ponderou que não se estava tratando de assuntos
999 diferentes, encontrando que havia uma etapa anterior a essa, em que a Resolução era omissa e que
1000 era preciso discutir, podendo se instituir um GT e melhorar sua redação. Que o colocado pelo
1001 Conselheiro José Geraldo era sobre a demora no esclarecimento da denúncia, devendo se
1002 compatibilizar as duas questões. Prosseguindo, o senhor Presidente propôs como encaminhamento
1003 que o assunto fosse para discussão na Comissão de Normas, enquanto possibilidade de alteração no
1004 Regimento, e que teria condições de discutir a criação do GT e de rever a Resolução, o que foi
1005 consensuado. Item oito, **Convites.** O Conselheiro José Crus, para registro, informou que como
1006 estavam conduzindo o encontro dos trabalhadores nos regionais, haviam recebido vários convites
1007 dos estados, relatando a agenda a ser seguida e indagando qual o tratamento que deveria ser dado à
1008 questão, visto não poder atender todos os convites. O senhor Presidente encontrou pertinente essa
1009 colocação, citando, também a questão orçamentária e concordando com a sugestão de agradecer os
1010 convites, tendo em vista que não sabiam se os Conselheiros poderiam comparecer aos eventos. O
1011 Conselheiro Samuel relatou que no dia 6 havia ocorrido uma discussão do Centro de Referência
1012 Especializada em População em Situação de Rua, à qual não havia comparecido e com a Secretaria
1013 Nacional comunicando a presença de um representante do movimento nesse encontro. Informou que
1014 estaria disponível no dia 19 e se haveria alguém disponível para comparecer ao evento do PAIF no
1015 dia 08, não havendo nenhuma manifestação para comparecimento. No Item nove, **Outros assuntos,**
1016 relatou o convite para o CA de São Paulo, que estavam agradecendo, e a atualização da oficina do
1017 TCU. Concluindo, o senhor Presidente declarou encerrado o relato da Presidência Ampliada. O
1018 senhor Presidente indicou o ajuste ocorrido na Pauta, com o relato da Comissão de Conselhos
1019 ficando para o período da tarde e passando a seguir, ao relato da Comissão de Políticas e
1020 posteriormente à apresentação da CONJUR, com a presença do Dr. Douglas. O Conselheiro
1021 Frederico procedeu à leitura da “*Memória de Reunião da Comissão de Política da Assistência*
1022 *Social. Data: 5 de outubro de 2010. Local: CNAS. Participantes: Clodoaldo de Lima Leite;*
1023 *Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; José Ferreira Crus; Leila Pizzato; Maria*
1024 *Auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Carmo Tourinho; Marisa Rodrigues da Silva; Marta de*
1025 *Oliveira Sales; Rita de Cássia Freitas Coelho.* **Ausências justificadas:** *Anna Claudia Romano*
1026 *Pontes; Luíza Fernandes Machado.* **Apoio:** *Carolina Maribeiro da Silva; Maria Antônia Valente;*
1027 *Maria Auxiliadora Pereira; Rosiely Alves de Brito Bomfim.* 1. *Monitoramento das deliberações da*
1028 *VII Conferência Nacional de Assistência Social, no tocante à Comissão de Política: Após discussão*
1029 *sobre a metodologia a ser utilizada para o monitoramento das deliberações da VII Conferência e,*
1030 *considerando a importância de se fazer o cruzamento dessas deliberações com as metas federais do*
1031 *plano decenal, a Comissão de Política propõe o seguinte encaminhamento: Solicitar à SAGI/MDS*
1032 *o balanço atualizado do plano decenal, com o status de cumprimento de cada meta federal, com o*
1033 *ano, a previsão de prazo para o cumprimento, e processo, previsão de prazo para cumprimento.*
1034 *Convidar representante da SNAS/SAGI/MDS para apreciação do balanço na reunião da Comissão*
1035 *de Política em 9 de novembro de 2010.* 2. *Revisão das metas do planejamento/estratégico do CNAS*
1036 *2008- 2010: A Comissão de Política considerou de fundamental importância que o instrumental*
1037 *traga para cada macroação uma coluna com todas as ações desencadeadas pelo CNAS (período*
1038 *2008- 20 10) até o momento, e os resultados das mesmas, de forma a qualificar, democratizar e dar*
1039 *transparências às ações do CNAS. Propõe que a segunda coluna elenque as ações/estratégias*

1040 *necessárias ao alcance daquela meta, caso a mesma não tenha sido concluída. Encaminhamento.*
1041 *Que a Secretaria-Executiva do CNAS reestruture o quadro de revisão das metas do planejamento*
1042 *estratégico do CNAS — 2008/2010, a partir das contribuições elencadas pelos Conselheiros da*
1043 *Comissão de Política para cada meta, constantes na gravação da reunião. 3. Informes sobre os*
1044 *encontros regionais dos trabalhadores da Assistência Social - Centro-oeste e Sudeste: O processo*
1045 *de debate para a definição dos trabalhadores da Assistência Social, coordenado pelo CNAS, com o*
1046 *apoio do MDS, foi iniciado a partir da Comissão de Política e teve seu desenho planejado e*
1047 *pactuado na reunião de trabalho dos articuladores estaduais/regionais, realizado em Brasília, no*
1048 *dia 31 de agosto do corrente ano, com a participação de representação de trabalhadores com*
1049 *acento nos Conselhos Municipais de Assistência Social das capitais e nos Conselhos Estaduais de*
1050 *Assistência Social; dos Fóruns de Trabalhadores da Assistência Social, Nacional, Estadual*
1051 *(Alagoas) e Municipais (Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife). Estratégias definidas pelo CNAS*
1052 *para a condução do processo de debate, com o apoio de um grupo de colabores: Participação das*
1053 *12 entidades nacionais representativas dos trabalhadores identificadas no censo SUAS/2009.*
1054 *Participação dos representantes de trabalhadores com acento nos Conselhos Municipais das*
1055 *capitais e estaduais de Assistência Social e dos fóruns de trabalhadores da Assistência Social.*
1056 *Instituição de um grupo de colaboradores para contribuir na definição da metodologia dos*
1057 *encontros regionais e do encontro nacional. Inclusão, em cada encontro, da participação de*
1058 *universidades de cada região de forma a apontar nos debates as especificidades e diversidades*
1059 *regionais. Definição de facilitadores/relatores para cada grupo de trabalho. Definição de um*
1060 *sistematizador geral para cada encontro. Definição de uma programação que prevê para o*
1061 *primeiro dia a realização de 4 mesas: Abertura. Mesa 1: Concepção do SUAS na perspectiva da*
1062 *gestão e dos serviços socioassistenciais. A construção histórica do SUAS, como conquista da*
1063 *sociedade brasileira, enfatizando a ruptura do modelo assistencialista na implantação do modelo*
1064 *socioassistencial. Ainda, a utilização dos instrumentos de gestão, que qualificam a intervenção do*
1065 *profissional na oferta de serviços e benefícios, organizados por níveis de complexidade do SUAS, e*
1066 *sua intrínseca integração na perspectiva da proteção social afiançada pela Assistência Social. As*
1067 *dimensões ética, técnica e política do trabalhador para a garantia do compromisso com as*
1068 *seguranças afiançadas pelo SUAS e sua relação com os usuários. A relevância, a concepção e o*
1069 *processo de qualificação dos serviços sócio-assistenciais. Mesa 2: Tipificação nacional de serviços*
1070 *socioassistenciais e protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda.*
1071 *A construção histórica, a concepção e a finalidade da tipificação nacional de serviços*
1072 *socioassistenciais e sua articulação com o protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e*
1073 *transferências de renda. Mesa 3: Análise dos recursos humanos no âmbito do SUAS. Análise dos*
1074 *recursos humanos no âmbito do SUAS (nacional e regional), com base nos dados do censo SUAS*
1075 *2007/2008/2009, MUNIC (2005/2009), PEAS/2006, apontando os avanços e desafios colocados*
1076 *para a política pública de Assistência Social. No segundo dia dos encontros regionais acontecem 4*
1077 *grupos de trabalho: proteção social básica; proteção social especial de média complexidade;*
1078 *proteção social de alta complexidade e gestão. Nesse momento, com base no trabalho social, como*
1079 *estratégia de garantir as seguranças afiançadas e alcançar os objetivos dos serviços tipificados,*
1080 *por nível de complexidade, os trabalhadores estão contribuindo, a partir de suas experiências,*
1081 *conhecimentos, técnicas e estratégias utilizadas para o alcance dos objetivos dos serviços. Após a*
1082 *realização dos cinco encontros regionais está prevista a realização de uma oficina, com a presença*
1083 *dos 25 professores/pesquisadores que atuaram como colaboradores dos encontros regionais para*
1084 *sistematização e cruzamento do que se demanda de conhecimentos, técnicas e estratégias da*
1085 *proteção social básica, a especial de média e de alta complexidade e a gestão da Assistência Social*
1086 *com a grade curricular, com o código de ética e com as leis de regulamento de cada categoria. Até*
1087 *o momento foram realizados 2 encontros regionais: - Região Centro-Oeste - Cuiabá/MT, 22 e 23*
1088 *de setembro de 2010. O encontro contou com 232 participantes dos estados de MT, MS, GO e DF.*
1089 *Das 12 entidades representativas de classes de trabalhadores definidas na reunião de trabalho dos*

1090 articuladores (que devem indicar um representante por estado para participar do encontro
1091 nacional em dezembro), oito estiveram presente. Com a ausência de quatro dessas entidades, foi
1092 decidido pela distribuição das vagas destinadas a essas entre as representações presentes, ficando as
1093 vagas assim distribuídas: 1. Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO (4 +
1094 2); 2. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (4 + 2); 3. Conselho Federal de Psicologia -
1095 CFP (4 + 2); 4. Conselho Federal de Administração - CRA (4 + 2); 5. Conselho Federal de
1096 Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO (4 + 2); 6. Federação Nacional dos Psicólogos -
1097 FENAPSI (4 + 2); 7. Federação Nacional dos Sociólogos (4 + 2); 8. Grupo Pró-Organização
1098 Nacional dos Pedagogos (4 + 2). Nesse encontro foi decidido que o nome dos representantes de
1099 cada uma dessas entidades serão encaminhados formalmente ao CNAS. - Região Sudeste - São
1100 Paulo/SP - 28 e 29 de setembro de 2010. O encontro contou com 200 participantes dos estados de
1101 ES, MG, RJ e SP. As 12 entidades representativas de classes de trabalhadores definidas na reunião
1102 de trabalho dos articuladores (que devem indicar um representante por entidade, por estado para
1103 participar do encontro nacional em dezembro) estavam presentes e farão a indicação dos nomes ao
1104 CNAS. No encontro de São Paulo foi entregue pela articulação provisória do Fórum Nacional de
1105 Trabalhadores do SUAS por meio de sua coordenação provisória, composta por federações
1106 sindicais de assistentes sociais, psicólogos e sociólogos a 'carta aberta ao CNAS e ao MDS'
1107 propondo que 'os próximos três encontros regionais e o nacional contemplem participação de
1108 trabalhadores da Assistência Social na composição das mesas de abertura, debate e encerramento.
1109 Nos grupos de trabalho e na sistematização dos grupos de trabalho, bem como, sobretudo, a
1110 participação na reconstrução das programações desses encontros que deveriam ser divulgadas
1111 com pelo menos dez dias de antecedência.' Os próximos encontros são: 3º encontro: Região Sul:
1112 local: Curitiba, PR. Data: 4 e 5 de novembro de 2010. 4º encontro: Região Nordeste: local:
1113 Fortaleza, CE. Data: 18 e 19 de novembro de 2010. 5º encontro: Região Norte: local: Belém, PA.
1114 Data: 23 e 24 de novembro de 2010. Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social:
1115 local: Belo Horizonte, MG. Data: 16 e 17 de dezembro de 2010 7. Encaminhamentos: que o CNAS
1116 responda às reivindicações da "carta aberta ao CNAS e ao MDS" com as seguintes posições:
1117 reafirmar a natureza do processo de debate para definição dos trabalhadores da Assistência
1118 Social. Trata-se de uma iniciativa do CNAS, que tem como objetivo promover uma discussão
1119 ampliada, democrática e transparente, visando buscar subsídios para que o mesmo possa definir as
1120 categorias essenciais para a execução e gestão por meio de resolução. Enfatizar que a sistemática
1121 dos grupos de trabalho já contempla a interação entre todos os trabalhadores, com a possibilidade
1122 de fala e proposições. O trabalho de sistematização previsto nesses encontros é eminentemente
1123 técnico e tem como objetivo a produção de documento que subsidie o CNAS na condução do
1124 encontro nacional, de responsabilidade deste Conselho. Acolher, como decisão desse conselho, a
1125 proposta da participação dos trabalhadores garantindo ampliação da participação dos
1126 trabalhadores garantindo ampliação da participação nos encontros, assegurando a inclusão nas
1127 mesas dos encontros de representação das entidades nacionais. Considerando que são quatro
1128 mesas e 3 encontros, é possível a participação das 12 entidades nacionais envolvidas no processo.
1129 É de responsabilidade das 12 entidades definirem qual o dirigente e de qual entidade estará em
1130 cada uma das mesas nos próximos três encontros. A participação deve se ater aos objetivos e
1131 ementas de cada mesa. O CNAS solicitará ao grupo de colabores a redação das ementas, visando
1132 orientar a participação dos representantes de trabalhadores em cada mesa. 4. Definição da pauta
1133 da reunião de novembro: - moção de reivindicação — acessibilidade e audiodescrição.
1134 Considerando que o convidado do CNAS, Sr. Moisés Bauer Luiz, Presidente da Organização
1135 Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB não pode estar presente à reunião por motivo de força
1136 maior, esse assunto será pautado em novembro. Convidar o Sr. Moisés Bauer Luiz, Presidente da
1137 Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB. Relato do grupo de trabalho - Benefícios
1138 Eventuais. Convidar a Coordenadora do GT, Patrícia Souza de Marco. Apresentação pela SNAS
1139 do balanço atualizado do plano decenal (metas federais) da Secretaria Nacional de Assistência

1140 *Social*". O Conselheiro Carlos Rogério informou sua participação em dois encontros regionais, do
1141 Centro-Oeste e do Sudeste, ressaltando a preocupação pela pequena presença dos profissionais de
1142 nível superior das entidades de organização de Assistência Social, devendo-se encontrar um modo
1143 de viabilizar essa participação. Sobre a proposta em relação ao Fórum, informou que seu segmento
1144 ainda não havia sido convidado a participar, o que deveria ser feito. O Conselheiro Frederico
1145 observou que a preocupação do Conselheiro Carlos Rogério era relevante, consultando a Secretaria-
1146 Executiva, se haviam elencado as entidades participantes da VII Conferência e que fosse feito um
1147 convite para que elas fizessem a interlocução com seus trabalhadores para participarem em cada
1148 região. Encontrava interessante que o Conselheiro levasse para a Central a necessidade de fazer essa
1149 interlocução dentro do Fórum, observando não ter nada formal, mas uma informação provisória de
1150 três entidades que haviam iniciado essa discussão na VII Conferência. O senhor Presidente solicitou
1151 cuidado para não ser esse o foro para discussão sobre Fórum, considerando que a reunião era
1152 gravada e podendo serem abordados assuntos que não lhes dizia respeito. O Conselheiro José Crus
1153 considerou proveitosos os dois encontros e com boa participação dos trabalhadores, concordando
1154 com o Conselheiro Carlos Rogério a respeito do pequeno número de participação dos trabalhadores
1155 das entidades da rede socioassistencial, devendo se reforçar essa presença. Que haviam solicitado à
1156 Conselheira Marisa, que representava o CONGEMAS na Comissão de Política, para reforçar o
1157 pedido realizado ao Colegiado Nacional de Gestores da Assistência Social para liberação de seus
1158 trabalhadores para participar dos encontros. Informou que a Secretária-Executiva estava ratificando
1159 o convite aos colegiados estaduais, ao COEGEMAS, para que estivessem nas mesas de abertura
1160 com o Conselho Nacional, assim como ratificando o apoio e presença do FONSEAS nos eventos. A
1161 Conselheira Marisa manifestou sua concordância com essa colocação e colocou o site do
1162 CONGEMAS à disposição para a divulgação desses encontros. A Conselheira Iolete solicitou a
1163 leitura da carta encaminhada para conhecimento de todos. O Conselheiro Antônio Kbça discorreu
1164 que a presença dos trabalhadores era dificultada visto que a maioria das entidades não estava
1165 relacionada, inclusive a sua Federação, que representava um grande número de trabalhadores.
1166 Informou que nos encontros que havia participado no Sudeste e no Centro-Oeste, não tinha visto
1167 manifestação de nenhum dos trabalhadores de segmentos das entidades, ponderando como seria
1168 feita essa mobilização. Atendendo ao pedido da Conselheira Iolete, o Conselheiro Frederico passou
1169 à leitura da carta: *"São Paulo, 29 de setembro de 2010. Carta aberta ao CNAS e ao MDS. A*
1170 *articulação provisória do Fórum de Trabalhadores do SUAS em São Paulo, Minas Gerais e*
1171 *Espírito Santo, e sua Coordenação Nacional Provisória composta por federações sindicais de*
1172 *Assistente Sociais, Psicólogos e Sociólogos, manifesta aos realizadores do Encontro dos*
1173 *Trabalhadores da Assistência Social da Região Sudeste, realizado em 28 e 29 de setembro de 2010,*
1174 *como parte do processo de debate para a definição dos trabalhadores da Assistência Social, o*
1175 *estranhamento e a discordância quanto à ausência dos trabalhadores dos serviços*
1176 *socioassistenciais nas mesas de debate para discutir as referidas temáticas à luz das realidades*
1177 *cotidianas destes profissionais, o que certamente contemplaria mais solidamente tanto o objetivo*
1178 *de debater competências e habilidades aos profissionais necessários ao serviço, quanto o objetivo*
1179 *de qualificar e observar, participativa e dialogicamente, nas dimensões técnica, ética e política, as*
1180 *relações de trabalho e a educação continuada que esperamos e precisamos implantar para*
1181 *aprimorar a Política Pública de Assistência Social. Cabe recapitular que, apesar deste ciclo de*
1182 *cinco encontros regionais e nacional serem promovidos pelo CNAS/MDS, o que reconhecemos*
1183 *como um avanço para os trabalhadores da Assistência Social, o pleito que culminou na sua*
1184 *elaboração foi apresentado ao CNAS por intermédio de Conselheiros, representantes e*
1185 *trabalhadores, com base em entendimentos firmados por trabalhadores na VII Conferência*
1186 *Nacional de Assistência Social, em 2009, quanto à formação do Fórum Nacional de Trabalhadores*
1187 *do SUAS, par dar encaminhamento contínuo e efetivo sobre pleitos existentes, inadiáveis, sobre a*
1188 *profissionalização do trabalho na Assistência Social, instalação das mesas de negociação do*
1189 *SUAS, plano de cargos, carreiras e salários, educação permanente, política de saúde do*

1190 *trabalhador do SUAS, entre outros. Contamos com a compreensão histórica e política do*
1191 *CNAS/MDS para que este processo de debate seja realmente como os trabalhadores em todos os*
1192 *seus momentos, garantindo espaço e construção compartilhada, e não serem reduzidos em pontes*
1193 *institucionais sobre os trabalhadores, e seu trabalho, cuja participação dos trabalhadores é apenas*
1194 *com perguntas, nem sempre respondidas a contento com tempo reduzido nos debates que se*
1195 *sucedem às exposições dos componentes das mesas. Assim propomos que os próximos três*
1196 *encontros regionais e o nacional contemplem a participação de trabalhadores de Assistência Social*
1197 *na composição das mesas de abertura, debate e encerramento, nos grupos de trabalho e na*
1198 *sistematização dos grupos das discussões dos trabalhos, bem como, sobretudo, participação na*
1199 *reconstrução das programações destes encontros, que deveriam ser divulgadas com dez dias de*
1200 *antecedência, pelo menos. Vez e voz efetiva a trabalhadores da Assistência Social.”* O Conselheiro
1201 José Crus, citando o que havia sido falado pelo Conselheiro Antônio Kbça, encontrava que o
1202 esforço do CNAS, que estava conduzindo esse processo, era de se dar visibilidade e convocar a
1203 todos os trabalhadores. Observou que durante a discussão realizada no dia 31 de agosto, haviam
1204 entrado as entidades que integraram o Censo 2009, mas não significando que todas eram categorias
1205 essenciais para a execução dos serviços socioassistenciais e para a gestão, o que seria definido por
1206 Resolução pelo CNAS. Ponderou que se estava no processo de debate democrático e participativo
1207 com os trabalhadores, cuja participação era exigida pela metodologia, fosse da rede pública ou da
1208 rede privada. Esclareceu que seria feito um cruzamento com a lei que regulamentava as profissões
1209 para identificar que categorias estariam habilitadas para executar o serviço e estar na
1210 gestão. Concordou com o que o Conselheiro Carlos Rogério havia colocado de se pedir às entidades
1211 presentes para ajudar no processo de mobilização desses trabalhadores, informando que havia
1212 observado nos eventos a baixa participação dos trabalhadores de entidades. Destacou a necessidade
1213 de se pensar em como mobilizar, tendo vagas para o Nacional, o que garantiria a inclusão de outras
1214 categorias. O Conselheiro Antônio Kbça informou que na reunião do dia 31 de agosto havia
1215 solicitado a inclusão da sua Federação e não havia sido atendido, ao que o senhor Presidente
1216 observou que essa situação seria resolvida até o próximo regional em novembro. Com relação ao
1217 item três, indicou que o Conselho acatava os encaminhamentos feitos. Item quatro, **Data da pauta**
1218 **da próxima reunião na Comissão de Políticas.** O Conselheiro José Crus informou que havia
1219 colocado na memória que seriam convidadas a SAGI, que faria esse balanço, e a SNAS. O senhor
1220 Presidente prosseguiu com o Item **Apresentação do trabalho da CONJUR**, com o Dr. Douglas
1221 discorrendo sobre a estrutura administrativa, na qual estavam inseridas a Advocacia Geral da União
1222 e a CONJUR do MDS. Passou a fazer um histórico da AGU, relatando suas atribuições, objetivando
1223 alcançar uma atuação consertada e eficiente do estado na formulação e defesa de Políticas Públicas,
1224 relatando o que trazia a Constituição sobre a mesma. Informou que a competência da Consultoria
1225 Jurídica do MDS era estabelecida pelo art. 11 da Lei Complementar 73, fazendo sua leitura por ser
1226 importante esse conhecimento. Procedeu ao esclarecimento sobre a composição e estrutura
1227 administrativa da CONJUR, que exercia as atividades de consultoria e assessoramento jurídico
1228 junto ao MDS, observadas as diretrizes técnicas do Advogado Geral. Relatou que nos últimos
1229 quatro anos, a CONJUR se fazia presente nesse Pleno, cujo objetivo era de acompanhar todas as
1230 reuniões ordinárias, como também as reuniões das Comissões de Normas e outras Comissões onde
1231 sua presença ou da AGU se fizesse necessária para a rápida solução de questões jurídicas de menor
1232 complexidade. Informou sua atuação para apresentar informações em demandas judiciais
1233 envolvendo órgão e pareceres, assim como a análise de questões complexas. Que a CONJUR, ao
1234 longo desses quatro anos, havia atuado decisivamente na elaboração do atual Regimento Interno, da
1235 Resolução nº 53, de 31 de julho de 2008, acompanhado a implementação da MP 446 e auxiliado em
1236 todos os trabalhos necessários à efetivação da Medida Provisória, que havia sido rejeitada pelo
1237 Congresso Nacional. Que participava atualmente na Comissão de Normas para auxiliar na
1238 elaboração do novo Regimento Interno, tendo em vista a alteração de competência do CNAS.
1239 Concluindo, o Dr. Douglas esclareceu que a CONJUR não era uma entidade, mas sim um órgão da

1240 Advocacia Geral da União à serviço do Conselho. O senhor Presidente agradeceu o apoio prestado e
1241 solicitou o registro da importância da participação da CONJUR nesse Conselho. A Secretária-
1242 Executiva agradeceu ao Dr. Douglas o apoio prestado à Secretaria-Executiva, orientando e
1243 prestando esclarecimentos necessários. A seguir, procedeu ao registro dos convidados: Edilar Cruz,
1244 Presidente do CEAS/RG; Maria Joaquina, Presidente do CEAS/GO; Lusénir Correia, do
1245 CEAS/GO; Manoel Alves, Vice-Presidente do FONACEAS, CEAS/AC; Denise Maria de Castro
1246 Chaves, Federação Nacional das APAES; Maria de Fátima da Costa Barros Coutinho, CEAS/AL; e
1247 Osvaldo de Souza Júnior, Igreja Metodista. O Conselheiro José Araújo sugeriu que durante a visita
1248 de Presidentes de CEAS lhes fosse dado o resumo das deliberações do CNAS, para que pudessem
1249 levar imediatamente para seus estados. O senhor Presidente indicou a dificuldade operacional para
1250 atender essa demanda, considerando que as memórias apresentadas passariam pela Secretaria-
1251 Executiva para rever os encaminhamentos dados, mas que a solicitação seria analisada e se voltaria
1252 a discutir. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou a reunião para o almoço,
1253 convidando a todos para retornarem no período da tarde. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o
1254 senhor Presidente passou para a Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada,
1255 senhora Cláudia Sabóia, para falar sobre a **Tipificação dos serviços de defesa de direitos e**
1256 **assessoramento.** A senhora Diretora informou que havia trazido alguns apontamentos a respeito da
1257 tipificação, a partir de conversas mantidas com pessoas estudiosas do assunto, assim como de
1258 entidades identificadas como representativas de serviços de assessoramento e defesa de direitos.
1259 Indicou que a LOAS havia estabelecido um tripé, atendimento, assessoramento e defesa de direitos,
1260 precisando-se identificar as diferenças entre esses três campos, mas também suas interseções.
1261 Observou que a Assistência Social tinha como funções a proteção social, a vigilância e a defesa de
1262 direito, discorrendo sobre as entidades que atendiam esses campos. Informou que o conceito de
1263 assessoramento e defesa era bastante novo para as Políticas Públicas e uma ampliação do conceito
1264 do atendimento, que era mais comum, sendo um avanço e, de certa forma, uma ousadia tratar sobre
1265 isso por não terem o embasamento como havia sobre o atendimento e prestação de serviços. Relatou
1266 o trabalho que o Conselho havia realizado sobre assessoramento e defesa, discutidos em um só
1267 bloco, com outras legislações trazendo esses itens individualmente. Informou as conclusões a que
1268 haviam chegado, devendo-se buscar um maior detalhamento dos serviços ou das atividades, no
1269 campo da defesa e do assessoramento, mas não necessariamente uma tipificação de serviços, um
1270 enquadramento ou uma lista fechada, como se agia em relação a serviços socioassistenciais e
1271 prestação de serviços, caminho que lhes parecia mais seguro e adequado. A senhora Diretora
1272 ponderou que se deveria colocar o conceito de assessoramento de defesa no campo de Política
1273 Pública de Assistência Social, partindo do que estavam chamando de processo indutivo, a partir da
1274 realidade do que essas entidades estavam fazendo para traçar o modelo geral, tendo que se avançar
1275 no levantamento dessas ações. Ressaltou que essa regulamentação deveria possibilitar maior
1276 segurança jurídica para as entidades, servindo, também, como parâmetros para os Conselhos
1277 Municipais e para o próprio MDS com relação, respectivamente, à inscrição e à certificação, para
1278 que os seus pareceres sobre certificação não fossem subjetivos, tendo parâmetros mais claros.
1279 Esclareceu que estavam seguindo uma linha de caracterização e não de tipificação, que deveria
1280 partir de eixos ou pontos norteadores, sendo que alguns já constavam na regulamentação, como a
1281 continuidade dos serviços, a permanência e o planejamento, atividades não ocasionais e dirigidas ao
1282 público da Política Pública de Assistência Social, indicando alguns exemplos desse exercício.
1283 Informou que as entidades que atuavam na defesa de direitos se dedicam à construção de novos
1284 direitos e também à orientação jurídica, tanto judicial quanto extrajudicial, de usuários da
1285 Assistência Social em situações de violação de direitos, tendo que manter interface com ouvidorias,
1286 Ministério Público e Defensorias. Que as entidades de assessoramento atuavam num campo mais
1287 vasto, como a capacitação, a formação de Conselheiros, gestores, usuários, no monitoramento da
1288 Política, em estudos e pesquisas que fomentavam a Política de Assistência Social, o Sistema Único,
1289 no fortalecimento dos movimentos sociais e grupos populares, no processo de construção de novas

1290 tecnologias sociais e no estímulo ao desenvolvimento sustentável de grupos que se associavam para
1291 geração de renda, incluída a inclusão produtiva, provavelmente a segurança alimentar e a integração
1292 ao mercado de trabalho. Concluindo, a senhora Diretora colocou-se à disposição para os
1293 esclarecimentos necessários, informando que a senhora Edna traria alguns informes. A Conselheira
1294 Leila colocou algumas questões para se iniciar uma reflexão, observando o não fechamento da
1295 tipificação dos serviços, conforme a Resolução 209, considerando a diversidade existente e dos
1296 diferentes serviços ou projetos e programas que existiam nessas duas áreas do assessoramento e
1297 defesa e garantia de direitos. Ressaltou que essas áreas eram de seu interesse, considerando a
1298 atuação da sua entidade nesse campo. Que seria interessante para a Plenária conhecer porque a
1299 tipificação dos serviços na área do atendimento havia sido elaborada pela equipe da Conselheira
1300 Simone e que agora, as outras duas áreas estavam sendo trabalhadas pela rede privada. Que havia
1301 que pensar onde estavam e o porquê de chamar os serviços de defesa de direitos e assessoramento,
1302 podendo ser denominados de projetos e programas. A Conselheira Simone explicou que à época
1303 não existia a área relativa às entidades privadas na Secretaria Nacional de Assistência Social, com a
1304 discussão sendo realizada no seu Departamento, até que fosse criado o Departamento específico.
1305 Ponderou que a discussão da defesa de direitos, como estava sendo desenhada, tinha muito a ver
1306 com o campo da Sociedade Civil, explicando seu entendimento. Relatou o que havia sido colocado
1307 pelo professor Edval sobre a necessidade de transição da representação dos usuários para o campo
1308 da Sociedade Civil, o que precisaria ser aprofundado, encontrando adequado que não se tipificasse
1309 como havia sido feito no atendimento, visto o reconhecimento das novas entidades que ainda
1310 estavam lutando por novos direitos. Enfatizou a necessidade de aprofundamento e como se
1311 trabalharia e se colocaria dentro do campo da defesa a questão dos programas e projetos. Destacou
1312 que onde haviam colocado os novos direitos havia que colocar qual era o parâmetro estabelecido
1313 entre esses e os antigos, encontrando correta a realização de debate sobre as questões colocadas
1314 nesse Pleno. O Conselheiro José Crus destacou a existência do Decálogo dos direitos
1315 socioassistenciais e que poderia ser um importante instrumento para esse debate, indagando se o
1316 mesmo estava sendo utilizado. O senhor Presidente observou que o atendimento era uma realidade,
1317 com a defesa de direitos não aparecendo tanto, concordando que não se podia tipificar, por engessar
1318 algo que era muito flexível e que mudava de acordo com as vulnerabilidades. Destacou a
1319 necessidade de saber até onde ia a defesa de direitos para o campo da Política de Assistência, sendo
1320 importante essa caracterização, discorrendo como se dava a defesa e sobre o estímulo à participação
1321 popular. Que a mobilização social era uma forma que muitas organizações da Sociedade Civil se
1322 utilizavam para defesa de direitos, o que era feito na medida em que se estimulavam aqueles que
1323 recebiam o atendimento, com o usuário participando das instâncias de participação popular.
1324 Destacou que o cyber ativismo e a mídia eram cada vez mais utilizados dentro das organizações,
1325 estimulando a participação através das redes sociais e produzindo meios e ferramentas para sua
1326 efetivação. Concluindo, destacou para o assessoramento, a importância de pesquisa, publicações,
1327 formação de lideranças e política e articulação de redes. A senhora Diretora apresentou a Sra. Ana
1328 Paula, Coordenadora Geral do Cadastro Nacional de Entidades. A seguir, discorreu sobre serviços,
1329 tendo condições de se avançar em projetos e programas no atendimento e assessoramento de
1330 defesas, podendo se conversar posteriormente sobre o assunto. Observou que se chamava de
1331 serviços e cuja denominação constava no Decreto, mas sendo mais ações, não tendo as mesmas
1332 características dos serviços tipificados do atendimento. Destacou que esse campo era rico e
1333 heterogêneo e que o processo proposto era chamado de indutivo, saindo do concreto para essa regra
1334 geral que seria traçada a partir de características essenciais e da vivência das entidades. Concordou
1335 com a Conselheira Simone que as experiências de assessoramento e defesa estavam no campo da
1336 Sociedade Civil, com o governo tendo pouca experiência e com a defesa de direitos estando bem
1337 fortalecida no campo das entidades privadas. Discorreu sobre quais direitos se estava falando,
1338 socioassistenciais ou sociais, relatando o que havia sido discutido com as entidades, assim como a
1339 construção de novos direitos pelas mesmas e que se transformavam posteriormente em novos

1340 serviços e em leis. Concluindo, a senhora Diretora destacou que deveriam avançar, partindo do que
1341 estava sendo proposto, primeiro de não tipificação e depois de um mapeamento e de buscar casos
1342 concretos para que se pudesse fechar ou estabelecer uma caracterização e uma regulação sobre isso.
1343 A Conselheira Simone indagou à senhora Diretora como isso seria feito e se o Conselho Nacional
1344 deveria orientar os outros Conselhos a inscreverem as entidades, solicitando uma sugestão a
1345 respeito. A Conselheira Leila observou nesse estudo e nesse processo de discussão que estava se
1346 abrindo, a possibilidade de aprofundar em alguns públicos que não apareciam na tipificação,
1347 indagando como entraria a Assistência social na questão indígena e outros segmentos. Que na
1348 formação política cidadã considerava importante buscar o próprio fortalecimento do usuário de
1349 Assistência Social através da formação dessa política, das lideranças populares como
1350 multiplicadoras de um processo de fortalecimento e organização dos usuários de Assistência Social.
1351 O Conselheiro Renato de Paula ratificou o que já havia sido colocando, com a caracterização dos
1352 serviços sendo o caminho mais profícuo, mas com o termo “*tipificação*” podendo ser entendido de
1353 várias formas, sugerindo deixá-lo entre aspas, não usar ou substituir por “*caracterização*”.
1354 Encontrava que a tipificação dos serviços era um ponto de partida interessante para pensar o
1355 assessoramento e a defesa na linha do que a Conselheira Leila havia colocado, indagando como os
1356 segmentos citados estavam assessorados. Sobre a questão de chamar ou não de serviço, o que o
1357 Decreto trazia já diferenciava de programas, projetos e outras categorias, explanando sobre suas
1358 diferenças. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que talvez o assessoramento fosse mais fácil
1359 quando se pensava na linha da capacitação, com a defesa entrando em um campo mais difuso,
1360 observando que a diferenciação entre direitos sociais e socioassistenciais não estava clara para
1361 todos. Que o próprio Decálogo precisava ser decodificado, sem o que se poderia retornar ao que
1362 estavam querendo superar e que era a questão da especificidade do conteúdo próprio da Assistência.
1363 Dirigindo-se à senhora Diretora, observou o trabalho que haviam feito no Departamento e nas
1364 oficinas, sendo importante aprofundar o diálogo com as entidades que se diziam de defesa, de
1365 assessoramento, indagando quais eram as suas atividades. O senhor Presidente, citando as
1366 contribuições da Conselheira Simone, indagou como se construiria a orientação para os Conselhos
1367 Municipais inscreverem essas entidades, e para as próprias, para que pudessem aprimorar suas
1368 ações para a defesa de direitos, sugerindo uma Resolução com algumas orientações. O Conselheiro
1369 Pedro Ost questionou como se tipificaria uma ação, que poderia ser um projeto ou um programa
1370 interligado com outros Ministérios, exemplificando com um programa com o MTE, que não cobria
1371 totalmente, com as entidades tendo que aportar uma parcela, indagando onde isso seria lançado. A
1372 senhora Diretora respondeu que havia que ter cuidado com tais situações, precisando-se
1373 caracterizar, colocando as entidades no campo da Política Pública de Assistência Social, onde
1374 deveriam atuar no campo da defesa e do assessoramento. Dirigindo-se à Conselheira Simone,
1375 observou que com relação à inscrição, tanto o MDS não poderia parar de certificar as entidades
1376 nesse campo, quanto a inscrição não poderia parar até que se tivesse uma Resolução, que poderia
1377 sair até dezembro. Que estavam propondo que se pudesse dar maior segurança para quem iria se
1378 inscrever, certificar e para as próprias entidades na forma de apresentar seus planos e relatórios a
1379 partir dessa caracterização. Ponderou que quanto mais rápido se pudesse avançar melhor seria para
1380 tanto para os Conselhos quanto para o MDS e para as entidades. Informou que a Sra. Rosângela Paz
1381 havia se colocado à disposição para contribuir nesse debate a partir de novembro, tendo identificado
1382 alguns Conselhos Municipais que haviam feito essa regulamentação e com quem poderiam buscar
1383 subsídios para esse procedimento. Sugeriu, também, a presença da Sra. Neire, do Dr. Regules e do
1384 Dr. Fauler, pessoas com *expertise* nesse tema e que deveriam ser ouvidas, assim como as entidades
1385 desse campo, citando algumas organizações. Informou que no seu Departamento, por causa da
1386 certificação, haviam mapeado algumas ações, podendo contribuir quando esse tema fosse pautado, e
1387 cujo debate deveria prosseguir com a participação do Conselho Nacional. Com relação ao vínculo
1388 SUAS informou ter uma consultoria com a professora Neire, cujo prazo para apresentar uma
1389 proposta era novembro, devendo ser pautado após essa data. O senhor Presidente propôs, para

1390 novembro, inversão de pauta, colocando a defesa de direitos e assessoramento no lugar do “vínculo
1391 SUAS”, com a presença da senhora Diretora e de algumas entidades para esse debate. A
1392 Conselheira Gisele reiterou a importância da presença da professora Neire e da professora
1393 Rosângela Paz, assim como de outros convidados que pudessem ajudar nessa reflexão. A
1394 Conselheira Ana Carolina indagou sobre a metodologia para ouvir as entidades, tendo participado
1395 de eventos e podendo trazer sugestões para alguns fóruns. Falou sobre o Simpósio Nacional das
1396 Entidades podendo pautar essa questão em um desses eventos. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu
1397 a organização de um evento com as entidades, principalmente no Estado de São Paulo, juntamente
1398 com a OEB e outros atores, articulando e debatendo o assunto. O senhor Presidente ponderou que
1399 havia que se pensar em uma estratégia de Conselho Nacional para posteriormente movimentar junto
1400 às bases e se poder avançar. Destacando a extensa agenda do CNAS, observou que de concreto em
1401 novembro dispunham de duas horas para essa discussão, propondo como encaminhamento, que em
1402 parceria com a DRSP se elaborasse uma agenda para avançar um pouco mais, apesar de não ser
1403 possível sair com essa Resolução orientadora. A senhora Diretora esclareceu que a estratégia de
1404 trabalhar em um grupo menor fluiria melhor, com esse relato vindo para a Plenária e com os
1405 Conselheiros trazendo sugestões para esse debate. O senhor Presidente sugeriu reunir a Presidência
1406 Ampliada, os Coordenadores de Comissão e a Presidência e fazer um debate preliminar, com seu
1407 resultado vindo para a Plenária ou mesmo no relato da Presidência Ampliada. A Conselheira Ana
1408 Carolina ratificou as sugestões da senhora Diretora e propôs um núcleo dentro da Comissão de
1409 Normas ou de Política, trazendo para a Plenária e posteriormente encaminhando para alguma
1410 Comissão. A Conselheira Simone não concordou com o encaminhamento do senhor Presidente,
1411 encontrando que a Presidência Ampliada não era local de debate, sugerindo que o debate fosse para
1412 a Comissão de Normas, trazendo a proposta para as demais Comissões ou para o próprio Pleno,
1413 com a Conselheira Gisele concordando com esse encaminhamento. O senhor Presidente encontrou
1414 que o encaminhamento da Conselheira Simone tinha maior abrangência, mas com esse debate
1415 devendo ser feito por um Grupo com as três perspectivas, de Política, de Acompanhamento de
1416 Conselhos e de Normas. Que se tivessem mais tempo, o ideal seria formar um GT e discutir com
1417 essa diversidade, mas observando a realização da Ampliada ou se debatendo em Plenária. O
1418 Conselheiro Carlos Rogério propôs que a Comissão de Normas fizesse esse debate, havendo muitos
1419 trabalhadores nessas entidades de assessoramento. O senhor Presidente colocou o encaminhamento
1420 para que fosse pautado na Comissão de Normas e constando no relato de novembro, entendendo
1421 que sua proposta de utilizar duas horas que seriam anteriormente destinadas ao vínculo SUAS não
1422 estava sendo acatada. Solicitou à Comissão de Normas que indicasse como isso seria feito,
1423 considerando que estavam com o o Regimento pautado, com a Conselheira Gisele esclarecendo que
1424 a Comissão incluiria esse debate na sua pauta. Prosseguindo, o senhor Presidente passou para os
1425 **Informes da Certificação**, pela Coordenadora Edna, que relatou a realização de eventos com uma
1426 boa média de participação de público, incluindo as entidades. Informou já ter sido definido o
1427 modelo de comprovante de protocolo, inclusive para aqueles realizados pela CNAS, sendo que o
1428 documento que comprovava a regularidade da certificação era o protocolo do requerimento de
1429 renovação, não havendo a emissão de certidão. Informou que estavam providenciando a elaboração
1430 dos comprovantes de todos os processos sob sua responsabilidade e disponíveis no portal do MDS,
1431 na parte de certificação. A senhora Diretora complementou que esse protocolo valia até a decisão do
1432 processo como prova para os órgãos, informando, também, a publicação da Resolução 710 que
1433 estabelecia competências e atribuições relativas à certificação pelo MDS, com a Secretária Nacional
1434 responsável pela função de editar instruções normativas sobre procedimentos. O senhor Presidente
1435 agradeceu a participação da senhora Diretora e sua equipe, reiterando o convite para novembro,
1436 com a Conselheira Leila solicitando confirmação do e-mail, cebas@mds.gov.br. O senhor
1437 Presidente passou para o **Relato da Comissão de Financiamento**, pelo Conselheiro José Geraldo:
1438 “*Memória de Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Sala 108 do CNAS.*
1439 *05/10/2010. Conselheiros Presentes: Carlos Eduardo Ferrari; Sérgio Wanderly; Pedro Ost; Maria*

1440 *Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Antônio Pereira Kbça da Silva Filho; Gisele de Cássia*
1441 *Tavares; Maria da Conceição Pires dos Santos. **Ausência justificada:** José Geraldo França Diniz;*
1442 *Luiza Fernandes Machado; Iolete Ribeiro da Silva. **Convidados:** Dulcelena Alves Vaz Martins -*
1443 *Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira - DEFNAS/SNAS; Laurinara de*
1444 *Almeida Campos - Fundo Nacional de Assistência Social - DEFNAS/SNAS; Fábio Moassab Bruni -*
1445 *Departamento de Proteção Social Especial - DPSE/SNAS; Lidia Cristina Silva Barbosa -*
1446 *Departamento de Proteção Especial Básico - DPSB/SNAS; Karoline Aires Ferreira -*
1447 *Departamento de Gestão do Sistema único de Assistência Social - DGSUAS/SNAS. **Apoio:** Jamile*
1448 *Calado; Ana Julia Siqueira. Item 1. Análise do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira*
1449 *do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS referente ao 3º trimestre de 2010. A Diretoria*
1450 *Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS/SNAS) apresentou o Relatório da*
1451 *Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, 3º trimestre de 2010, apurado em regime de caixa*
1452 *e empenhado até 30/09/2010. Foram demonstrados os seguintes aspectos”. Interrompeu a leitura,*
1453 *observando que prestaria esclarecimentos caso os conselheiros tivessem alguma dúvida. “**Destacou***
1454 *- se: A Ação 20EV - Enfrentamento ao Crack e outras Drogas possui uma execução baixa, pois os*
1455 *créditos foram recebidos no dia 30/07 e deverão ser executados até o final da competência, em*
1456 *novembro. Quanto às ações 2B30 - Estruturação da Rede Proteção Social Básica e 2B31 -*
1457 *Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial, os valores foram empenhados até*
1458 *03/07 em função do processo eleitoral, devendo a execução ser retornada assim que findarem as*
1459 *proibições legais advindas desse processo. Na ação 20EL - Atendimento Emergencial em*
1460 *Assistência Social e Segurança Alimentar Nutricional, o valor já executado diz respeito ao repasse*
1461 *que foi realizado por meio de transferência Fundo a Fundo para os Estados de Alagoas e*
1462 *Pernambuco, que foram atingidos pelas enchentes e que tratam-se de créditos extraordinários,*
1463 *portanto devendo ser executados até o mês de novembro. O valor ainda não executado se refere à*
1464 *reconstrução e viabilização de equipamentos para unidades destruídas pela calamidade, cujas*
1465 *providências estão em trâmite. Para as ações que estão com percentual de execução elevado já*
1466 *foram solicitados créditos especiais e aguarda-se o resultado do processo de solicitação. Só faço*
1467 *uma correção, se a ação existe não é crédito especial, é crédito suplementar. Foi apresentado*
1468 *também, em cumprimento à solicitação deste Conselho, quando da apresentação do Relatório de*
1469 *Execução do 2º trimestre de 2010, um glossário, com as siglas e conceitos dos pisos que são*
1470 *citados nos relatórios de execução orçamentária e financeira. Também, em atendimento a demanda*
1471 *deste CNAS, foi apresentada lista de municípios, que receberam emendas, mas não executaram os*
1472 *recursos. Quanto às emendas, foram destacados os seguintes pontos: as emendas encaminhadas*
1473 *aos municípios são de origem individual ou oriundas das comissões e são destinadas à*
1474 *estruturação da rede socioassistencial, não especificamente à construção de CRAS e CREAS; o*
1475 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome elabora e envia aos parlamentares,*
1476 *anualmente, um manual, que trata sobre as emendas e sua utilização, no qual ratifica que esses*
1477 *recursos devem ser aplicados em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social;*
1478 *estão sendo feitas discussões junto ao FNAS, com base em estudos feitos por especialistas, para a*
1479 *pactuação de estrutura mínima nos municípios, com uma planta padrão para os CRAS e CREAS,*
1480 *cujos valores estão sendo estimados entre R\$ 150.000,00 e R\$ 200.000,00. **Encaminhamentos.** A*
1481 *Comissão de Financiamento sugere: 1.1) Aprovar o relatório de execução orçamentária e*
1482 *financeira do 3º trimestre de 2010 apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional*
1483 *Assistência Social - DEFNAS (Resolução, em anexo); 1.2) Convidar a Diretoria de Benefícios*
1484 *Assistenciais, bem como o Fundo Nacional de Assistência Social para participarem da reunião da*
1485 *Comissão de Financiamento, no mês de dezembro, para debate sobre os procedimentos de*
1486 *pagamento aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e a Renda Mensal Vitalícia”. O*
1487 *Conselheiro José Geraldo indagou se a ampliada em Fortaleza seria realizada em dezembro, com o*
1488 *tema sendo pautado em outra oportunidade. “2) Critérios de partilha dos recursos das emendas*
1489 *parlamentares. Os convidados Fábio Moassab Bruni - DPSE/SNAS e Lidia Cristina Silva Barbosa*

1490 — *DPSB/SNAS apresentaram os critérios de partilha de recursos, que foram propostos como uma*
1491 *forma de premiar” os municípios que possuem unidades de CRAS e, ou CREAS funcionando em*
1492 *conformidade com a regulação do SUAS, reconhecendo seu esforço e resultado alcançados. Esta*
1493 *“premiação” tem como objetivo: a melhoria da estrutura da rede, a melhoria da oferta do serviço*
1494 *aos usuários, o fortalecimento do Censo SUAS como instrumento de monitoramento e tomada de*
1495 *decisão e propiciar o alcance das metas de desenvolvimento dos CRAS, onde o governo possui*
1496 *responsabilidade em apoiar os entes. Estão sendo propostos os seguintes critérios no tocante à*
1497 *Ação 2B30 - Estruturação da Rede Proteção Social Básica, cuja aplicação deve se dar na*
1498 *construção de CRAS. Podem apresentar proposta para construção de Centro de Referência de*
1499 *Assistência Social - CRAS: Os Municípios habilitados no mínimo em Gestão Básica do SUAS e o*
1500 *Distrito Federal que possuam pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2009 que*
1501 *atenda os seguintes requisitos: Índice de Desenvolvimento do CRAS - ID CRAS sintético igual a 8,*
1502 *sendo a dimensão de estrutura física classificada como regular; e II, não estar instalado em imóvel*
1503 *próprio. 2º) Os CRAS dos Municípios e Distrito Federal serão pontuados conforme seu estágio de*
1504 *desenvolvimento nas dimensões do ID CRAS: 1 Dimensão Recursos Humanos: Grau de*
1505 *Desenvolvimento Superior: 11 pontos; Grau de Desenvolvimento Suficiente: 07 pontos; II —*
1506 *Dimensão Atividades Realizadas: Grau de Desenvolvimento Superior: 05 pontos; Grau de*
1507 *Desenvolvimento Suficiente: 03 pontos; III - Dimensão Horário de Funcionamento: Grau de*
1508 *Desenvolvimento Superior: 02 pontos; Grau de Desenvolvimento Suficiente: 01 ponto. 3º) O ID*
1509 *CRAS (Índice dimensional e sintético) compreende: Indicadores dimensionais tem o objetivo de*
1510 *sistematizar as características de funcionamento dos CRAS, bem como avaliar a necessidade de*
1511 *intervenções, optou-se pela construção de indicadores específicos das seguintes dimensões:*
1512 *Atividades realizadas - atividades associados ao PAIF (Programa de Atenção Integral à Família);*
1513 *Estrutura física - espaço físico que garanta a execução do trabalho social com famílias*
1514 *relacionadas ao PAIF; Recursos Humanos - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do*
1515 *SUAS; Funcionamento - padrão esperado para um equipamento público: 5 dias na semana e 8*
1516 *horas por dia. Seguindo os referenciais descritos acima, para cada uma dessas dimensões, foram*
1517 *definidos critérios, basicamente sobre o atendimento ou não de um conjunto de quesitos, para*
1518 *quatro gradações de desenvolvimento: insuficiente não possui os critérios mínimos para a*
1519 *prestação dos serviços com qualidade; Regular - possui os critérios mínimos para a prestação dos*
1520 *serviços com qualidade; Suficiente - possui os critérios desejáveis para a prestação dos serviços*
1521 *com qualidade; Superior - possui critérios complementares aos desejáveis para a prestação dos*
1522 *serviços com qualidade. Indicadores Sintéticos. A metodologia adotada para a construção do*
1523 *indicador sintético está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS.*
1524 *Nessa opção, os CRAS estarão distribuídos em 10 estágios de desenvolvimento, elaborados em*
1525 *função da combinação dos graus de desenvolvimento apurados com o cálculo dos indicadores*
1526 *dimensionais. Essa é uma opção diferenciada de um índice sintético que varie entre 0 e 1, onde*
1527 *associações entre o valor do índice e os percentuais de evolução do CRAS não são válidos. 4º)*
1528 *Para os Municípios e Distrito Federal que possuem mais de um CRAS que atendam os critérios*
1529 *será considerado aquele que alcançar maior pontuação; 5º) A classificação dos Municípios e*
1530 *Distrito Federal que se enquadrem nos critérios se dará em ordem decrescente do somatório da*
1531 *pontuação obtida; 6º) Como critério de desempate entre os entes proponentes que obtenham a*
1532 *mesma pontuação será utilizado o menor índice SUAS. 7º) Para os CREAS, os critérios são:*
1533 *Podem apresentar proposta para construção de Centro de Referência Especializado de Assistência*
1534 *Social - CREAS. O Distrito Federal e os municípios habilitados em Gestão Plena no mês de*
1535 *setembro de 2010, desde que possuam pelo menos uma unidade CREAS, municipal ou do Distrito*
1536 *Federal, cadastrada no Censo SUAS 2009 que atendo aos seguintes requisitos:1) Não estar*
1537 *instalada em móvel próprio e exclusivo; Pequeno Porte I e II e Médio Porte: 2) Possuir equipe*
1538 *composta com, no mínimo, um assistente social, um psicólogo e um advogado; 3) Metrôpoles e*
1539 *municípios de grande porte: possuir equipe composta com, no mínimo, dois assistentes sociais, dois*

1540 psicólogos e um advogado. 8º) Os municípios que atenderem aos requisitos serão classificados de
1541 acordo com o menor índice SUAS. Por fim, foi exposto pela Conselheira Gisele Tavares, que o
1542 MDS em parceria com Secretaria Especial das Mulheres e o Ministério da Justiça realizará um
1543 projeto de capacitação dos profissionais dos CRAS e CREAS, para tratar sobre a violência contra
1544 as mulheres. Em face da importância da temática a ser discutida e uma vez que o CNAS conta com
1545 a disponibilidade de recursos advindos de emendas de Comissão solicita-se autorização para que
1546 sejam utilizados aproximadamente R\$ 8.000.000 (oito milhões de reais) para o custeio da
1547 participação do CDS neste projeto. **Encaminhamentos.** A Comissão de Financiamento sugere:
1548 2.1) Aprovar os critérios de partilha dos recursos para estruturação da rede de serviços sócio-
1549 assistenciais (Resolução, em anexo); 2.2) Aprovar a destinação de recursos do Fundo Nacional de
1550 Assistência Social para ações de capacitação de profissionais que atuam nos Centros de Referência
1551 de Assistência Social - CRAS e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social -
1552 CREAS (Resolução, em anexo); 3) Discussão e formatação da Carta Compromisso
1553 CNAS/FONSEAS/CONGEMAS. Com fundamento nos documentos encaminhados pela Fórum
1554 Nacional de Secretários Estaduais - FONSEAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais
1555 de Assistência Social - CONGEMAS, juntamente com a colaboração dos Conselheiros integrantes
1556 desta Comissão foi elaborada Carta Compromisso CNAS/FONSEAS/CONGEMAS (anexa), que
1557 trata sobre o compromisso que deve ser firmado pelos candidatos à Presidência da República com
1558 a Política Nacional de Assistência Social e o seu financiamento”. O Conselheiro José Geraldo
1559 observou que na reunião anterior do Conselho a Carta Compromisso seria aos governadores eleitos
1560 e aos candidatos ao segundo turno, constando aos candidatos à Presidência da República,
1561 solicitando esclarecimentos posteriores. **Encaminhamentos.** A Comissão de Financiamento
1562 sugere: 3.1) Encaminhar a carta compromisso aos presidentiáveis, de imediato, e aos
1563 governadores eleitos, após realização do 2º turno. 4) Pauta de novembro: 4.1) Reunião conjunta
1564 com a Comissão de Conselhos (período da manhã): Discussão sobre a promoção de
1565 capacitação/orientação a ser realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade para os Conselhos
1566 Municipais. Estaduais e CAS/DF sobre o papel do contador no desempenho de sua função face ao
1567 orçamento da Assistência Social. Orientações para os CEAS e CMAS quanto à elaboração,
1568 execução e acompanhamento do seu orçamento 4.2) Comissão de Financiamento (período da
1569 tarde): Apresentação a ser realizada pelo Conselheiro José Geraldo sobre elaboração e
1570 acompanhamento orçamentário Discussão sobre as normativas que tratam do financiamento da
1571 Assistência Social”. A seguir, passou à leitura da “Carta Compromisso
1572 CNAS/FONSEAS/CONGEMAS. Prezados(as) Senhore(as), o Conselho Nacional de Assistência
1573 Social, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e o Fórum Nacional de
1574 Assistência Social, instâncias legítimas de deliberação e de pactuação da Política de Assistência
1575 Social, tomam pública a presente Carta Compromisso, direcionando-a ao candidato e a candidata
1576 à presidência da República do Brasil, com o objetivo de consolidar as conquistas históricas na
1577 área. A definição da Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado na
1578 Constituição de 1988, e sua regulamentação como Política Pública pela Lei Orgânica de
1579 Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93), é resultado da lutas democráticas de movimentos e
1580 organizações da Sociedade Civil. Esta conquista histórica demarcou o início da institucionalização
1581 da Política de Assistência Social, na perspectiva de ampliar direitos dos cidadãos e cidadãs com
1582 proteção social não contributiva, e de superar prática assistencialista que tanto contribuíram para
1583 reproduzir a desigualdade social, fundamentando-se no clientelismo e na oferta de ações residuais.
1584 Municípios, Estados, DF e União estão protagonizando um novo pacto federativo na área com o
1585 advento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante o reordenamento da gestão, do
1586 financiamento e da oferta de provisões aos usuários desta Política. O SUAS, que completou cinco
1587 anos com grande adesão e resultados específicos, principal deliberação da IV Conferência
1588 Nacional de Assistência Social realizada em 2003, é um sistema descentralizado e participativo,
1589 cuja finalidade central é construir o conteúdo peculiar da Assistência Social na proteção social

1590 brasileira, com consequente fortalecimento de mecanismos democráticos e repactuação das
1591 atribuições dos entes federados, na direção de uma Seguridade Social ampla, universal e
1592 redistributiva. No âmbito da proteção social brasileira, esta Política objetiva garantir seguranças
1593 nas situações de ausência de renda, de condições de sobrevivência, de autonomia e de convívio, ao
1594 conjunto da população. Para tanto, as proteções foram reguladas por níveis de complexidade e
1595 especialidade, sendo ordenadas em proteção social básica e proteção social especial, de alta e
1596 média complexidade. Os centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Centros de
1597 Referência Especializados de Assistência Social — CREAS, posicionados nos territórios com maior
1598 concentração de vulnerabilidade e risco sociais, estão viabilizando a milhares de brasileiros e
1599 brasileiras o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, resultando em
1600 desenvolvimento da autonomia e da convivência de indivíduos e famílias, no acesso aos direitos de
1601 sobrevivência e de renda, reconstruindo laços de pertencimento e vínculos afetivos, recompondo
1602 direitos, reconstruindo projetos e trajetórias de vida. O SUAS inaugura novas bases de gestão, de
1603 financiamento e de controle social, assegurando mecanismos que induzem reordenamentos na
1604 provisão de seguranças, no desenvolvimento da capacidade gestora dos entes federados, na
1605 inserção qualificada das entidades vinculadas ao sistema, no repasse continuado e regular de
1606 recursos fundo a fundo, na profissionalização e no aprimoramento dos serviços, no fortalecimento
1607 das instâncias de controle social. A Política Nacional de Assistência Social — PNAS/04 e a Norma
1608 Operacional do Sistema Único de Assistência Social — NOB/SUAS/05, regulações estruturantes do
1609 sistema unificado, reafirmam a primazia estatal, o caráter público entre as ações governamentais e
1610 não governamentais, e a relação cooperada dos entes federados. Dos 5564 municípios brasileiros,
1611 em junho de 2010, 5.526 (99,3%) estavam habilitados em algum dos níveis de gestão do SUAS. Os
1612 Estados e o Distrito Federal também aderiram ao SUAS ao celebrarem com o governo federal o
1613 Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, num movimento continuado de implementação das
1614 responsabilidades. Esta expressiva adesão reforça a necessidade do aperfeiçoamento e da
1615 consolidação deste sistema público estatal. As Políticas Públicas de desenvolvimento social,
1616 relacionadas às políticas de desenvolvimento econômico sustentável, vêm promovendo impactos
1617 positivos nos indicadores sociais, na redução da pobreza absoluta. Articuladas, possibilitam às
1618 famílias o acesso à proteção social não contributiva, ou seja, aos programas de transferência de
1619 renda direta e indireta com desenvolvimento de trabalho social e fortalecimento de iniciativas
1620 populares que ativam as economias locais e desenvolvem as regiões dos estados. Institutos de
1621 estudos e pesquisas, a exemplo do IPEA, vêm confirmando que a redução dos índices de pobreza e
1622 de indigência no Brasil resulta de uma composição de fatores, com destaque para: crescimento de
1623 empregos formais e protegidos, e redução da concentração de renda; aumento de benefícios
1624 previdenciários e assistenciais indexados ao salário mínimo; aumento da cobertura de programas
1625 não contributivos de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa-Família. É preciso
1626 reconhecer que os benefícios possuem impactos importantes na melhoria de renda e no
1627 desenvolvimento local. Entretanto, mecanismos institucionais de inserção da população,
1628 especialmente a mais pobre, no sistema produtivo, e a universal e qualificada rede de serviços
1629 socioassistenciais, são avanços e condições imprescindíveis para ampliar ainda mais os impactos
1630 sociais. O sistema de proteção social brasileiro, e nele a Assistência Social, possui a função
1631 estratégica de desenvolver a nação, garantido seguranças à população. Ao mesmo tempo, deve
1632 avançar consolidando políticas que integrem os sistemas contributivos e não contributivos, além
1633 dos demais direitos afiançados no Art. 6º da Constituição, na direção de um sistema de proteção
1634 amplo e democrático. A universalidade da cobertura do SUAS e sua integração com demais
1635 sistemas públicos estatais e políticas de direitos humanos, requer a sua incorporação prioritária
1636 nas ações programáticas do governo federal. Neste sentido, a agenda política da Assistência Social
1637 para o futuro governo federal expressa compromissos políticos e institucionais acumulados nos
1638 últimos anos de implantação do SUAS e resulta das deliberações e pactuações nas instâncias da
1639 área, que expressam seu caráter democrático e participativo com destaque para: aprovação PL

1640 SUAS (nº 3.077/08, para a vinculação em Lei do avanços normativos e conceituais do SUAS,
1641 regulamentando o sistema unificado, as condições para o aprimoramento da gestão, o controle
1642 social e do monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social, o aperfeiçoamento do
1643 critério de acesso ao BPC, a assimilação da definição de família, a nova definição de entidades e
1644 organizações de Assistência Social, a autorização para o pagamento de pessoal do quadro próprio,
1645 e outras definições que aprofundam responsabilidades dos entes federados; posicionamento
1646 estratégico da Assistência Social na estrutura político-administrativa do governo federal, com
1647 adoção de mecanismos que aprofundem a intersetorialidade das políticas, a relação entre
1648 benefícios e serviços, e as ações integradas entre os Ministérios; aumento efetivo do financiamento
1649 da Assistência Social com ampliação real nas três esferas de governo e estabelecimento de
1650 condições para regulamentação e manutenção da lógica do repasse automático e regular, Fundo a
1651 Fundo, para a garantia do custeio na prestação de serviços continuados e demais ações
1652 cooperadas, bem como com a garantia do provimento necessário à manutenção e qualificação da
1653 rede de serviços e da gestão, assegurando fontes de recursos que, de fato, representem o
1654 compromisso com o fortalecimento desse sistema público; previsão e aumento de metas no PAC 2
1655 para implantação de CRAS e CREAS, contemplando as necessidades e critérios definidos no
1656 âmbito do SUAS; ampliação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, além dos
1657 recursos para pagamento do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia, além
1658 dos recursos destinados ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, para o
1659 custeio dos serviços socioassistenciais, especialmente no cofinanciamento de CRAS e CREAS,
1660 visando a universalização da cobertura da rede socioassistencial; ampliação de políticas de
1661 desenvolvimento socioterritorial, considerando as disparidades e diversidades regionais, com
1662 garantia da ação intersetorial; aprimoramento do SUAS com investimentos numa Política de
1663 Recursos Humanos, e desenvolvimento das condições de gestão de municípios, estados e DF;
1664 fortalecimento dos Conselhos, Comissões e Fóruns de Assistência Social, na perspectiva do
1665 aprimoramento dos espaços de participação e gestão democrática. Esta carta compromisso
1666 expressa a vontade política coletiva de agentes públicos que participaram ativamente da
1667 construção do SUAS, na representação de interesses democráticos e populares, destinados à
1668 consolidação de direitos e ao fortalecimento dos processos participativos. Reafirmar os avanços
1669 históricos na implantação do SUAS e acompanhar as medidas necessárias para a consolidação
1670 deste direito de cidadania, é um dever cívico de todos nós. O SUAS, como sistema público estatal
1671 corrige a história de ausência do Estado e de ciclos de ações residuais e assistencialistas.
1672 Portanto, planejar e implementar políticas de estado, que enfrentem as desigualdades e
1673 desenvolvam condições para universalizar e qualificar o atendimento prestado à população, é
1674 condição essencial para os avanços necessários no Brasil. Os compromissos políticos expressos
1675 nesta carta demarcam a defesa da continuidade do processo nacional de regulação e implantação
1676 do SUAS, com reforma consequente de estruturas e processos institucionais sinalizados, na
1677 perspectiva da efetiva ampliação da esfera pública do Estado democrático de direito. Dar
1678 continuidade aos avanços conquistados é assumir o compromisso com as conquistas civilizatórias
1679 do povo brasileiro. Assina: Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS; Eutália Barbosa
1680 Rodrigues, Presidente do FONSEAS; Iêda Maria Nobre de Castro, Presidente do CONGEMAS”.

1681 “Minuta de Resolução N.º , de 07 de outubro DE 2010. A Plenária do Conselho Nacional de
1682 Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2010, no uso
1683 da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de
1684 dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) resolve: Art. 1º - Aprovar o
1685 Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social
1686 (FNAS), 3º Trimestre de 2010, apresentado pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de
1687 Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério
1688 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução
1689 entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS”.

1690 “Resolução N.º, de outubro de 2010. Aprova destinação de recursos do Fundo Nacional de
1691 Assistência Social para ações de capacitação de profissionais que atuam nos Centros de Referência
1692 de Assistência Social - CRAS e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social -
1693 CREAS. O Conselho Nacional de Assistência Social, em Reunião Ordinária realizada no dia 07 de
1694 outubro de 2010, no uso da competência que lhe confere o art. 18, IX, da Lei nº 8.742, de 07 de
1695 dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; e, considerando a Resolução
1696 CNAS no 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social -
1697 PNAS; considerando a Resolução CNAS no 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma
1698 Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS; considerando a
1699 Resolução CNAS no 269 aprova a NOB-RH SUAS; considerando o saldo de recurso da ação
1700 orçamentárias 2B31 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial. RESOLVE:
1701 Art. 1º - Aprovar a destinação de R\$ 8 milhões de recursos de custeio da Ação Orçamentária 2B31
1702 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial para participação no custeio da
1703 realização do projeto de capacitação de profissionais dos Centros de Referência de Assistência
1704 Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS no tema
1705 violência contra as mulheres. Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
1706 Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS”. “Resolução N.º, de outubro de 2010. Aprova
1707 critérios de partilha dos recursos para estruturação da rede de serviços socioassistenciais. O
1708 Conselho Nacional de Assistência Social, em Reunião Ordinária realizada no dia 07 de outubro de
1709 2010, no uso da competência que lhe confere o art. 18, IX, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de
1710 1993 — Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; e considerando a Resolução CNAS no 145, de
1711 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; considerando
1712 a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do
1713 Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS; considerando o saldo de recurso das ações
1714 orçamentárias 2B30 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica e 2B31 -
1715 Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial. RESOLVE: Art. 1º - Aprovar
1716 critérios de partilha dos recursos disponíveis nas ações orçamentárias 2B30 e 2B31,
1717 respectivamente, de estruturação da rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica
1718 e Especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Parágrafo Único. Os recursos de que
1719 trata o caput deverão ser destinados exclusivamente para construção de Centro de Referência da
1720 Assistência Social - CRAS e, ou Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS
1721 municipal; Art. 2º - Os Municípios habilitados no mínimo em Gestão Básica do SUAS e o Distrito
1722 Federal poderão apresentar propostas para o financiamento da construção de CRAS desde que
1723 possuam pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2009 que atenda os seguintes
1724 requisitos: Índice de Desenvolvimento do CRAS - ID CRAS sintético igual a 8, sendo a dimensão de
1725 estrutura física classificada como regular; e II - não estar instalado em imóvel próprio. § 1º Os
1726 CRAS dos Municípios e Distrito Federal serão pontuados conforme o grau de desenvolvimento da
1727 dimensão de recursos humanos, atividades realizadas e horário de funcionamento, conforme
1728 abaixo: a) Grau de Desenvolvimento Superior na Dimensão Recursos Humanos = 11 pontos; b)
1729 Grau de Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Recursos Humanos 07 pontos; c) Grau de
1730 Desenvolvimento Superior na Dimensão Atividades Realizadas = 05 pontos; d) Grau de
1731 Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Atividades Realizadas = 03 pontos; e) Grau de
1732 Desenvolvimento Superior na Dimensão Horário de Funcionamento = 02 pontos; f) Grau de
1733 Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Horário de Funcionamento = 01 ponto. § 2º Para os
1734 Municípios e Distrito Federal que possuem mais de um CRAS que atendam os critérios do caput
1735 será considerado aquele que alcançar maior pontuação na forma do parágrafo anterior. § 3º A
1736 classificação dos Municípios e Distrito Federal que se enquadrem nos critérios previstos no caput
1737 se dará em ordem decrescente do somatório da pontuação aferida no § 1º. §4º Fica estabelecido
1738 como critério de desempate entre os entes proponentes que obtenham a mesma pontuação na forma
1739 do §10 o menor índice SUAS, previsto na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e

1740 *publicado no sítio institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -*
1741 *www.mds.gov.br. Art.3º - Os Municípios habilitados na gestão Plena do SUAS e o Distrito Federal*
1742 *poderão apresentar propostas para o financiamento da construção de CREAS municipal desde que*
1743 *possuam pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2009 que atenda os seguintes*
1744 *requisitos: I - pequeno porte I, II e médio porte: CREAS com, no mínimo, um assistente social, um*
1745 *psicólogo e um advogado; ou II - metrópoles e municípios de grande porte: o CREAS com, no*
1746 *mínimo dois assistentes sociais, dois psicólogos e um advogado; e III - unidade CREAS não*
1747 *instalada em imóvel próprio e exclusivo. Parágrafo único. Os Municípios e Distrito Federal que*
1748 *atendam os critérios estabelecidos no caput serão classificados de acordo com o menor índice*
1749 *SUAS. Art.4º - Serão elegíveis para receber o financiamento da construção de CRAS e/ou de*
1750 *CREAS municipal os municípios e Distrito Federal que atendam os requisitos e apresentem*
1751 *propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV até o prazo a ser*
1752 *pactuado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT. Art.5º Os municípios e Distrito Federal*
1753 *melhores classificados na forma desta Resolução serão financiados até o limite da disponibilidade*
1754 *orçamentária em cada uma das respectivas ações orçamentárias. Parágrafo único. Os municípios e*
1755 *Distrito Federal que se enquadrem nos requisitos para o financiamento da construção de CRAS e,*
1756 *ou CREAS poderão apresentar propostas na forma do art. 2º e 3º. Art. 6º Os municípios e Distrito*
1757 *Federal não deverão pleitear financiamento para a construção de CRAS ou CREAS em endereços*
1758 *nos quais já existam propostas neste sentido apresentadas ao MDS. Carlos Eduardo Ferrari,*
1759 *Presidente do CNAS”. Considerando a necessidade de quorum qualificado para aprovação da*
1760 *Resolução, o senhor Presidente solicitou a inversão, passando ao final do relato. O Conselheiro José*
1761 *Geraldo manifestou preocupação de se assumir compromissos que dependessem de alguma*
1762 *alteração orçamentária, indagando se o que estava sendo proposto ocorreria no âmbito da ação*
1763 *existe e nos mesmos grupos de despesa, ao que a Conselheira Gisele esclareceu que se tratava de*
1764 *remanejamento, com os valores estando nas dotações e a natureza de despesa disponível era de*
1765 *investimento, estando tudo previsto e não tendo nenhuma necessidade de alteração. O senhor*
1766 *Presidente indicou que o primeiro item a ser votado seria a **Resolução sobre o Relatório de***
1767 ***execução orçamentária***, com a Secretária-Executiva encaminhando a votação: Conselheiro Carlos
1768 Rogério: “pela aprovação”. Conselheira Simone: “com o relator”. Conselheira Gisele: “pela
1769 aprovação”. Conselheira Marta: “pela aprovação”. Conselheira Fátima: “pela aprovação”.
1770 Conselheiro Renato Saidel: “pela aprovação”. Conselheiro Renato de Paula: “pela aprovação”.
1771 Presidente Carlos Ferrari: “pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo: “com o relator”. Conselheiro
1772 Pedro Ost: “pela aprovação”. Conselheira Maria do Carmo Tourinho: “pela aprovação”.
1773 Conselheiro Sérgio Wanderly: “pela aprovação”. Conselheiro Frederico: “pela aprovação”.
1774 Conselheiro José Geraldo: “pela aprovação”. O senhor Presidente considerou aprovado a Resolução
1775 sobre o Relatório de execução orçamentária por 14 votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma
1776 abstenção. O Conselheiro Pedro Ost solicitou que os relatórios fossem recebidos pela Comissão
1777 com antecedência para melhor análise e que isso fosse disponibilizado para o próximo exercício. A
1778 Conselheira Marisa solicitou esclarecimentos sobre os recursos destinados para emendas, o que não
1779 havia sido feito em sua totalidade, indagando quanto havia sido efetivamente utilizado para as
1780 emendas e quais os municípios e respectivos estados que tiveram essas emendas parlamentares.
1781 Indagou se havia sido encaminhado um ofício aos CREAS municipais e aos Conselhos Municipais
1782 para que tivessem conhecimento das emendas, relatando o que acontecia em muitos desses
1783 Conselhos, e se no momento de sua destinação, o MDS ou o Fundo poderiam comunicar ao
1784 município respectivo. Indagou, também, se essas resoluções seriam executadas ainda em 2010,
1785 observando o curto prazo que os municípios tinham para se organizarem e se a proposta iria pelo
1786 SICONV. A Conselheira Gisele discorreu sobre a destinação dos recursos, com algumas questões já
1787 tendo sido discutidas na Comissão de Financiamento, relatando o total de emendas que o Fundo
1788 havia recebido e indicadas na planilha entregue aos Conselheiros. Esclareceu que o Fundo Nacional
1789 comunicava aos Conselhos, mas que levaria o assunto para avaliação na próxima discussão da

1790 Comissão, trazendo uma posição para a Plenária. Destacou que os municípios contemplados
1791 apresentavam variação, de acordo com suas características, discorrendo sobre essa situação e
1792 solicitando à Secretaria-Executiva que fizesse a solicitação para que o Fundo pudesse responder
1793 formalmente ao Conselho. Com relação ao prazo, informou que uma das questões definidas era que
1794 como o Ministério tinha conhecimento das dificuldades dos municípios, com a proposta sendo
1795 discutida na CIT para fechar o prazo a partir da ótica dos gestores, de acordo com a realidade de
1796 cada um e para inserção da proposta no SICONV, ainda nesse exercício. O Conselheiro José
1797 Geraldo ponderou que nesse ano o encerramento de exercício seria diferente dos demais porque não
1798 se poderia inscrever nada em restos a pagar que não tivesse lastro financeiro, caso em que teria que
1799 cancelar esse empenho em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Conselheira Leila
1800 informou a ausência do Conselheiro José Crus, que lhe havia solicitado que fizesse uma proposta de
1801 inclusão nos “considerandos”, indicando, também, a Resolução 269 de 2006, que tratava da NOB-
1802 RH visto o texto que viria seguir. A Conselheira Gisele observou que para contemplar essa
1803 solicitação, poderiam inserir no artigo que falava das disponibilidades orçamentárias, “*serão*
1804 *financiados até o limite da disponibilidade orçamentária financeira em cada uma das respectivas*
1805 *ações orçamentárias*”. O senhor Presidente passou ao segundo ponto, **Resolução para aprovação**
1806 **de recursos para as redes socioassistenciais**, com a Secretária-Executiva procedendo à chamada
1807 para a votação: Conselheiro Carlos Rogério: “pela aprovação”. Conselheira Gisele: “pela
1808 aprovação”. Conselheira Marta: “pela aprovação”. Conselheira Fátima: “pela aprovação”.
1809 Conselheiro Renato Saidel: “pela aprovação”. Conselheiro Renato de Paula: “pela aprovação”.
1810 Presidente Carlos Ferrari: “pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo: “me abstenho porque estive
1811 ausente na hora da discussão”. Conselheiro Pedro: “pela aprovação”. Conselheira Maria do Carmo
1812 Tourinho: “pela aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “pela aprovação”. Conselheiro
1813 Frederico: “pela aprovação”. Conselheiro José Geraldo: “pela aprovação”. O senhor Presidente
1814 computou doze votos pela aprovação e uma abstenção, com a Resolução sendo aprovada pelo
1815 Pleno. Resolução para aprovação da destinação de recursos do Fundo Nacional de Assistência
1816 Social para ações de capacitação de profissionais que atuam nos Centros de Referência de
1817 Assistência Social - CRAS e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social –
1818 CREAS, O Conselheiro Pedro Ost indicou que no dia anterior havia sido solicitado o envio das
1819 propostas de capacitação, ao menos para os membros da Comissão. A Conselheira Gisele
1820 confirmou esse pedido, explicando que o termo de referência estava passando por ajustes sugeridos
1821 pela CGU. Falou que a Conselheira Simone havia informado que em outra ocasião esse processo de
1822 capacitação havia sido apresentado ao CNAS, trazendo, agora, as alterações indicadas pela CGU. O
1823 Conselheiro Clodoaldo destacou que estavam sendo destinados R\$ 8 milhões contra a violência às
1824 mulheres, indagando se não poderia incluir a questão da exploração e abuso da criança e
1825 adolescente. A Conselheira Gisele esclareceu que isso era resultado de parceria de alguns
1826 Ministérios, entre ele a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, sendo que nesse momento
1827 essa solicitação não poderia ser incluída, visto o processo estar praticamente concluído. O senhor
1828 Presidente sugeriu que fosse aprovada a Resolução, condicionada à possibilidade dessa inclusão, ao
1829 que a Conselheira Gisele esclareceu que isso inviabilizaria a condução da proposta no tempo
1830 disponível. Que se houvesse outras condições, essa colocação poderia ser levada como uma
1831 solicitação e um condicionamento. O senhor Presidente solicitou à Secretária-Executiva que
1832 conduzisse a votação: Conselheiros Titulares e na Titularidade. Conselheiro Carlos Rogério: “Pela
1833 aprovação”. Conselheira Gisele: “Pela aprovação”. Conselheira Marta: “Pela aprovação”.
1834 Conselheira Fátima: “Pela aprovação”. Conselheiro Renato Saidel: “Pela aprovação”. Conselheiro
1835 Renato de Paula: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Ferrari: “Pela aprovação”. Conselheiro
1836 Clodoaldo: “Pela aprovação, lamentando sempre o tempo exíguo para as discussões de temas tão
1837 relevantes”. Conselheiro Pedro Ost: “Pela aprovação”. Conselheira Maria do Carmo: “Pela
1838 aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “Pela aprovação”. Conselheiro Frederico: “Pela
1839 aprovação”. Conselheiro José Geraldo: “Pela aprovação”. O senhor Presidente registrou treze votos

1840 pela aprovação da Resolução em tela. O Conselheiro José Geraldo referiu-se aos encaminhamentos
1841 no item 1.2, solicitando uma correção, com a proposta de convidar a diretoria para dezembro fosse
1842 alterada para janeiro, considerando que no final do ano aconteceria a reunião Ampliada e não
1843 haveria reuniões de Comissões. O Conselheiro José Geraldo propôs que esse convite fosse para que
1844 a reunião da Comissão de Financiamento se realizasse em janeiro ou fevereiro. O Conselheiro
1845 Renato de Paula solicitou correção na memória da reunião, no nome da convidada Lídia Cristina,
1846 que era do Departamento de Proteção Social Básica. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se à
1847 Resolução que já havia sido votada, sobre a destinação de recursos para a capacitação de
1848 profissionais dos Centros de Referência, indagando se os profissionais que estavam dentro do
1849 SUAS e que pertenciam a essas organizações também seriam capacitados. A Conselheira Gisele
1850 esclareceu que quem estivesse vinculado a CRAS e CREAS entravam nessa capacitação.
1851 Prosseguindo, o Conselheiro Clodoaldo observou que os CRAS tinham vínculos com organizações
1852 que faziam trabalhos semelhantes, da rede socioassistencial e se esses funcionários estariam
1853 inclusos, com a Conselheira Gisele informando a impossibilidade dessa participação, mas podendo
1854 ficar a sugestão para que no próximo ano se pudesse atender a essa rede como um todo, ficando
1855 esse encaminhamento, a pedido do Conselheiro Clodoaldo. O Conselheiro Renato de Paula lembrou
1856 que no próximo ano aconteceria a Política Nacional de Capacitação do SUAS, prevendo
1857 capacitação para todos os atores da rede socioassistencial, podendo se utilizar recursos públicos
1858 para capacitar a rede privada. O senhor Presidente, considerando os encaminhamentos para as
1859 Resoluções, abriu para as inscrições, com a Conselheira Leila informando que, quando era gestora
1860 da FASC em Porto Alegre, defendia profundamente que as capacitações não se restringissem
1861 somente aos funcionários da rede pública, visto que a rede socioassistencial era formada pelos
1862 serviços estatais. O Conselheiro Frederico encontrava que a carta deveria ter menção à seguridade
1863 social. O Conselheiro Renato de Paula registrou que no dia anterior havia recebido um telefonema
1864 da Ministra, que estava presente na reunião do CONSEA, assim como o senhor Presidente, quando
1865 havia sido encaminhada uma carta em defesa da segurança alimentar, sugerindo que o CNAS
1866 fizesse o mesmo. Observou que a Ministra não tinha conhecimento que estariam discutindo essa
1867 carta, sendo uma resposta à sugestão que havia feito. O senhor Presidente sugeriu que, a partir da
1868 colocação do Conselheiro Renato de Paula, se poderia aproveitar essa carta para um ajuste ou
1869 referendar esse mesmo documento. A Conselheira Gisele concordando com essa sugestão propôs
1870 que se colocasse no 2º parágrafo, com a definição da Assistência Social como direito do cidadão e
1871 dever do estado, constando na Constituição de 88 sua situação no campo da seguridade social. O
1872 Conselheiro Clodoaldo relatou que após a leitura não havia observado essa preocupação com a rede
1873 socioassistencial privada, o que deveria estar presente de maneira mais efetiva, visto que a co-
1874 responsabilidade das organizações também deveriam estar contempladas. O Dr. Douglas, em
1875 esclarecimento à manifestação do Conselheiro Clodoaldo, observou que as entidades privadas
1876 estavam contempladas na observação da Conselheira Gisele, por estarem inseridas também no
1877 campo da seguridade social em complementação às atividades que o estado não conseguia prestar.
1878 O senhor Presidente, após mais algumas considerações, considerou a carta aprovada pelo Pleno. A
1879 Conselheira Gisele sugeriu que uma carta semelhante a essa, que seria encaminhada para os
1880 candidatos à Presidência da República, fosse encaminhada para os Governadores já eleitos ao final
1881 do período eleitoral do segundo turno. Encerrado o relato da Comissão de Financiamento, o senhor
1882 Presidente passou a palavra para o Conselheiro Frederico para fazer os informes da Conferência
1883 Mundial de Seguridade Social, que relatou que no dia 26 haveria uma vídeoconferência com os 4
1884 Ministros à frente da Conferência e alguns Ministros internacionais. Que haveria salas específicas
1885 em cada estado e elencadas no site, sendo interessante que a Secretaria-Executiva informasse à
1886 população da Assistência, relatando como se daria esse procedimento. Informou que na última
1887 reunião da Comissão Organizadora, havia sido indicada a capacitação para os setenta e seis
1888 delegados nacionais, cuja data seria provavelmente dia 12 de novembro, indicando o local e a
1889 participação de alguns convidados. Informou as atividades que aconteceriam no primeiro dia da

1890 Conferência, com a participação de entidades sindicais, usuários, e os Conselhos, inclusive de
1891 Saúde. Sugeriu que o CNAS que tivesse uma atividade autogestionada no primeiro dia, falando da
1892 sua experiência de controle social e de Política Pública, até mesmo para enriquecer o processo de
1893 entendimento dos delegados internacionais. Falou sobre a solicitação de ampliação da participação
1894 de Conselheiros e outros atores da Assistência, sendo que caso as vagas destinadas aos delegados
1895 internacionais não fossem preenchidas, haveria a possibilidade de inclusão de delegados nacionais.
1896 Colocou a urgência de compor o processo de relatoria que iria acompanhar os grupos nas
1897 atividades, solicitando sugestão de nomes como também nas atividades à tarde, onde existiam vagas
1898 que era preciso preencher com o público da Assistência, visto que a maioria era da Saúde. Solicitou
1899 ao senhor Presidente, ao Vice-Presidente e à Secretaria-Executiva para que promovessem uma
1900 maior participação, necessitando-se também, publicizar os fóruns de participação, tanto da
1901 vídeoconferência quanto no dia capacitação, pedindo ao Conselheiro Renato de Paula ajuda para
1902 complementar o informe. O Conselheiro Renato de Paula observou que haveria stands na
1903 Conferência, com a Comissão decidindo que se fossem instalados em separado, daria maior
1904 visibilidade, havendo um do CNAS e um do MDS, devendo ser aportado o material a ser distribuído
1905 e pessoal para orientar e dar informações no local, assunto que seria preciso encaminhar do ponto
1906 de vista operacional. A Conselheira Fátima indagou se já tinham o horário da vídeoconferência do
1907 dia 26 de outubro, com o Conselheiro Frederico esclarecendo que seria das 15 às 19h e que
1908 provavelmente haveria uma sala em Brasília, mas que chocaria com a oficina do TCU. O senhor
1909 Presidente ressaltou a necessidade de participação, mesmo que fosse de forma indireta, através da
1910 vídeoconferência, com a conferência mundial sendo transmitida on-line, além de buscar
1911 informações com os representantes do CNAS nesse evento. Que deveria ser ratificada a importância
1912 de que o CNAS fosse comunicado oficialmente dos passos pela equipe organizadora. A seguir,
1913 passou para o Relato da Comissão de Normas, pelo Conselheiro Carlos Rogério: “**Memória da**
1914 **Comissão de Normas** aprovada na plenária de 07-10-2010. Data: 05 de outubro de 2010. Horário:
1915 das 14h às 18h. Local: Sala nº 111, CNAS. Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes:
1916 Carlos Rogério Carvalho Nunes; Fátima Aparecida Rampin; Samuel Rodrigues; Renato Francisco
1917 dos Santos Paula; Simone Aparecida Albuquerque. Conselheiros Suplentes presentes: Ana
1918 Carolina Barros Pinheiro Carrenho; Renato Saidel Coelho. **Ausências Justificadas:** Ausência
1919 justificada do Conselheiro Titular: Antônio Celso Pasquini. Ausência justificada do Conselheiro
1920 suplente: Wagner Carneiro de Santana. Ausência dos Conselheiros Suplentes: Caio Nakashima;
1921 Lúcia Elena Santos Junqueira; Mariana Menezes Santarelli Roverse; **Convidado:** Douglas Locateli
1922 – Consultoria Jurídica do MDS. **Apoio da Secretaria Executiva do CNAS:** Christianne Camargo
1923 Menezes; Ariane de Almeida Rodrigues; Ezidênio Pereira da Silva. Verificado o quorum, deu-se
1924 início à reunião. 1. ASSUNTO: Parecer nº 1004/2010 – CJ/MDS, de 15 de setembro de 2010,
1925 referente à Consulta formulada pelo CNAS, conforme deliberação da 181ª Reunião Ordinária
1926 realizada nos dias 10 a 12 de agosto de 2010, sobre a necessidade de retificação das datas de
1927 validade nos CEBAS dos processos nº 44006.000433/2003-31 e nº 71010.003056/2007-20, da
1928 entidade LAR DA TERCEIRA IDADE DE ASSISTÊNCIA VICENTINA, CNPJ nº 54.231.691/0001-
1929 63, com o entendimento “que o CNAS não pode corrigir extemporaneamente a data de validade do
1930 Certificado expedido em 8/3/2005, por ferir os princípios previstos no art. 2º e parágrafo único da
1931 Lei nº 9.784, de 1999, em especial o da boa-fé, e também porque o ato administrativo já foi
1932 atingido pela decadência prevista no artigo 54 da Lei 9.784, de 1999.” **Encaminhamento:** 1.1.
1933 Seguir a orientação da Consultoria Jurídica apresentada no Parecer nº 1004/2010 – CJ/MDS. Item
1934 2. **INFORME:** Parecer nº 0991/2010/CONJUR/MDS, de 13 de setembro de 2010, referente à
1935 Consulta formulada pelo CNAS, conforme deliberação da 181ª Reunião Ordinária realizada nos
1936 dias 10 a 12 de agosto de 2010, sobre a necessidade de retificação das datas de validade nos
1937 CEBAS dos processos nº 44006.002520/2002-42 e nº 71010.003453/2006-11, da entidade
1938 Associação de Pais Companheiros, CNPJ nº 53.324.190/0001-69, com o entendimento que o CNAS
1939 deve proceder da seguinte forma: a) considere tempestivo o pedido de renovação do CEBAS

1940 protocolado em 31/10/2006 (processo nº 71010.003453/2006-11); b) providencie urgentemente, até
1941 22/09/2010, a publicação da retificação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência
1942 Social expedido em 22/09/2005 (RCEAS 1016/2005) para fazer constar como período de validade
1943 de 28/11/2002 a 27/11/2005 (processo nº 44006.002520/2002-42), bem como da retificação do
1944 Certificado referente ao pedido de renovação protocolado em 31/10/2006, para fazer constar a
1945 validade de 28/11/2005 a 27/11/2008 (processo nº 71010.003453/2006-11); d, que deveria ser c)
1946 após a publicação das retificações, dê ciência à entidade, em observância ao devido processo
1947 administrativo. Conforme orientação da CJ/MDS foi publicada a Resolução CNAS nº 29, de 20 de
1948 setembro de 2010, DOU de 21 de setembro de 2010 e a entidade comunicada das retificações. Por
1949 meio do Parecer nº 1007/2010/CONJUR/MDS, de 17 de setembro de 2010, a Consultoria Jurídica
1950 entendeu que no CEBAS referente ao processo nº 71010.003453/2006-11, com validade retificada
1951 para 28/11/2005 a 27/11/2008, incide o disposto no art. 41 da MP 446/2008, ou seja, o certificado
1952 foi prorrogado por doze meses, passando a ter a validade de 28/11/2005 a 27/11/2009. 3. Assunto:
1953 Parecer nº 1033/2010/CONJUR/MDS, de 24 de setembro de 2010, referente à Consulta formulada
1954 pelo CNAS sobre a necessidade de retificações das validades dos CEBAS nos processos nº
1955 44006.000851/2001-67, nº 71010.001701/2004-27 (reconsideração nº 71010.005992/2008-56) e nº
1956 71010.002409/2007-74. A Consultoria Jurídica concluiu “pela retificação do erro material
1957 referente à validade do CEBAS emitido nos autos do processo nº 44006.000851/2001-67, de
1958 maneira a constar 03/04/2001 a 02/04/2004, bem como pela manutenção da validade dos
1959 Certificados emitidos nos autos dos processos nº 71010.001701/2004-27 e nº 71010.002409/2007-
1960 74, as quais devem continuar a ser de 19/07/2004 a 18/07/2007 e 27/08/2007 a 26/08/2010,
1961 respectivamente.” Só retificando aqui, a terceira linha após respectivamente, o processo é, de
1962 baixo para cima 71010.001701/2004-27. **Encaminhamento.** 3.1. Retificar as validades, conforme
1963 orientação do Parecer nº 1033/2010/CONJUR/MDS. 4. Assunto: Retificações de validade de
1964 CEBAS. Correção de erros materiais nas validades dos Certificados de Entidade Beneficente de
1965 Assistência Social com base no poder de autotutela da Administração Pública, tendo em vista as
1966 orientações contidas no Parecer nº 158/2010/CONJUR/MDS, de 25/03/2010, segundo o qual
1967 compete ao CNAS retificar os atos que praticou desde que viciados por erro material. 4.1. Processo
1968 nº 71010.001914/2005-30 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mococa, CNPJ:
1969 44.763.530/0001-67. A entidade teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social –
1970 CEBAS deferido pela Resolução CNAS nº 55/2005, com validade de 14/08/2001 a 13/08/2004 -
1971 processo nº 44006.002170/2001-33. Em 26/09/2005, portanto, intempestivamente, por meio do
1972 processo nº 71010.001914/2005-30, conforme Pesquisa de Histórico elaborada pelo Serviço de
1973 Cadastro do CNAS às fls. 126, a entidade solicitou Renovação de Certificado, que foi deferido pela
1974 Resolução CNAS nº 30/2006, em 16/02/2006 e publicado no DOU de 22/02/2006. Todavia foi
1975 encaminhado à entidade o Certificado RCEAS 0499/2006, cópia às fls. 123 dos autos em epígrafe,
1976 com validade de 27/09/2005 a 26/09/2008, quando o correto seria de 26/09/2005 a 25/09/2008, ou
1977 seja, houve erro material na validade do certificado expedido à entidade de um dia. Cumpre-nos
1978 informar, apenas para conhecimento, que a entidade somente solicitou Renovação de Certificado
1979 em 21/10/2009, que foi formalizado sob o nº 71000.102463/2009-08 e encaminhado ao Ministério
1980 da Saúde por força do art. 35 da Lei nº 12.101/2009. **Encaminhamento.** 4.1.1. Retificar a validade
1981 do certificado referente ao processo nº 71010.001914/2005-30 para 26/09/2005 a 25/09/2008. 4.2.
1982 Processo nº 44006.000517/2001-11 do Lar Geraldo Barbosa de Freitas, CNPJ: 74.492.695/0001-
1983 02. A entidade, pelo processo nº 44006.001042/1996-16, teve seu Certificado de Entidade
1984 Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferido pela Resolução CNAS nº 118/2005, com
1985 validade de 06/02/1997 a 05/02/2000. Em 01/03/2001 a entidade postou Pedido de Renovação de
1986 CEBAS, portanto, intempestivamente, que foi formalizado em 08/03/2001 sob o nº
1987 44006.000517/2001-11, conforme Pesquisa de Histórico elaborada pelo Serviço de Cadastro do
1988 CNAS, às fls. 94, e deferido pela Resolução CNAS nº 118/2005, em 15/07/2005 e publicada no
1989 DOU de 19/07/2005. Todavia foi encaminhado à entidade o Certificado RCEAS 0629/2005, cópia

1990 às fls. 91 dos autos em epígrafe, com validade de 08/03/2001 a 07/03/2004, quando o correto seria
1991 de 01/03/2001 a 28/02/2004. Cumpre-nos informar, apenas para conhecimento, que a entidade
1992 somente solicitou Renovação de Certificado em 12/09/2005, que foi formalizado sob o nº
1993 71010.001788/2005-13 e deferido pelo art. 37 da Medida Provisória nº 446/2008 com validade de
1994 12/09/2005 a 11/09/2008. **Encaminhamento.** 4.2.1. Retificar a validade do certificado referente ao
1995 processo nº 44006.000517/2001-11 para 01/03/2001 a 28/02/2004. 4.3. Processos nº
1996 44006.000923/2002-57 e 71010.000665/2005-65 do Lar São Francisco de Assis, CNPJ:
1997 51.870.772/0001-15. A entidade pelo processo nº 44006.006582/1998-02, teve seu Certificado de
1998 Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferido pela Resolução CNAS nº 258/1999
1999 com validade de 16/10/1998 a 15/10/2001. Em 07/05/2002, portanto, intempestivamente, a entidade
2000 solicitou Pedido de Renovação, formalizado sob o nº 44006.000517/2001-11, conforme Pesquisa de
2001 Histórico elaborada pelo Serviço de Cadastro do CNAS, às fls. 153 do processo nº
2002 44006.000517/2001-11, e deferido pela Resolução CNAS nº 136/2005, de 11/08/2005 e publicada
2003 no DOU de 16/08/2005. Todavia, foi encaminhado à entidade o Certificado RCEAS 0697/2005,
2004 cópia às fls. 150 dos autos em tela, com validade de 16/10/2002 a 15/10/2005, quando o correto
2005 seria de 07/05/2002 a 06/05/2005. A entidade solicitou em 19/04/2005, portanto, tempestivamente,
2006 outro Pedido de Renovação de CEBAS que foi formalizado sob o nº 71010.000665/2005-65,
2007 deferido pela Resolução CNAS nº 161/2007, de 20/09/2007, publicada no DOU de 02/10/2007. Foi
2008 encaminhado à entidade o Certificado RCEAS 1565/2007, cópia às fls. 130 dos autos nº
2009 71010.000665/2005-65, com validade de 16/10/2005 a 15/10/2008, porém o correto seria
2010 07/05/2005 a 06/05/2008. Cumpre-nos informar, apenas para conhecimento, que a entidade
2011 somente solicitou outra Renovação de Certificado em 07/11/2008, intempestivamente, que foi
2012 formalizado sob o nº 71010.001140/2009-71 e deferido pelo art. 37 da Medida Provisória nº
2013 446/2008 com validade de 10/11/2008 a 09/11/2011. **Encaminhamento.** 4.3.1. Retificar a validade
2014 do certificado referente ao processo nº 44006.000923/2002-57 para 07/05/2002 a 06/05/2005 e ao
2015 processo nº 71010.000665/2005-65 para 07/05/2005 a 06/05/2008. 4.4. Processos nº
2016 71010.001376/2005-83 e 71010.007828/2008-83 da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de
2017 Neves Paulista, CNPJ: 45.145.208/0001-37. A entidade pelo processo nº 44006.001490/2002-57,
2018 teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferido pelo art. 39
2019 da Medida Provisória nº 446/2008, com validade de 15/07/2002 a 14/07/2005. Em 13/07/2005,
2020 portanto, tempestivamente, a entidade solicitou Pedido de Renovação, que foi formalizado sob o nº
2021 71010.001376/2005-83, conforme pesquisa de histórico elaborada pelo Serviço de Cadastro do
2022 CNAS, às fls. 96/97 do processo em tela, e deferido pela Resolução CNAS nº 196, de 22/11/2007, e
2023 publicada no DOU de 06/12/2007. Todavia, foi encaminhado à entidade o Certificado RCEAS
2024 1778/2007, cópia às fls. 93 dos autos, com validade de 16/07/2005 a 15/07/2008, quando o correto
2025 seria de 15/07/2005 a 14/07/2008, portanto, houve erro de um dia na validade do Certificado. A
2026 entidade solicitou em 10/07/2008, portanto, tempestivamente, outro Pedido de Renovação de
2027 CEBAS formalizado sob o nº 71010.007828/2008-83, deferido pelo art. 37 da Medida Provisória nº
2028 446/2008 e publicado no item 2937 da Resolução CNAS nº 007, de 03/02/2009, DOU de
2029 04/02/2009, com validade de 16/07/2008 a 15/07/2011. Porém a validade correta, seguindo a
2030 validade do certificado anterior, uma vez que se trata de pedido tempestivo, é 15/07/2008 a
2031 14/07/2011. Cumpre-nos informar, apenas para conhecimento, não consta outro pedido de
2032 Renovação de Certificado no CNAS. **Encaminhamento.** 4.4.1. Retificar a validade do certificado
2033 referente ao processo nº 71010.001376/2005-83 para 15/07/2005 a 14/07/2008 e ao processo nº
2034 71010.007828/2008-83, para 15/07/2008 a 14/07/2011. 4.5. Processos nº 44006.004547/2000-19,
2035 44000.004172/2006-21, 44000.002973/2007-33 e 71010.001715/2006-11 da Sociedade Hospitalar
2036 Roque Gonzáles, CNPJ nº 97.664.056/0001-82. A Sociedade Hospitalar Roque Gonzáles, CNPJ nº
2037 97.664.056/0001-82, requereu a concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência
2038 Social, no processo nº 44006.006355/1997-51. Ocorre que, antes de obter a concessão do
2039 certificado, a entidade apresentou pedido de renovação de CEBAS formalizado sob o número

2040 44006.004547/2000-19, em 20/12/2000, com documentação referente ao triênio 1997-1999.
2041 Verifica-se que não era cabível pedido de renovação, pois não havia decisão quanto ao pedido de
2042 concessão do certificado. O processo nº 44006.006355/1997-51, de concessão, foi deferido pela
2043 Resolução CNAS nº 6/2001, com validade a partir da publicação do deferimento, ou seja, de
2044 16/02/2001 a 15/02/2004. A renovação nº 44006.004547/2000-19, por sua vez, foi indeferida em
2045 grau de reconsideração. A entidade recorreu da decisão, conforme processos nº
2046 44000.004172/2006-21 (recurso) e 44000.002973/2007-33 (contra-razões de recurso). Este recurso
2047 estava sem julgamento quando da publicação da Medida Provisória nº 446/2008. Tendo em vista a
2048 manifestação da Advocacia-Geral da União, consubstanciada na NOTA DECOR/CGU/AGU Nº
2049 180/2009-JGAS. O Ministro de Estado da Previdência Social entendeu que o processo de recurso
2050 estava extinto pela Medida Provisória nº 446/2008. O último pedido de renovação apresentado
2051 pela entidade perante o CNAS foi formalizado sob o nº 71010.001715/2006-11, em 28/06/2006.
2052 Este pedido foi deferido pelo art. 37 da Medida Provisória 446/2008 e considerado intempestivo,
2053 com validade publicada na Resolução nº 3/2009 de 28/06/2006 a 27/06/2009. Assim, caso o
2054 processo de renovação nº 44006.004547/2000-19 seja considerado deferido pela Medida
2055 Provisória nº 446/2008, será necessário alimentar o deferimento no Sistema de Informações do
2056 CNAS – SICNAS, com a respectiva validade, e retificar a validade do processo de renovação nº
2057 71010.001715/2006-11. **Encaminhamento.** 4.5.1. O Conselheiro Renato Saidel e o Dr. Douglas
2058 Locateli examinarão a situação e apresentarão sugestão de encaminhamento na próxima reunião
2059 da Comissão de Normas. 4.6. Processos nº 28995.000784/1995-47 (renovação),
2060 44006.001646/2001-19 (reconsideração) e 44006.000483/2002-38 (representação), da Associação
2061 Beneficente Bento Cavalheiro, CNPJ nº 86.159.340/0001-85. A entidade teve deferido o
2062 recadastramento e indeferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência
2063 Social nos autos do processo nº 28995.000784/1995-47, pela Resolução CNAS nº 69, de
2064 16/05/2001, publicada no DOU de 17/05/2001. Em 30/05/2001, a entidade apresentou pedido de
2065 reconsideração da decisão, formalizada no CNAS sob o nº 44006.001646/2001-19. O INSS
2066 representou contra a entidade nos autos do processo nº 44006.000483/2002-38. A Nota Técnica nº
2067 2246/2006 analisou os três processos em referência, sugerindo o provimento da representação nº
2068 44006.000483/2002-38, a manutenção da Resolução CNAS nº 69/2001 que indeferiu a renovação
2069 do certificado nos autos do processo nº 28995.000784/1995-47 e o indeferimento do processo de
2070 reconsideração nº 44006.001646/2001-19. Tais processos foram julgados na sessão de Plenária do
2071 dia 19/10/2006, conforme degravação, no sentido de acatar a representação, manter a decisão
2072 anterior e indeferir a renovação. Esta decisão foi publicada na Resolução CNAS nº 206, de
2073 19/10/2006, no DOU de 26/10/2006. Todavia, o processo de renovação nº 28995.000784/1995-47 e
2074 o processo de reconsideração nº 44006.001646/2001-19 foram publicados no item nº 5 da
2075 Resolução CNAS nº 13, de 10/2/2009, no DOU de 11/02/2009, como deferidos pelo art. 39 da
2076 Medida Provisória nº 446/2008. Entretanto, esses pedidos já haviam sido julgados na forma da
2077 Resolução CNAS nº 206/2006 e não foram abarcados pelo art. 39 da Medida Provisória nº
2078 446/2008. **Encaminhamento.** 4.6.1. Excluir o item nº 5 da Resolução CNAS nº 13/2009, pois os
2079 processos nº 28995.000784/1995-47 e nº 44006.001646/2001-19 já haviam sido julgados pela
2080 Resolução CNAS nº 206/2006, e comunicar a entidade o ocorrido. 5. Assunto: Processo nº
2081 71010.001836/2003-10 da Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social
2082 (anteriormente denominada Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena –
2083 Província Sagrado Coração de Jesus). O processo nº 71010.001836/2003-10 consta como deferido
2084 em duas resoluções distintas: a Resolução CNAS nº 192/2006 (fl. 234) e a Resolução CNAS nº
2085 8/2007 (fl. 236). A degravação do julgamento ocorrido em 19 de outubro de 2006 demonstra que o
2086 processo foi retirado de pauta. Portanto, houve erro na Resolução nº 192/2006, que publicou o
2087 processo retirado de pauta como deferido. **Encaminhamento.** 5.1. Corrigir a Resolução CNAS nº
2088 192, de 19 de outubro de 2006, publicada no DOU de 26 de outubro de 2006, para excluir o item nº
2089 88, referente ao Processo nº 71010.001836/2003-10 – Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa

2090 *Catarina de Sena – Província Sagrado Coração de Jesus – Teresina – PI – CNPJ:*
2091 *06.845.408/0001-40. 6. ASSUNTO: Parecer nº 890/2010/CONJUR/MDS. Parecer que trata da*
2092 *aplicação da Medida Provisória nº 446/2008 aos recursos interpostos contra decisões do CNAS em*
2093 *processos de representação ou de restabelecimento de CEBAS com base no §2º do art. 11 da Lei nº*
2094 *11.096/2005 (Lei do PROUNI). Encaminhamento. 6.1. Encaminhar aos Ministérios competentes,*
2095 *de acordo com a Lei 12.101/2009, os recursos interpostos contra decisões proferidas em processos*
2096 *de representação e contra decisões proferidas em pedidos de restabelecimento de CEBAS com base*
2097 *na Lei do PROUNI, bem como os processos a que se referem. 6.2. Enviar a relação dos processos*
2098 *que se encontram na situação descrita acima ao Conselheiro Renato Saidel, por solicitação do*
2099 *mesmo. A Plenária deliberou pela SUSPENSÃO deste encaminhamento, para que o Conselheiro*
2100 *Renato Saidel explique o porquê do pedido, na próxima plenária. 7. Assunto: Alteração do*
2101 *Regimento Interno. Foi discutida a proposta de alteração do Regimento Interno até o item 3 do § 5º*
2102 *do art. 33. Encaminhamento. 7.1. Continuar a discussão do assunto na próxima reunião da*
2103 *Comissão de Normas. 8. Assunto: Revisão das Metas de Gestão 2009-2010. Encaminhamento. 8.1.*
2104 *O assunto será discutido na próxima reunião. 9. Assunto: Estudar as competências do CNAS*
2105 *definidas no art. 42 da Lei 12.101/2009, que deu nova redação aos incisos III e IV do art. 18 da Lei*
2106 *no 8.742, de 7 de dezembro de 1993: “Art.18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência*
2107 *Social: III - acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de*
2108 *Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; IV - apreciar*
2109 *relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de Assistência Social*
2110 *certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência*
2111 *Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.” Encaminhamento. 9.1. O assunto será*
2112 *discutido após a alteração do Regimento Interno. Carlos Rogério Carvalho Nunes. Coordenador-*
2113 *Adjunto da Comissão de Normas/CNAS”. O senhor Presidente ponderou que, como somente o item*
2114 *7 tratava do Regimento Interno e todos os demais de processos, dividiria a colocação em duas*
2115 *partes, indagando se havia alguma observação relativa aos processos. O Conselheiro José Geraldo*
2116 *solicitou esclarecimentos sobre o encaminhamento “6.2 - Enviar a relação dos processos que se*
2117 *encontram na situação descrita acima ao Conselheiro por solicitação do mesmo”. O Conselheiro*
2118 *Carlos Rogério esclareceu que a questão havia sido considerada na Comissão de Normas, com a*
2119 *presença da CONJUR, como um procedimento normal, com o Conselheiro podendo pedir vistas. O*
2120 *Dr. Douglas respondeu não se tratar de uma questão jurídica, mas sim administrativa, com a*
2121 *Consultoria Jurídica se reservando o direito de não se manifestar, sendo uma questão que estava sob*
2122 *administração da Presidência da Comissão de Normas. O Conselheiro José Geraldo reiterou não ser*
2123 *um procedimento normal, solicitando sua revisão pelo Pleno, questionando o envio dessa relação de*
2124 *processos. Após mais algumas colocações o senhor Presidente propôs que esse encaminhamento*
2125 *fosse suspenso, com sua motivação sendo colocada na próxima reunião da Comissão e do Conselho*
2126 *e aprovasse o restante do relato, o que foi consensuado pelo Pleno. Item 7, Regimento Interno.*
2127 *Relatou a proposta de continuar a discussão na próxima reunião da Comissão de Normas, o que*
2128 *seria impossibilitado pelo o acúmulo de trabalho da Comissão. Continuando, indicou a Revisão*
2129 *das metas do Planejamento Estratégico gestão 2009-2010, também pautando para a próxima*
2130 *reunião, encontrando que os itens 7, 8 e 9 eram pautas que a Comissão estava colocando, com o*
2131 *Coordenador da Comissão e o Coordenador-Adjunto, tendo que sentar com a Presidência e resolver*
2132 *o assunto, por serem demandas urgentes. O Conselheiro José Geraldo observou que gestonaria*
2133 *junto ao Coordenador da Comissão de Normas para priorizar o Regimento Interno, considerando a*
2134 *urgência para que o mesmo fosse concluído. O senhor Presidente concordou com essa sugestão,*
2135 *observando que a Comissão havia assumido o debate sobre a tipificação de defesa de direito, talvez*
2136 *tipificando esses dois assuntos, fazendo uma reunião durante todo o dia 10 de novembro, com a*
2137 *concordância do Conselheiro Carlos Rogério, que também indicou colocar Regimento como*
2138 *prioridade. Considerou encerrado o relato da Comissão de Normas, o qual foi aprovado pelo Pleno.*
2139 *Continuando, o senhor Presidente solicitou à Conselheira Gisele que procedesse ao relato da*

2140 Comissão de Conselhos: “**Memória da Reunião da Comissão de Conselhos**. 05 de outubro de
2141 2010. Sala 111 / CNAS. Das 9h às 12h. Conselheiros presentes: Gisele de Cássia Tavares, Fátima
2142 Aparecida Rampim, Renato Francisco dos Santos Paula, Clodoaldo de Lima Leite, Marisa
2143 Rodrigues da Silva, Renato Saidel Coelho, José Ferreira Crus, Samuel Rodrigues, Antônio Pereira
2144 Kbça da Silva Filho, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Maria Aparecida do Amaral Godoi de
2145 Faria, Sérgio Wanderly Silva. **Ausência justificada:** Brenda Ferreira Silva. **Apoio da Secretaria-
2146 Executiva:** Liliane Neves do Carmo, Fernanda Conceição da Silva e Eduardo Augusto Barros. 1.
2147 *Questões referentes aos Conselhos de Assistência Social. 1.1 CEAS Roraima: O Conselho Estadual
2148 encaminhou ao CNAS ofício nº 109/2010, recebido em 24 de agosto e assinado pelo Presidente,
2149 senhor Elionai Eleutério Farias, o qual informa ter assumido recentemente a Presidência dando
2150 continuidade à “luta pela reestruturação deste Conselho”. Este solicita intervenção na garantia de
2151 condições para o funcionamento do CEAS, no que tange a recursos humanos e infraestrutura
2152 adequada. Nos documentos encaminhados constam, ainda, todos os ofícios enviados ao órgão
2153 gestor reafirmando as solicitações mencionadas. **Encaminhamentos sugeridos:** 1. Encaminhar
2154 ofício ao MDS/SNAS para ciência e providências necessárias acerca da questão apresentada pelo
2155 CEAS, considerando que uma das responsabilidades dos órgãos gestores estaduais, definidos na
2156 NOB/SUAS é “estruturar a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social com,
2157 no mínimo, um profissional de nível superior”; 2. Dar ciência, por meio de ofício, à Comissão
2158 Intergestores Bipartite — CIB de Roraima, ao Fórum Nacional de Secretários Estaduais de
2159 Assistência Social - FONSEAS; 3. Enviar ofício ao Ministério Público de Roraima, relatando a
2160 questão apresentada pelo CEAS e, ainda, informar sobre as responsabilidades do órgão gestor
2161 estadual no que tange ao controle social, bem como mencionar a Portaria nº 351/2007, que dispõe
2162 sobre a adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Único de Assistência Social, e que
2163 define em seu inciso II, art. 7º que os recursos do Índice de Gestão Estadual - IGE deverão ser
2164 executados para o fortalecimento da gestão, por meio de: II – fortalecimento do Conselho Estadual
2165 de Assistência Social, por meio de aquisição de material de apoio ao seu funcionamento, de
2166 computadores, desenvolvimento de site e elaboração e divulgação de informativos. 4. Informar ao
2167 CEAS as normativas vigentes que garantem a infraestrutura adequada ao funcionamento dos
2168 conselhos, inclusive a Portaria nº 351/2007, ressaltando que os recursos a serem destinados ao
2169 funcionamento dos Conselhos devem ser considerados na aprovação do Plano de Ação do Fundo
2170 Estadual de Assistência Social e também, que pelo Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual
2171 firmado, há o compromisso com a destinação de recursos para dar condições ao funcionamento
2172 dos CAS, como expresso no já mencionado artigo 7º. 1.2 CEAS Mato Grosso do Sul: O presidente
2173 do Conselho, senhor Renan da Cunha Soares Junior enviou, para o conhecimento do CNAS, ofício
2174 CEAS/SETAS nº 042/2010, datado de 23 de setembro informando que encaminhou ao Fórum
2175 Permanente de Assistência Social do Estado do Mato Grosso do Sul - FASEMS solicitação para
2176 que este encaminhasse os procedimentos para a eleição de representantes da Sociedade Civil para
2177 ocuparem 02 (duas) vagas de suplência existentes no mencionado Conselho. No ofício informam
2178 que após a publicação do edital, houve o pedido de renúncia por parte de um dos Conselheiros
2179 titulares, representante dos usuários. Cita que “O que o FASEMS por conta própria resolveu
2180 eleger outra entidade para esta vaga de titular sem seguir os trâmites legais”. O CEAS/MS reunido
2181 em Assembléia Extraordinária discutiu os encaminhamentos do FASEMS e considerou que o
2182 processo de escolha coordenado por este está “em discordância com o princípio Constitucional da
2183 Publicidade uma vez que não foi garantida ampla divulgação nem a igualdade / isonomia em
2184 relação a outros interessados em participar do pleito para vaga de titular, pois o Edital
2185 supracitado contemplava APENAS o preenchimento de duas vacâncias de suplência no CEAS/MS”.
2186 O Conselho diante dos motivos acima expostos, e em consonância com o Parecer Jurídico da
2187 Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS acerca da matéria deliberou, por
2188 maioria absoluta de seus membros presentes, pela interposição de recurso de impugnação do
2189 procedimento eleitoral realizado no dia 16 de julho de 2010, por entender que foram infringidos os*

2190 “Princípios Constitucionais da Legalidade, da Publicidade e da Vinculação ao Instrumento
2191 Convocatório. Informaram, ainda, que a Comissão Eleitoral do FASEMS negou o pedido do CEAS
2192 e solicitou parecer do Ministério Público sobre o caso, o qual ainda não se manifestou.
2193 **Encaminhamentos sugeridos:** 1. Enviar ofício aos órgãos tratados no documento recebido
2194 solicitando informações acerca da questão para, após isso, discutir as medidas cabíveis ao caso,
2195 informando as normativas vigentes acerca da questão; 2. Solicitar ao Ministério Público
2196 informações sobre as providências acerca da questão, tendo em vista tomar conhecimento e, ainda,
2197 encaminhar as normativas vigentes, para conhecimento. 1.3 CEAS Maranhão: A Comissão
2198 retomou a discussão acerca da matéria incluindo no debate as questões apontadas na sua reunião
2199 de setembro Plenária. **Encaminhamentos sugeridos:** 1. Enviar ofício aos órgãos citados no
2200 documento recebido pelo CNAS solicitando manifestação acerca das questões apresentadas; 2.
2201 Enviar à Consultoria Jurídica cópia dos documentos recebidos pelo CNAS e o ofício encaminhado
2202 aos: envolvidos. Encaminhar, também, todas as normativas definidas pelo CNAS acerca do
2203 funcionamento dos Conselhos e atribuições do Conselho Nacional. Diante das questões
2204 apresentadas pelos CEAS, essa Comissão discutiu sobre ações a serem desenvolvidas quanto ao
2205 acompanhamento e fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social. No debate, verificou-se a
2206 necessidade de potencializar as ações do Conselho Nacional no acompanhamento e orientações
2207 aos CEAS, tendo em vista auxiliá-los no exercício de sua competência de “assessorar os Conselhos
2208 Municipais de Assistência Social na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS”,
2209 conforme define a NOB/SUAS e, também no que se refere ao cumprimento do seu papel na
2210 respectiva esfera. Ressaltamos algumas ações que deverão ser implementadas para o cumprimento
2211 das ações previstas no Plano de Ação da Comissão. Dessa forma sugerimos os encaminhamentos a
2212 seguir. **Encaminhamentos sugeridos:** 1. Discutir sobre as questões apresentadas pelos CAS, tendo
2213 em vista delimitar as ações dessa Comissão no que tange à averiguação de fatos e providências
2214 necessárias para o cumprimento das normativas vigentes e averiguação de denúncias; 2. Definir
2215 ações a serem realizadas pela Secretaria-Executiva do CNAS, no cumprimento do Plano de Ação a
2216 respeito do acompanhamento “in loco” dos Conselhos Estaduais; 3. Reforçar junto aos CEAS a
2217 importância da criação das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos tendo em vista o apoio
2218 aos CMAS; 4. Apresentar propostas à revisão da NOB/SUAS apontando questões referentes ao
2219 funcionamento e atribuições dos Conselhos; 5. Preparar orientações aos CEAS para criação da
2220 citada Comissão apontando objetivos, atribuições e estratégias de ação. 2. Apresentação das
2221 orientações para implementação da Resolução CNAS N°16/2010. A Comissão encaminhou
2222 previamente o documento aos senhores Conselheiros tendo em vista dar conhecimento prévio do
2223 documento, para os esclarecimentos necessários e posterior aprovação. Ressaltamos que o debate
2224 acerca da referida Resolução provocou importantes reflexões. Destacamos que uma das exigências
2225 para o pedido de inscrição é, dentre outras, que as entidades de Assistência Social demonstrem a
2226 abrangência territorial e a forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão
2227 utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento. Diante
2228 disso, apontamos que esses devem ser requisitos também para a apresentação do relatório de
2229 atividades, tratado no inciso IV do artigo 3°. Diante disso, apresentamos, em anexo, proposta de
2230 inclusão desses dados na Resolução CNAS n° 16/2010. Apresentamos, ainda, o documento
2231 denominado “perguntas e respostas” com informações acerca da inscrição das entidades de
2232 Assistência Social nos Conselhos de Assistência Social. Então em relação a este item, antes de a
2233 gente começar a discussão, foram distribuídos aos Conselheiros ontem estas orientações. É um
2234 documento um pouco longo que vamos precisar discutir, Presidente, como vai se dar o trato dele e
2235 o documento “Perguntas e Respostas”, relacionado à inscrição também foi distribuído, além de
2236 Resolução que faz inserções à Resolução 16. **Encaminhamentos sugeridos:** 1. Apresentar a minuta
2237 de inclusão de dados no inciso IV do artigo 3° na Resolução CNAS n° 16/2010; 2. Elaborar
2238 Resolução do CNAS de modo a regulamentar o controle social a ser exercido pelos CAS no tocante
2239 às ações ofertadas pelo poder público nos três níveis de governo; 3. Encaminhar à Comissão de

2240 Normas a discussão acerca das Organizações da Sociedade Civil Interesse Público - OSCIP, tendo
2241 em vista definir a inscrição de serviços, programas, projetos e benefício realizados pelas mesmas,
2242 bem como a possível qualificação destas enquanto entidade de Assistência Social. 3.
2243 **Encaminhamentos da reunião com os Conselhos Estaduais.** Atendendo à deliberação da
2244 Plenária, essa Comissão pautou a discussão acerca dos encaminhamentos da reunião com os
2245 CEAS e CAS/DF realizada em setembro. Foi avaliado o documento elaborado pela Secretaria-
2246 Executiva e realizado o debate tendo em vista já separa as questões pertinentes a cada Comissão
2247 Temática, bem como a Presidência Ampliada, a saber: estratégias para orientações aos CMAS na
2248 implementação da Resolução CNAS n. 16/2010. Comissão de Conselhos: a) Discutir junto ao
2249 FONACEAS estratégias a serem desenvolvidas pelos CEAS para o assessoramento destes aos
2250 Conselhos Municipais, conforme define a NOB/SUAS; b) Apresentar proposta de realização de
2251 debates descentralizados acerca da inscrição de entidades de Assistência Social. Definir estratégia
2252 para interlocução entre CEAS, CAS/DF, CMAS e CNAS: Desafios e Perspectivas. Comissão de
2253 Conselhos: a) Garantir a participação dos CEAS de forma efetiva nas capacitações dos
2254 Conselheiros municipais; b) Disponibilizar as informações da Pesquisa MUNIC ressaltando as
2255 questões referentes aos CAS para que os mesmos possam acompanhar as informações; c) Solicitar
2256 à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SAGI/MDS o relatório com a análise da
2257 Pesquisa Perfil dos Municípios - MUNIC de 2005 e 2009 e divulgar aos Conselhos Municipais,
2258 Estaduais e do DF, bem como o Censo SUAS; d) Pautar discussão com a SAGI acerca das
2259 estratégias para o fortalecimento do controle social no SUAS; e) Solicitar à SNAS resultado do
2260 estudo acerca da transmissão das reuniões do CNAS aos demais Conselhos e pautar a questão na
2261 Presidência Ampliada; f) Debater estratégias para potencializar a comunicação com os
2262 Conselheiros de Assistência Social; g) Repassar aos Conselhos as informações por meio de
2263 reprodução das Reuniões Ampliadas. Presidência Ampliada: a) Criar e implementar o Boletim
2264 online; jornal impresso. VIII Conferência Nacional de Assistência Social. a) Eixos: Controle
2265 Social; Financiamento; Recursos Humanos; Gestão; e Seguridade Social. Estes dois assuntos
2266 ficaram definidos como sendo de responsabilidade não da Comissão de Conselhos, mas de maneira
2267 geral, a serem debatidos na Presidência Ampliada. Agenda de debates do 2º semestre do CNAS —
2268 gestão 2010/2012. Comissão de Conselhos: a) Pautar a discussão acerca dos resultados do Censo
2269 Suas; b) Disponibilizar a MUNIC e relatório do Censo Suas na página do SUAS WEB para acesso
2270 dos CAS; c) Discutir o Índice IDCRAS, IDCREAS; d) Apresentar o documento “perguntas e
2271 respostas” sobre o funcionamento dos CAS; e) Definir estratégias junto aos CEAS para que as
2272 informações pertinentes ao contro scI cheguem de forma ágil aos conselhos; f) Apresentar
2273 propostas à NOB/SUAS, tratando de questões apontadas nas Orientações para Atualização das
2274 Leis de Criação dos CAS e a Resolução CNAS n° 16/2010; g) Publicar as Orientações para a
2275 Atualização das Leis de Criação dos CAS e a que trata da implementação da Resolução CNAS n°
2276 16/2010; h) Apresentar proposta para criação de Vídeo Aula para discutir a Resolução NAS n°
2277 16/2010. Presidência Ampliada: a) Convidar a SAGI para Reunião Ampliada do CNAS; b) Fazer
2278 oficinas para a discussão do SUASWEB no espaço da Reunião Ampliada do CNAS. **Sugestão de**
2279 **encaminhamentos:** 1. Aprofundar nas três instâncias o debate acerca da Gestão, Controle Social e
2280 Financiamento; 2. Incluir no Plano de Ação da Comissão as questões a ela afetas. 4. Informes
2281 sobre o Censo SUAS- Conselhos de Assistência Social. O Censo SUAS se constitui como um
2282 mecanismo indispensável para o planejamento, acompanhamento e avaliação do SUAS, tendo em
2283 vista que esse disponibilizará informações relevantes à gestão e ao controle social da Política
2284 Pública de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ciente da
2285 importância da participação de todos os Conselhos nesse processo censitário traçou, por meio da
2286 Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, várias estratégias para uma participação de
2287 mobilização dos Conselhos, apostando no importante papel articulador dos Conselhos Estaduais e
2288 do Conselho do Distrito Federal. Cabe ressaltar que os questionários referentes ao Censo SUAS
2289 ficaram disponíveis no site do MDS (www.mds.gov.br) até o dia 04 de outubro de 2010. O

2290 resultado obtido após o intenso trabalho da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, em
2291 parceria com os CEAS resultou no preenchimento do Censo SUAS por 4.983 CMAS e 100% dos
2292 CEAS. **Sugestão de encaminhamentos:** 1. Solicitar ao DGSUAS/SNAS relatório dos Conselhos que
2293 não responderam ao Censo e dar conhecimento aos CEAS; 2. Enviar ofício aos CEAS informando
2294 acerca do número geral de Conselhos que participaram do Censo e, ainda, agradecer o empenho
2295 na mobilização; 3. Solicitar à SAGI relatório do Censo e pautar o debate na Comissão fazendo
2296 uma comparação com os dados da MUNIC 2009 e a relação dos CMAS que preencheram o Plano
2297 de Ação e Demonstrativo. São os dois aplicativos da Rede SUAS. 5. Proposta de pauta para a
2298 reunião da Comissão em novembro. Reunião conjunta da Comissão de Conselhos com a de
2299 Financiamento para discutir a elaboração de instrumentos que permitam aos CAS operacionalizar
2300 a sua competência de acompanhamento e valiação de gestão de recursos. Discutir o Plano de Ação
2301 da Comissão, incluindo a dinâmica de acompanhamento aos Conselhos, em conjunto com os
2302 encaminhamentos da reunião com os CEAS. Concluído o relato, Presidente, eu quero solicitar que
2303 nossa discussão seja do relatório, da Resolução e dos encaminhamentos relativos aos dois
2304 documentos que nós elaboramos com auxílio da Coordenação e estamos fazendo apreciação da
2305 Plenária.” O senhor Presidente solicitou que a numeração dos itens seguisse uma determinada
2306 ordem, para facilitar o acompanhamento, sugerindo 1, 1.1., 1.1.2, 1.2., 1.3. Referiu-se aos
2307 encaminhamentos colocados no caso do CEAS Roraima e depois do Mato Grosso do Sul, sendo
2308 preciso refletir e discutir melhor o papel do CNAS em interferir no processo, o que daria mais
2309 segurança ao Conselho Estadual. A Conselheira Gisele informou que essa discussão havia sido feita
2310 na Comissão, considerando ser uma atividade a ser desenvolvida, priorizando os Conselhos que
2311 apresentaram tais situações, retomando a discussão na próxima reunião, mas considerando
2312 importante ouvir o contraditório antes de tomar qualquer atitude. Relatou o que haviam considerado
2313 com relação ao caso do Maranhão e do Mato Grosso do Sul, sugerindo solicitar à CONJUR uma
2314 orientação antes do deslocamento aos três Conselhos. O Conselheiro Renato de Paula lembrou que
2315 esse assunto tinha relação com o encaminhamento dado no informe do relato da Presidência
2316 Ampliada, com relação à Resolução 11 e que poderia dar mais celeridade nas próximas situações
2317 similares. O senhor Presidente considerou aprovado o item 1 pelo Pleno. Com relação ao Item 2,
2318 que tinha três anexos, a Conselheira Gisele colocou a preocupação que havia sido tratada na
2319 Comissão, com relação ao prazo de 19 de maio de 2011 e que a Resolução 16 estabelecia para que
2320 os Conselhos Municipais adequassem seu processo de inscrição às inscrições da sua rede no próprio
2321 Conselho. Sugeriu que fosse considerada a possibilidade de o documento ser publicado, mesmo que
2322 em versão preliminar, para que os Conselhos Municipais tivessem uma orientação imediata,
2323 considerando o vencimento do prazo estipulado. O senhor Presidente considerou interessante, mas
2324 encontrava complicado mexer na Resolução 16, visto os esforços para sua implementação e
2325 solicitando que se trabalhasse com o que tinham em mãos, com o Conselheiro Pedro Ost
2326 concordando com a alternativa colocada pelo senhor Presidente de, pelo momento, não alterar a
2327 Resolução. A Conselheira Gisele defendeu a posição da Comissão, visto não estarem alterando o
2328 teor da Resolução, mas acrescentando no item que tratava do relatório de atividades, para que
2329 representasse o espelho do Plano que estabelecia seis itens a serem cumpridos e o relatório,
2330 apresentava apenas quatro. Que não se poderia deixar de lado os outros dois, de abrangência
2331 territorial e demonstração da forma de participação dos usuários, mesmo que depois se debatesse
2332 essa participação. Que era preciso pensar nessa situação, mas não via prejuízo nessa inserção em
2333 relação ao conteúdo da Resolução, sendo que essa orientação já poderia ser incluída na proposta que
2334 haviam feito, se a Resolução já tivesse saído com a mesma. A Conselheira Leila ponderou que o
2335 assunto teria que ser discutido, pois quando se fazia a avaliação de um projeto, aquilo que havia
2336 sido planejado e não executado aparecia, não entendendo o porquê de ter essa complementação para
2337 garantir a informação. Encontrava que muitas questões importantes eram aprovadas muito rápido e
2338 com pouca reflexão, ponderando que não dava para elaborar o Plano juntamente com o usuário, por
2339 ser matéria técnica, mas isso poderia ser feito durante a execução e durante todo o processo de

2340 avaliação e de monitoramento. Manifestou que era favorável à participação do usuário em todos os
2341 aspectos, mas que não se poderia ficar criando regulamentações apenas para as entidades da
2342 Sociedade Civil e que as ações governamentais tinham que cuidar desse processo. Observou que na
2343 prática as entidades estavam sendo cada vez mais exigidas, sendo quanto ao controle social e ao
2344 cuidado que havia que se ter com a execução das práticas estatais não acontecia da mesma forma. O
2345 Conselheiro Renato de Paula ponderou que não dava para se discutir a Resolução 16, que tratava de
2346 inscrição de entidades, misturando com o serviço estatal, tendo que ser mais objetivos e tendo
2347 tranquilidade para se discutir os temas a serem aprovados, com muitas dessas questões precisando
2348 ser alteradas e tendo-se a tranquilidade de saber que se poderia aperfeiçoar. Destacou o que a
2349 Resolução 16 exigia para o pedido de inscrição, entendendo que a Comissão estava propondo a
2350 adequação de um item da Resolução que estava em desconformidade a um outro item dessa mesma
2351 norma. Indagou como isso seria operacionalizado na prática, podendo se colocar no documento que
2352 haviam recebido no dia anterior as orientações para execução. Ressaltou que a Resolução tinha um
2353 problema que geraria confusão na ponta porque quando os Conselhos Municipais tomassem
2354 conhecimento de que a inscrição deveria ser feita conforme seu critério e posteriormente
2355 observassem o relatório com outro, questionariam o CNAS que responderia que a Resolução não
2356 poderia ser alterada. Destacou que a proposta era de adequação, encontrando que o CNAS não tinha
2357 condições de prever antecipadamente todas as questões que poderiam surgir a partir das matérias
2358 que deliberavam. A Conselheira Gisele concordou com as colocações do Conselheiro Renato de
2359 Paula, referindo-se, também, ao item 2, nos encaminhamentos sobre o exercício do controle social,
2360 no tocante às ações ofertadas pelo poder público às três esferas de governo, ressaltando que a
2361 qualidade dos serviços deveria ser buscada em todas as instâncias, tanto governamental como não-
2362 governamental. A Conselheira Leila concordou com as falas, ponderando que não se poderia ficar
2363 corrigindo a cada processo de amadurecimento sem ter tido um tempo de assimilação daquele
2364 processo, observando que a Resolução 16, de maio e ainda em processo de absorção pelos
2365 Regionais, já estava sendo emendada, concordando com a posição do Presidente de se aguardar
2366 mais um pouco. A Conselheira Marisa observou ser esse o momento de fazer essa alteração,
2367 destacando o pouco conhecimento que os Conselhos tinham sobre a mesma, por ser recente, e que
2368 se fosse deixado mais à frente complicaria a situação. O senhor Presidente submeteu à votação os
2369 dois encaminhamentos apresentados, computando sete votos favoráveis à alteração da Resolução,
2370 dois votos contrários e uma abstenção. A seguir, solicitou à Conselheira Gisele que procedesse à
2371 leitura do texto de alteração da Resolução: *”Altera a alínea “e” do inciso IV do art. 3º da Resolução*
2372 *CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010.*
2373 *O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em Reunião Ordinária realizada*
2374 *nos dias 6 e 7 de outubro de 2010, no uso da competência que lhe confere o inciso II do artigo 18*
2375 *da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, RESOLVE:*
2376 *Art. 1º Alterar a alínea “e” do inciso IV do art. 3º da Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010,*
2377 *publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, para incluir os itens “e.5” e “e.6”,*
2378 *passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º (...). e) identificação de cada serviço, projeto,*
2379 *programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente: e.1) público alvo;*
2380 *e.2) capacidade de atendimento; e.3) recurso financeiro utilizado; e.4) recursos humanos*
2381 *envolvidos. e.5) abrangência territorial; e.6) demonstração da forma de participação dos usuários*
2382 *e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação*
2383 *e monitoramento”. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos*
2384 *Eduardo Ferrari – Presidente do CNAS”.* A Conselheira Gisele questionou se todos os
2385 Conselheiros haviam lido o texto, indagando se a versão preliminar seria publicada, ao menos no
2386 site, ou se publicizariam a versão aprovada pelo CNAS, considerando o tempo disponível de
2387 divulgação e para que os Conselhos tomassem as providências dessa Resolução, com o senhor
2388 Presidente concordando com essa última sugestão. A Conselheira Gisele citou as perguntas, ao que
2389 o senhor Presidente observou que as mesmas não precisariam ser lidas, visto esse material ter sido

2390 exaustivamente trabalhado pela Comissão de Conselhos, com o texto de apresentação desse
2391 documento podendo ser colocado para conhecimento dos Conselheiros. Prosseguindo, indagou se
2392 havia algum questionamento quanto aos itens 2, 3, 4 e 5. Em não havendo nenhuma colocação os
2393 itens foram aprovados pelo Pleno. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o senhor
2394 Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
2395 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
2396 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2010.